

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

ABDUL PEDRO MANUEL MUCHINGECA

**COMUNICAÇÃO EM SOCIEDADES CERCADAS:
A formação de microesferas públicas críticas a partir das
mediações comunicativas em Angola**

GOIÂNIA
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Abdul Pedro Manuel Muchingeca

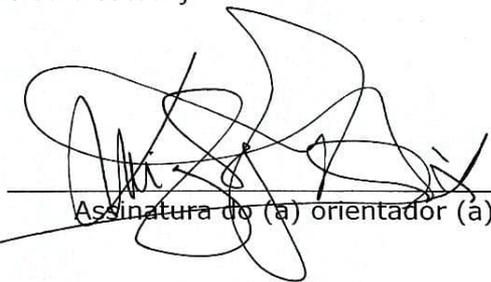
Título do trabalho: COMUNICAÇÃO EM SOCIEDADES CERCADAS: A formação de microesferas públicas críticas a partir das mediações comunicativas em Angola

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)


Assinatura do (a) orientador (a)

Data: 17 / 07 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

ABDUL PEDRO MANUEL MUCHINGECA

**COMUNICAÇÃO EM SOCIEDADES CERCADAS:
A formação de microesferas públicas críticas a partir das
mediações comunicativas em Angola**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Comunicação, cultura e cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e cultura.

Orientador: Dr. Luiz Antonio Signates Freitas.

Goiânia

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Muchingeca, Abdul Pedro Manuel

Comunicação em sociedades cercadas [manuscrito] : A formação de
microesferas públicas críticas a partir das mediações comunicativas em
Angola / Abdul Pedro Manuel Muchingeca. - 2017.

CXCI, 191 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Signates.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas.

1. Sociedade sitiada. 2. Esfera pública. 3. Recepção midiática. 4.
Telejornal. 5. Angola. I. Signates, Luiz, orient. II. Título.

CDU 007

ATA 20/2017

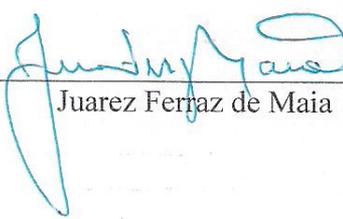


ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, a partir das nove horas, na Sala 9 da Faculdade de Informação e Comunicação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de ABDUL PEDRO MANUEL MUCHINGECA, intitulada **“Comunicação em sociedades cercadas: a formação de microesferas públicas críticas a partir das mediações comunicativas em Angola”**. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Luiz Antonio Signates Freitas (orientador/FIC/UFG), Magno Luiz Medeiros da Silva (FIC/UFG) e Juarez Ferraz de Maia (FIC/UFG). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi APROVADO. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr.  (Presidente)
Luiz Antonio Signates Freitas

Prof. Dr. 
Magno Luiz Medeiros da Silva

Prof. Dr. 
Juarez Ferraz de Maia

ABDUL PEDRO MANUEL MUCHINGECA

**COMUNICAÇÃO EM SOCIEDADES CERCADAS: A formação de micro esferas
públicas críticas a partir das mediações comunicativas em Angola**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação para
obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em 12 de Julho de 2017
pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas
Orientador – FIC/UFG

Prof. Dr. Magno Luís Medeiros
FIC/UFG

Prof. Dr. Juarez Ferraz de Maia
FIC/UFG

Goiânia
2017

Agradecimentos

Agradeço essencialmente a Deus, pelo dom da vida e conseqüentemente a possibilidade para poder chegar até aqui.

Agradeço a querida mãe (extensivo aos meus irmãos), por sempre embarcar comigo em todos os sonhos que me proponho a realizar, dando seu apoio incondicional e sempre acreditar que seu filho lá pode chegar.

Agradeço a agora minha esposa, Thaís Cipriano Vieira da Cunha (extensivo aos seus pais), pelo companheirismo, paciência nos momentos mais difíceis e, por tudo que sua família representa para mim. Muito obrigado!

Agradeço ao meu grande orientador Luiz Signates (extensivo à esposa) por todo apoio, pelo método de aprendizagem e, por ser muito mais do que um orientador... Muito obrigado!

Agradeço ao Prof. Juarez Maia, João Damásio, amigos, que a academia apresentou para mim, por todo apoio técnico até aos últimos instantes. Muito obrigado!

Agradeço ao prezado Johnson A.V. Costa, Virgílio L. Nkano, em extensão a todos amigos que direta ou indiretamente, de longe ou de perto, torceram por mim. Muito obrigado! Enfim, a todas pessoas que tornaram este feito, possível.

When you talk to a person directly affected that is when you complete your understanding of what's going on.

Hala Basha-Gorani "CNN"

RESUMO

O presente esforço teórico-reflexivo e empírico enquadra-se no contexto dos estudos de recepção midiática e objetiva compreender o cenário político-midiático angolano sob a perspectiva do sujeito-receptor amparados pelo conceito habermasiano de esfera pública. Esta dissertação buscou sair de uma visão de um receptor pressuposto, conjecturando possíveis interpretações para os produtos midiáticos, escutando os receptores reais e conhecendo a verdadeira apropriação/posicionamento. A hipótese central é a de que as famílias angolanas têm a partir do Telejornal (principal serviço noticioso do país) um diagnóstico real e crítico da situação envolvente, mas não conseguem chegar a uma conclusão libertária. Para o suporte teórico-metodológico, contamos com aportes de Jurgen Habermas, Stuart Hall, Raymond Williams, Boaventura de Sousa Santos, Laurence Bardin, Ricardo Soares de Oliveira, Jesus Martin-Barbero e Nilda Jacks. O método de pesquisa empreendido é a Técnica de Mediação Familiar que envolve Etnografia, Recepção Televisiva e Entrevista em Profundidade. O principal resultado é que existe produção de sentido capaz de formação de esferas públicas críticas, porém, isso não ocorre devido a existência de cercas - a cerca partido-Estado e a cerca Cultural (patriarcal). É uma pesquisa empírica que foi realizada na cidade de Luanda - capital da República de Angola.

Palavras-chave:

1. Sociedade sitiada. 2. Esfera pública. 3. Recepção midiática. 4. Telejornal. 5. Angola.

ABSTRACT

The present theoretical-reflexive and empirical effort fits within the context of media reception studies and aims to understand the Angolan political-mediatic setting from the perspective of the subject-recipient supported by the Habermasian concept of the public sphere. This dissertation sought to move away from a view of a presumptive receiver, conjecturing possible interpretations for the media products, listening to the real receivers and knowing the true appropriation / positioning. The central hypothesis is that the Angolan families have a real and critical diagnosis of the surrounding situation from Telejornal (main news service of the country) but can not reach a libertarian conclusion. For the theoretical-methodological support, we have contributions from Jurgen Habermas, Stuart Hall, Raymond Williams, Boaventura de Sousa Santos, Laurence Bardin, Ricardo Soares de Oliveira, Jesus Martin-Barbero and Nilda Jacks. The research method used is the Family Mediation Technic that involves ethnography, television reception and in-depth Interview. The main result is that there is a production of sense capable of forming critical public spheres, but this does not happen due to the existence of fences - to a party-state and to the Cultural (patriarchal) fence. It is an empirical research that was carried out in the city of Luanda - capital of the Republic of Angola.

Key-words: 1. Fenced society. 2. Public spheres. 3. Media reception. 4. News report. 5. Angola.

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas.....	10
INTRODUÇÃO	11
1.1. Questões intuitivas.....	15
1.2. Técnica de pesquisa	18
1.3. Condições sociais/matérias de recepção: as famílias.....	25
EXCURSO – O método de pesquisa e o estudo da própria sociedade	44
CAPITULO II – A SOCIEDADE ANGOLANA CONTEMPORÂNEA	54
2.1. Esboço histórico.....	56
2.1.1. A guerra fria e as consequências para a África subsaariana	58
2.1.2. Os movimentos de libertação nacional	59
2.1.3. Angola: o papel na libertação dos países vizinhos.....	61
2.1.4. Angola: o vértice da estabilidade regional.....	63
2.1.4.1. Economia	65
2.1.4.2. População	66
2.1.4.3. Demografia.....	68
2.1.4.4. Política	69
2.1.5. Cultura e sociedade civil – o panorama africano.....	74
2.1.6. O contexto angolano	78
2.2. O surgimento da mídia em Angola (rádio, jornal e televisão).....	86
2.2.1. O período pré e pós colonial	86
2.2.2. Socialismo (Partido-Único).....	88
2.2.3. Cenário político-midiático de Angola.....	92
2.2.4. Nova lei da comunicação social (ERCA).....	96
CAPÍTULO III – A NOÇÃO DE ESFERA PÚBLICA NO CONTEXTO SOCIAL ANGOLANO	99
3.1. Um conceito em processo.....	101
3.2. O conceito de esfera pública.....	102
3.3. Esfera pública dominada pelos meios de comunicação.....	104
3.4. Esfera pública e sistema político: influências	106
3.5. Tipos de esferas públicas	108
3.6. A noção de mundo da vida e os limites da filosofia da consciência	110
3.7. O conceito de esfera pública no contexto angolano: possibilidades	114

CAPÍTULO IV – A CERCA PARTIDO-ESTADO	120
4.1. Breve história	123
4.2. Estratégias de funcionamento da cerca	128
4.2.1. Subordinação da administração pública ao partido.....	128
4.2.2. Controle da comunicação social	135
4.2.3. Inoperância do poder judiciário	147
CAPÍTULO V – A CERCA CULTURAL PATRIARCAL.....	155
5.1. Matriz cultural angolana e distribuição étnica	156
5.2. O protagonismo da função paterna.....	159
5.4. Práticas culturais como nutrientes da cerca cultural	162
COMUNICAÇÃO EM SOCIEDADES CERCADAS	171
REFERÊNCIAS.....	181
ANEXOS	187
ANEXO A – Grade de Programação TPA.....	187
APÊNDICES.....	188
APÊNDICE A – Diretrizes da pesquisa de campo	188
APÊNDICE B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	191

SIGLAS E ABREVIATURAS

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
UNITA - União para Independência Total de Angola
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
PRS - Partido de Renovação Social
CASA-CE - Convergência Ampla de Salvação de Angola- Coligação Eleitoral
PR - Presidente da República
ERCA – Entidade Reguladora da Comunicação Social de Angola
TPA - Televisão Pública de Angola
RNA - Rádio Nacional de Angola
HRW - Human Rights Watch
GRECIMA - Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional
AJAPRAZ - Associação dos Jovens Angolanos provenientes da Zâmbia
SADF - Forças de Defesa da África do Sul
SWAPO - Organização do Povo do Sudoeste Africano
ANC - African National Congress
CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central
CGG - Comissão do Golfo da Guiné
CIRGL - Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos
SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
RDC - República Democrática do Congo RDC
RCA - República Centro Africana
Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

INTRODUÇÃO

A ecologia política, econômica e social, no qual a mídia em Angola atuam, é única e singular. Daí que causa interesse a vários estudiosos nacionais e internacionais, pois percebem que o caso foge dos marcos teóricos liberais (CRUZ, 2012), trava os ventos de uma mídia democrática e de modo muito particular, não estimula o emergir de uma pluralidade de opiniões por parte do receptor, estando, portanto, longe do ideal-típico de uma esfera pública.

Nos interstícios da vida, quase como o ar que respiramos, há um crescente reconhecimento da presença cada vez mais generalizada dos meios de comunicação em todos os setores da vida individual e coletiva. Mais do que a família, a escola e a religião, estão a mídia orientando valores, hábitos, códigos e consensos, participando de tal forma na construção do tecido social, de tal sorte a implicá-los na caracterização da sociedade contemporânea.

Após a virada de enfoque dos estudos comunicacionais, outrora, sob a égide do funcionalismo americano que pregara os superpoderes dos emissores e a passividade dos receptores, as pesquisas comunicacionais voltaram-se para o receptor, enquanto instância não de término mas como ente essencial na continuação do processo. De fato, a relação de predomínio do emissor sobre o receptor é a que primeiro salta aos nossos olhos, sugerindo uma relação de poder, permitindo a uma precipitada associação do receptor com passividade como que autoevidente. Em seguida, os estudos culturais, especialmente os estudos de recepção, tornaram-se o centro das atenções por parte dos teóricos da comunicação, no sentido de demonstrarem a não-passividade do receptor e seu papel determinante na efetivação do processo comunicacional através da negociação de sentido que faz dos conteúdos emitidos.

É neste contexto que

os estudos de recepção e comunicação são retomados e passam a constituir um cenário em mudanças, no qual as relações entre comunicação, cultura e ideologia mostram novas formas de interação, e as questões do imaginário social e da subjetividade vêm compor os confrontos e desafios quanto ao saber acumulado e aquilo que as práticas sociais têm desenvolvido (SOUSA, 2002, p. 9).

Nesta ordem de ideias, as classes populares saltam para o primeiro plano de preocupação das ciências sociais, sua subjetividade começa a ser respeitada não mais apenas como folclore, mas como a manifestação de uma vontade política. Subjetividade esta que passa a ser entendida como resultante do contato com as estruturas simbólicas da cultura humana (entre elas, a mídia), pelo qual acessa a forma genérica de seu ser (SOUSA, 2002).

Desta feita, uma imersão no cotidiano dessas populações se faz necessária, caso se queira compreender as diversas mediações que o conteúdo simbólico enfrenta até sua incorporação no tecido social. A preocupação com as classes populares ocorre num contexto em que os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma deterioração progressiva, a vida doméstica gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar enrijecida pela padronização de comportamento, enfim, é uma situação que a todos preocupa, pois trata-se da relação da subjetividade com sua exterioridade.

Os estudos de recepção visam de modo amplo a um resgate do sujeito, uma reorientação de seus conceitos e suas práticas para fazer deles outros usos, para desenraizá-los de seus vínculos preestruturalistas com uma subjetividade ancorada no passado. Neste contexto, o presente esforço teórico-reflexivo, bibliográfico e empírico tenta compreender uma subjetividade inerte, quando a realidade, o mundo da vida, lhe oferece estímulos suficientes para reação.

O embrião das discussões teóricas que desenvolvemos nesta dissertação deu-se a partir do trabalho monográfico realizado por nós, intitulado “A IMAGEM PÚBLICA NA MÍDIA: a oposição partidária num sistema de participação desigual em Angola” (MUCHINGECA, 2014), onde, de resto, já descrevemos todo um cenário peculiar no qual a mídia angolana exerce suas funções, conforme afirmado no primeiro parágrafo. Como se sabe, o processo comunicacional é bilateral e só se efetiva a partir da compreensão que o destinatário tem dos conteúdos e da maneira como os incorpora no tecido simbólico da sua vida cotidiana. Como defendera Morley (1980), a recepção pode referendar o discurso hegemônico, interpretando-o segundo o código estabelecido pelo produtor, mas também negociar com este código,

criticando-o, ou ainda negá-lo, compreendendo a mensagem inicial de maneira antagônica à leitura prevista.

Hoje em dia, os mundos social e natural estão totalmente influenciados pelo conhecimento humano reflexivo, mas isso não conduz a uma situação que nos permita ser, coletivamente, os donos do nosso destino. O mundo da reflexividade desenvolvida, em que a interrogação das formas sociais torna-se lugar-comum, é um mundo que em muitos casos estimula a crítica ativa (BECK, GIDDENS, LASH, 1997). Assim, todo trabalho aqui desenvolvido é permeado pela crítica social.

A presente dissertação é um aprofundamento de algumas questões que afloraram na defesa da monografia “A IMAGEM PÚBLICA NA MÍDIA: a oposição partidária num sistema de participação desigual em Angola” (MUCHINGECA, 2014) e que aqui ganham um novo colorido, um novo enfoque, outra maturidade. O propósito principal desta é fazer um estudo de recepção para compreender o cenário político-midiático angolano sob a perspectiva do sujeito-receptor em contexto familiar, amparado cientificamente pelo conceito habermasiano de esfera pública. Como objetivos específicos, buscamos: Analisar o conteúdo midiático do programa denominado “Telejornal”, extraíndo dele os temas geradores para o diálogo com famílias angolanas; compreender a hierarquia familiar (poder patriarcal) e como este influencia no processo de emancipação de seus membros; compreender até que ponto as famílias, de posse dos elementos simbólicos, podem ou não constituir esferas públicas críticas.

Entretanto, é um estudo de recepção midiática que pretende avaliar de modo crítico a relação entre emissor e receptor sob a égide da seguinte questão-problema: Até que ponto a produção de sentido sobre a televisão no ambiente familiar engendra possibilidades de emergência de microesferas públicas críticas em Angola?

Uma das razões de ser da questão-problema emana da percepção de que existe um paralelo entre o modo de ser e estar das famílias e a forma de governação do país, ou seja, seria a família uma sociedade em miniatura governada pela autoridade patriarcal, influenciando e cadenciando o modo de os angolanos se relacionarem com os poderes instituídos. É como se víssemos no Estado a autoridade patriarcal e, partindo do modo como esta autoridade se

materializa no interior das famílias, produz uma autorregulação dos indivíduos, reforçada por uma cultura política de sujeição. Por outro lado, surge a partir da constatação de a mídia angolana não serem permeáveis à pluralidade, tendo sido transformados em dispositivos de propaganda, com conteúdo imposto sem contraponto, consequência de um sistema midiático vassalizado pelo poder.

Crentes de que os sinais de alguma mudança social operam-se no seio das famílias, sobretudo, para o contexto angolano, compreendê-las através de suas dinâmicas internas mostrou-se como uma oportunidade de, por intermédio destas, acessar os quadros hermenêuticos e a natureza dos extratos que compõem os sujeitos receptores angolanos.

A motivação na escolha do tema deve-se, por um lado, a um forte desejo de prestar algum contributo positivo para o complexo processo de desenvolvimento de Angola (recém egresso de uma guerra civil, mentes ainda militarizadas, centralidade de poder), mais especificamente no que tange à democratização da mídia, pois acreditamos na expressão de Herbert de Souza de que “o termômetro da democracia numa sociedade é o termômetro da democracia na comunicação” (SOUZA *apud* GUARESCHI, 2000 p. 29). Servindo-nos da oportunidade que é poder desenvolver o assunto fora do país, almejamos fazê-lo com uma visão menos contaminada da realidade de *insider*. Por outro lado, como se sabe, o continente africano, de modo geral, e Angola em particular, é extremamente defasado (dentre os muitos atrasos) no domínio da pesquisa científica como um todo e da pesquisa em comunicação para sermos mais exatos. Por essa razão, esta dissertação ambiciona se ver no conjunto das bibliografias que já existem e retratam Angola sob alguma perspectiva, tentando trazer a África para o centro de debate.

1.1. Questões intuitivas

O aparente semblante pacífico e consensual ostentado pela sociedade angolana, bem como as estratégias de manutenção do *status quo* que quase nunca enfrentam dificuldades para sua implementação, leva-nos a interrogações para as quais apresentamos hipóteses de partida. Destarte, a hipótese-mater é que as famílias angolanas têm, a partir do Telejornal, um

diagnóstico crítico da situação envolvente, mas não conseguem chegar a uma conclusão libertária.

Outro problema que assola a sociedade angolana, sobretudo no que tange à constituição de esferas públicas, é o maniqueísmo entre o governo (Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA) e a oposição (União para Independência Total de Angola - UNITA). Em Angola, fruto dos longos anos de guerra civil, disseminou-se no imaginário social a ideia de que se alguém critica alguma ideia ou proposta emanada do partido-Estado, este é da oposição, o que se resume no dito popular “Quem não é por nós é contra nós”. O problema não é exatamente o fato de tecer alguma crítica, mas ser associado ao partido UNITA, o que, nos anos de sofrimento com a guerra, ganha um *status* de “entidade do mal”, de confusão e de que não quer o bem de todos. Por este fato, cremos, o emancipar de opiniões críticas nunca ganhou força, sobrevivendo apenas nos bastidores, inclusive do ambiente familiar.

Outra questão se prende ao poder patriarcal. Os valores culturais angolanos em todas suas etnias pregam o respeito a partir da idade ou da posição que determinado indivíduo ocupa na escala hierárquica. A partir disso, tios terão sempre razão e autoridade sobre os sobrinhos, irmãos mais velhos sobre os menores e daí por diante. O patriarca da família ocupa o topo dessa escala, sendo visto como soberano e autoritário nas suas decisões. Jamais poderá ser contradito no interior da família e, dependendo da posição que ocupa na hierarquia entre seus irmãos, poderá sê-lo também nas famílias de seus irmãos menores ou se submeter à autoridade de outro patriarca, desde que seja seu superior hierárquico. Enfim, esta situação permite que cada membro crie no interior das famílias pequenos feudos de autoridade. Na ausência do seu superior hierárquico (por incrível que pareça, as estruturas partidárias funcionam da mesma maneira), ficando suspensos os pequenos feudos quando está presente a autoridade patriarcal. Reagir contra a autoridade deste último é visto com um ato de rebeldia, reprovado socialmente e, com isso, a permissão de qualquer tipo de punição. Nossa hipótese é de que, através da cultura de sujeição, os angolanos veem no Estado a autoridade patriarcal, entregando a ele seus destinos e, portanto, não se faz cabível qualquer forma de reação em sentido contrário.

Portanto, estas situações acima elencadas, sobretudo a última, impedem que as famílias cheguem à conclusão de que tudo quanto descrevem criticamente sobre a realidade configura o cenário de uma ditadura. Assim, mesmo no ambiente familiar jamais o patriarca poderá ser considerado um ditador, mesmo sendo, configurando assim a regulação através da cultura.

A dissertação é composta por cinco unidades concatenadas, além da conclusão, que a seguir passamos a descrever resumidamente. Esta **Introdução**, configurando um capítulo, apresenta de forma geral toda dissertação, começando com a questão problema, os objetivos e as hipóteses sobre as quais trabalhamos. Esta parte tem o mérito de trazer o debate sobre toda metodologia utilizada, justificando seu uso através dos metodólogos proponentes. Assim, questões como a amostra, procedimentos de coleta, análise dos dados, o desafio de estranhar a própria cultura é aqui retratado.

O **Capítulo II** traz uma panorâmica geral do país. Apesar de ser um trabalho focado na crítica, neste capítulo trazemos uma abordagem dialética da história do país, relacionando pontos positivos e negativos. Começamos pela história pré-colonial, a guerra-fria e suas consequências, o nascimento dos movimentos de libertação nacional, destacamos a importância de Angola na libertação dos países vizinhos e como o país vem se convertendo no vértice da estabilidade regional. O surgimento da mídia não poderia ficar de fora, nas suas fases colonial, marxista-leninista e, hoje, na democracia. A importância da unidade nacional e como isto acabou servindo de pretexto para a monopolização da mídia pelo partido-Estado e finalmente o novo pacote legislativo para regulamentação da comunicação social. Cada um desses tópicos concatenados produz uma compreensão da Angola de hoje.

O **Capítulo III** trabalha com a noção de esfera pública como categoria de análise da sociedade angolana. Pela variedade de concepções que adquirira a noção de esfera pública, iniciamos o capítulo delimitando-a e esclarecendo sob qual enfoque pretendemos utilizá-la. A partir daqui, compreender como ela se altera com emancipação dos meios de comunicação foi fundamental, pois permite compreender as influências mútuas entre esta e os sistemas políticos. Os tipos de esfera pública também mereceram destaque em benefício da delimitação do tema. O capítulo problematiza também a noção de mundo da vida como espaço de interação entre os indivíduos e de onde estes retiram os

subsídios para dar sentido às trocas simbólicas. Finalmente, as possibilidades de uma esfera pública angolana.

O **Capítulo IV**, primeiro produto da análise dos dados, contém a descrição densa de como a partidarização do mundo da vida tornou-se o principal empecilho para a formação de esferas públicas críticas. Em Angola, a presença em todos os setores da vida social de estruturas do partido-Estado funciona como uma espécie de censor sobre o tipo de assuntos e formas de abordagem que deve ser dado aos temas de interesse público, colocando os cidadãos e as entidades de classe sob uma rédea curta sobre o problematizar. Assim, este fato coloca cada cidadão num clima de desconfiança mútua quando se queira principalmente abordar criticamente a vida nacional. A cerca partido-Estado, como denominamos o capítulo, seria um inibidor externo da emancipação de esferas públicas críticas com grande influência também no interior das famílias, embora não total. Desta feita, foi necessária a incursão sobre a história para compreendermos como o partido chegou a tal desiderato e se fez hegemônico. A principal estratégia tem sido a subordinação de todas as políticas públicas ao partido-Estado.

O **Capítulo V**, também produto da análise dos dados, parte da premissa de que as famílias angolanas são uma micro sociedade que, no modo de sua gestão interna, hierarquias e distribuição de poder, guardam similaridades com o modo de governação do país. Descreve-se como a cultura, seus valores e tradições influenciam no modo como a cerca partido-Estado se realiza. Assim sendo, a compreensão do poder patriarcal é de extrema importância porque a possibilidade de qualquer ruptura com este significa a possibilidade de ruptura com a cerca partido-Estado. Trazemos também a matriz de distribuição étnica, as condições sociais e materiais de recepção, através de uma descrição densa e finalizamos com as práticas culturais que nutrem a cerca cultural.

1.2. Técnica de pesquisa

O que apresentamos agora é a fundamentação das técnicas utilizadas em campo e o enquadramento prático resultante na delimitação empírica da pesquisa. O método de pesquisa empreendido é a Técnica de Mediação Familiar, de acordo com Signates (2008), uma adequação entre métodos

etnográficos, recepção televisiva e entrevista em profundidade. Este método tem inspiração nas técnicas utilizadas por Lopes (LOPES *et al.*, 2002 *apud* SIGNATES, 2008) na pesquisa sobre as telenovelas a partir da noção de mediação.

Mediação significa, segundo Martin-Barbero (2000, p. 151), “que entre o estímulo e a resposta há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, tudo que configura a cultura cotidiana”. A partir daqui, entendemos a mediação familiar como “processo pelo qual os meios de comunicação adquirem [no ambiente familiar, através da interação, cooperação e conflito de seus membros] materialidade institucional e espessura cultural” (SIGNATES, 2003). Sendo a cotidianidade o espaço em que as pessoas se confrontam e mostram como verdadeiramente são, a cotidianidade familiar - como defendem os teóricos Ronsini, Silva e Mottrich (2009) - é uma das mais importantes mediações para a recepção dos meios de comunicação, pois a família representa um lugar de conflitos e tensões que, reproduzindo as relações de poder da sociedade, faz com que os indivíduos manifestem seus anseios e inquietações.

A parte etnográfica da pesquisa tem inspiração metodológica em Geertz (2008) que a compreende sob o epíteto “descrição densa”. Esta última pode ser entendida “como um processo de interpretação que pretende, e espera-se que consiga, dar conta das estruturas significantes que estão por trás e dentro do menor gesto humano” (TRAVANCAS, 2010, p.98).

Três fases foram cumpridas de acordo com os teóricos da etnografia: a primeira é o “levantamento da bibliografia” que forneceu um conhecimento prévio acerca da realidade que estudamos. Na segunda fase preparamos toda logística necessária para a operacionalização da pesquisa. Assim, montamos um “diário da pesquisa” onde temos anotadas as situações pelas quais passamos, sobretudo no recrutamento das famílias, algumas hostilidades, o modo de abordagem das famílias, o trânsito caótico de Luanda, o mau estado de conservação de algumas vias, falta de iluminação nas estradas, insegurança (que nos permitiu desenvolver o item – Condições sociais e materiais de recepção). Finalmente, a “entrada no campo” que se realizou buscando três aspectos essenciais para pesquisa: monitoramento do processo de recepção televisiva, realização da entrevista em profundidade, compreensão

da dinâmica familiar através de longas conversas com seus membros. Os resultados de cada uma dessas fases estão integrados na estrutura de todos os capítulos, visando a produção de um *corpus*.

A recepção televisiva foi trabalhada sob o aspecto da mediação da sociabilidade e da ritualidade (MARTIN-BARBERO, 2008). Relacionada às matrizes culturais, a mediação da sociabilidade permitiu-nos a análise do contexto onde os sujeitos receptores movimentam-se, atuam. As relações de gênero dentro do ambiente familiar permitiram refletir sobre como os receptores ativam e conformam os *habitus*, que moldam as suas diversas competências de recepção. Da compreensão da sociabilidade foi possível verificar, por exemplo, a troca de afeto entre membros da família, que alguns entrevistados, num segundo encontro, apresentavam-se com caneta e papeis para um resumo do Telejornal para uma melhor articulação das ideias. A mediação da ritualidade define-se pela prática regular, neste caso, pela assistência frequente, costume em assistir ao Telejornal. A ritualidade passa a regular os horários das atividades dos membros da família, a lógica de distribuição dos lugares na sala que é sempre respeitada (fica claro nas entrevistas quando questionamentos sobre hábito/costume em assistir ao Telejornal).

A entrevista em profundidade é uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções, e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (DUARTE, 2010, p.62). Nesta técnica, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado da interpretação e reconstrução pelo pesquisador em diálogo inteligente e crítico com a realidade (os capítulos 4 e 5 são resultado disso). Assim, as perguntas nesta técnica devem permitir o aprofundamento dos assuntos, compreender o passado, discutir e fazer prospectivas. Esta técnica é, para Richardson (2007):

A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos (RICHARDSON, 2007, p. 207).

A pesquisa empírica contou com a realização de 16 (dezesseis) situações de entrevistas, totalizando 47 (quarenta e sete) pessoas

entrevistadas, numa mediana familiar de 5 (cinco) indivíduos. A distribuição é a seguinte: foram recrutadas 8 (oito) famílias, sendo duas de cada etnia. Assim, trabalhamos com duas famílias Bakongo, duas famílias Kimbundu, duas famílias Ovimbundu e duas famílias Cômbe. As famílias foram divididas em dois grupos – o primeiro (F-1) e o segundo (F-2). Dois encontros (E-1 e E-2) foram realizados com cada família. As questões eram de tipo semiabertas, organizadas em um roteiro-guia de tópicos (Apêndice 1) onde “o pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão” (DUARTE, 2010, p. 66). Não havia uma ordem para os entrevistados participarem. As perguntas eram feitas e todos, cada um ao seu tempo, respondiam. Entretanto, a lista de tópicos utilizados tem sua ancoragem na questão problema e busca tratar da amplitude do tema. A realização de dois encontros revelou-se oportuna. Segundo Duarte:

Uma vantagem desse modelo é permitir criar uma estrutura para a compreensão de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes [famílias]. O roteiro-chave serve, então, como base para a descrição e análise em categorias (DUARTE, 2010, p. 67).

Assim, retomando a questão-problema - Até que ponto a produção de sentido sobre a televisão no ambiente familiar engendra possibilidades de emergência de microesferas públicas críticas em Angola? – escolhemos como fonte dos assuntos a serem conversados o principal serviço de notícias de Angola – “Telejornal”. A escolha deste serviço noticioso deve-se ao fato de ser a maior audiência na televisão angolana (MARKTESTANGOLA, 2016) e, por isso mesmo, palco de demonstração do poder como das diversas exclusões existentes. A escolha da cidade capital – Luanda – deve-se ao fato de ela ser a mais ilustrativa das clivagens existentes do ponto de vista cultural, étnico, econômico e social (INE, 2014). É o Estado onde mais claramente a desigualdade é visível, o hedonismo e a ostentação são gritantes e, por concentrar os maiores investimentos do país, recebe o maior fluxo migratório, além de, finalmente e mais importante, ser onde todas as etnias podem encontrar alguma representação. A exploração da questão problema se deu mediante os seguintes tópicos-guia: Memória: era uma pergunta quebra-gelo

onde os entrevistados relatavam sobre o que eles se lembravam de ter assistido. Dependendo da relevância dos temas lembrados aprofundávamos envolvendo os membros ao debate; Importância e Significado: aqui verificamos a questão valorativa, dependendo da resposta podíamos saber sobre a relação que o indivíduo mantém com o Telejornal; Especificidade das matérias: aqui exploramos aquelas matérias cujo conteúdo suscitava grande debate como é, por exemplo, a cobertura da vida interna do partido-Estado, nepotismo, corrupção, permitindo maior compreensão dos quadros hermenêuticos; Impressões tidas e Anotadas: a quando da observação dos nossos entrevistados assistindo ao Telejornal, muitos, de acordo a matéria veiculada, demonstravam reações tanto de desprezo como de concordância que no final nos aprofundamos; Ausências e Frequências: este tópico serviu para compreender a partir das figuras que dominavam o telejornal como o personalismo do presidente se processa e como o argumento da unidade nacional tornou-se falacioso.

Quadro 1 – Tópicos-guia da Entrevista em profundidade

TÓPICOS-GUIA	MEMÓRIA	IMPORTÂNCIA e SIGNIFICADO	ESPECIFICIDADE DE DAS MATÉRIAS (forma e conteúdo)	AUSÊNCIAS e FREQUÊNCIAS
QUESTÕES ABORDADAS	Matérias que chamaram a atenção	Valor conferido ao serviço noticioso	Aprofundamento das impressões tidas durante a veiculação	As figuras e instituições que dominavam o Telejornal e as maiores ausências

Fonte: O próprio autor.

As famílias (amostras) foram selecionadas a partir da Amostra não-probabilística por acessibilidade e conveniência – entenda-se “aquela em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1999, p.104).

O critério de inclusão das famílias na pesquisa era a origem étnica dos progenitores, assim buscou-se numa primeira fase 4 (quatro) famílias das etnias acima mencionadas e, posteriormente, mais 4 (quatro) das mesmas etnias. Outro critério que utilizamos em campo na escolha das famílias foi a segurança do bairro onde estas se encontravam. Dependendo do bairro e as condições de acessibilidade, podíamos aceitar ou não a inclusão das mesmas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o foco não é determinação de números exatos de entrevistados, ficando esta sob alçada do critério de saturação ou *ex-post*, ou seja, decidimos o tamanho da amostra ao longo do processo, tão logo sentimos ter densidade suficiente para análise. Tivemos um ótimo relacionamento com as famílias, como se fossem conversas de quintal, tendo a pesquisa se transformado numa situação de interação.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos chefes de família. As datas das entrevistas ficavam sob a alçada das famílias adaptando-se a sua disponibilidade de tempo, sobretudo, do patriarca. Todas elas foram realizadas nas salas de estar das famílias. Todas entrevistas foram gravadas, algumas com falhas devido a capacidade de memória do dispositivo que se esgotava, entretanto, nada que comprometesse o bom andamento das entrevistas, pois servíamos-nos do celular do pesquisador. Tivemos de adquirir outro cartão de memória, superando assim este impasse.

Durante as entrevistas, era notória a influência do patriarca ou dos demais adultos na dinâmica do processo, sendo que raramente alguém contradizia-os, mas a relação inversa era constante, adultos contradizerem os mais jovens. Outro aspecto que chamou bastante a nossa atenção era durante o aprofundamento de temas-tabu como: nepotismo, corrupção, má-governança que o diagnóstico feito por eles de outras áreas nos levava a estes, é o desconforto com que muitos, senão todos, demonstravam quando se viam obrigados a tecer alguma crítica ao partido-Estado, chegando inclusive a sussurrar. Esta situação gerava um clima estranho no ambiente, onde quase sempre fomos interrogados sobre as verdadeiras pretensões da pesquisa, o

que demandou maiores esclarecimentos. Nos casos mais extremos, presenciamos entrevistados que, durante a entrevista, demonstraram algum remorso, recorrendo inclusive à identidade cristã, como sendo “pessoas que não falam mal de ninguém” e que “não gostavam de falar de política e que, graças a Deus, a pesquisa não era sobre...”, temendo assim alguma consequência. De nossa parte, cumpríamos com recomendações metodológicas (DUARTE, 2010, p. 73).

A análise dos dados ampara-se em Laurence Bardin (1979), aplicando-se a Análise de Conteúdo (AC). A escolha desta técnica deve a sua importância no tocante a investigação de fenômenos simbólicos como nos confirma a própria autora:

Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1979, p.31).

A Análise de Conteúdo (AC) revela-se importante por se caracterizar como uma técnica que busca os significados por trás do texto visível, legível, que, neste caso, nos foram fornecidas pelos entrevistados. Junto a esta técnica, utilizou-se a Observação para fortalecimento das entrevistas com situações da vida cotidiana, visto que, ao mesmo tempo que observávamos, também éramos observados, alterando assim rotinas no ambiente familiar.

Na primeira fase, após a transcrição dos áudios, fez-se a leitura flutuante (*flip-flop*). Terminada esta fase, entramos imediatamente para a Análise dos dados propriamente dita. As categorias, reagrupamento das unidades de registro em número reduzido encontradas, surgiram do próprio Telejornal (sua estrutura interna), das teorias do pesquisador e da fala dos entrevistados. A forma utilizada é a categorização por “caixas”, de acordo com Bardin (1979, p.147): é aquele quando “é fornecido o sistema de categoria e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados”. O critério das unidades é semântico, “que atribui significado às subjetividades que se manifestaram em suas falas” (BARDIN, 1979).

Dentro de cada categoria, buscamos três índices (KRIPPENDORF, 1990, p.57; SIGNATES, 2008): Regularidades - frequência com que aparece uma ideia ou tema: tende a ser interpretada como medida de importância; Discrepâncias – quantidade de atributos favoráveis ou desfavoráveis de um tema ou ideia: mede a força ou convicção de uma crença ou motivação; e as Intensidades – referem-se ao modo como eram apresentados os argumentos. Foi atribuído um número para cada entrevista, ordenados por etnias. Assim, tivemos duas sequências de enumeração que diferiam apenas no grupo: famílias do primeiro grupo e famílias do segundo (F-1-E-1,2 e F-2-E-1,2).

Terminada esta fase, foram extraídas conclusões parciais de cada categoria que, resumidas, conduziram-nos às inferências e produziram os resultados finais compilados inicialmente em relatório da pesquisa e, finalmente, inseridos no *corpus* da dissertação numa interação com o conteúdo teórico pesquisado.

1.3. Condições sociais/matérias de recepção: as famílias

Que Angola figura entre os países com maior taxa de desigualdade isso é fato. Neste tópico, apresentamos uma breve descrição das condições sociais/materiais de recepção das famílias por onde estivemos, começando por um panorama geral daquilo que podemos chamar de “o viver em Luanda” para depois nos atermos às especificidades de cada família. Trata-se da parte etnográfica da pesquisa.

Descrever Luanda, mesmo que, sem grandes detalhes, reveste-se de grande importância para esta pesquisa, pois, permite-nos imaginar todo um conjunto de transformações que *a priori* vêm de distintas regiões do país, com seus hábitos e costumes, muitas vezes típicos, arranjos familiares típicos de suas etnias, hierarquia e valores que ao se verem envolvidos por Luanda, acabam todos diluídos porque Luanda é a cidade mais ocidental do país, concentra as maiores influências externas que Angola recebe. Por este e outros fatos, fronteiras entre valores, costumes, função patriarcal, perdem em muitos casos aquela solidez que geralmente teriam nos *habitats* naturais de suas etnias de origem. Fora o fato de que nenhuma família era exclusivamente de uma etnia, havia misturas na sua composição, o que não é negativo.

Luanda é símbolo de tudo que pode ser considerado “moderno” em Angola. Além de concentrar os órgãos da administração central do país, é nela onde são direcionados todos os grandes investimentos e infraestruturas do país. Com isso, registra-se um grande movimento migratório para Luanda, desde os tempos da guerra até hoje, consequência direta deste fenômeno. Quando nos referimos a uma cidade que concentra todo grande investimento do país, imagina-se uma cidade provavelmente funcional, transportes públicos, água, energia elétrica, saúde, educação, estradas funcionando na perfeita harmonia. Engana-se.

A cidade apesar da beleza natural é uma “selva de Betão”. O caos inicia-se no trânsito, onde as vias de acesso ou são insuficientes ou feitas com qualidade duvidosa, ou seja, não resistem à primeira chuva. O transporte público é assumido por pequenas vans (Toyota- Hiace) que se proliferam aos montes, sendo estas também responsáveis pelas flagrantes corrupções em plena luz do dia, no seu relacionamento quase promíscuo com os agentes reguladores do trânsito.



Fonte: Google

A administração pública como um todo não funciona, sendo permeada pela corrupção e que nós reiteramos. A recolha do lixo é péssima, impondo ao cidadão luandense a convivência entre o “lixo e luxo” como pudemos ouvir de um cidadão quando analisava as propostas do novo governador de Luanda.

“O lixo disse que vá ser semanal recolhido o lixo, e a gente já paga lixo na taxa já de energia e água. Mas vê a lixeira, como que a lixeira tá? É... Isso tudo. Essa é a realidade nossa que eu não aceito o Telejornal, por causa dessas coisas, né? O Telejornal vem com muita boca aqui: “ah, ah”, agora tá ali. Que que tá acontecendo? Num tá acontecendo nada” (Homem, Adulto, Bakongo, F-2-E-1).

Ao mesmo tempo em que descrevemos essa realidade caótica, existe uma classe seleta que vive, mesmo em Luanda, no maior dos luxos, divididos entre as mansões que possuem e as visitas aos países estrangeiros, geralmente todos ligados ao partido-Estado.

As famílias que constituíram o público-alvo desta pesquisa, enquadramo-las na “classe média baixa urbana” por uma questão de nos fazermos perceber, pois ainda não se pode falar de uma verdadeira classe média angolana. Tratam-se de famílias que residem nos bairros da periferia de Luanda expondo a desigualdade gritante entre ricos e pobres em Luanda. Provavelmente, uma das razões da escolha da cidade. Desta feita, passamos a etnografia de cada família e suas peculiaridades adaptadas ao modo de viver em Luanda.

Portanto, o que aqui pretendemos é uma “descrição densa” no sentido que lhe confere Geertz (2008) - “um processo de interpretação que pretende dar conta das estruturas significantes que estão por trás do e dentro do menor gesto humano”. Como o conceito de cultura é bastante eclético, o próprio Geertz (2008) recomenda que se escolha um. Esta dissertação pretende trabalhar a noção de cultura como cerca, por isso, deve ser entendida como “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento” (CLUCKHOHN *apud* GEERTZ, 2008, p. 4). Destarte, temos:

- FAMÍLIAS CÔKWE:

Trabalhamos com duas famílias e assim ocorreu em todas as demais etnias. A primeira família cômwe (F-1-Co) é uma família de arranjo peculiar. A verdadeira chefe da família não se encontrava (trabalha fora de Luanda), sendo esta função assumida pela sua primogênita (35 anos) e seu esposo (34). Por ser uma cultura patriarcal, este último assume as funções de chefe de família.

A família era composta de 12 (doze) membros, sendo 4 (quatro) adultos e 8 (oito) crianças. Dos adultos, além do casal acima referido, um é filho da verdadeira chefe de família (que estava ausente), outro é enteado. Das crianças, uma é filha da verdadeira chefe da família e as demais crianças eram netos, ou seja, filhos dos adultos de casa.

A casa parecia um sobrado, sem quintal, uma cozinha grande com panelas igualmente grandes logo na entrada, adequadas ao agregado familiar. Era uma casa bem circulada, sobretudo por crianças e os vizinhos que entravam e saíam o tempo todo. Não era uma casa silenciosa. Enquanto fazia-se esta observação, na cozinha, não passavam despercebidos os movimentos de ratos, principalmente pelo seu tamanho. Do lado de fora, ouvia-se som automotivo que comprometia um pouco as condições de audibilidade da entrevista.

A entrevista ocorreu no primeiro andar, numa espécie de marquise onde havia uma cama artesanal de casal. Não era a sala oficial da família, pois a oficial só era aberta na presença da matriarca e para visitantes ilustres. A televisão de tubo era suportada por uma caixa frigorífica. Havia ao lado um ventilador. Havia também um mosqueteiro ancorado ao telhado. As janelas eram grandes e corridas. O ar podia circular quando de repente começou a chover (serenar). A fiação elétrica estava exposta. A esposa não participou da entrevista, pois não parava um minuto sequer. Era um “vai e vem” devido à quantidade de crianças que demandavam cuidados, tendo servido no segundo encontro como justificativa do não acompanhamento do serviço noticioso. Um dos adultos debruçou-se sobre o termo de livre consentimento. A leve chuva perturbava o silêncio do espaço devido ao telhado que era de chapas de zinco. O chefe de família era levemente incomodado pelo filho de 2 anos que estava em seu colo. Por instantes, a esposa permaneceu no local, mas logo teve de sair.

O bairro, apesar de ser conhecido como zona nobre, pelo menos na área em que a família vivia, não havia nem asfalto nem esgoto. A circulação automóvel era deficitária devido à quantidade de buracos e ruas cujo traçado fora de acordo ao surgimento desordenado das casas. O chefe de família questionou-me se tratava-se de uma pesquisa de cunho político dado ao contexto de registro eleitoral e pelo fato de eu ter vindo do exterior. Durante a

entrevista, os membros da família pareciam um pouco tímidos pelo fato de ser o primeiro encontro (E-1). Um dos adultos membros da família estava visivelmente alcoolizado, porém permaneceu no local e este fato registrou-se nos dois encontros que mantivemos.

Enquanto interagíamos com os membros da família, uma neta (de 7 anos de idade) da matriarca veio até nós e, na conversa, nos fez saber que sua mãe biológica ficara na província em que trabalha a matriarca. Este comportamento em Angola é muito comum devido ao nível de desigualdade social, sempre que algum membro da família tenha algumas possibilidades, determinadas famílias cedem seus filhos por falta de condições materiais e na esperança de uma vida melhor para o(a) filho(a) cedida. Neste particular trata-se de uma mãe que cedeu sua filha à avó (mãe do esposo). Não era a única dentro da família nas mesmas condições.

Desta constatação, o que mais saltou aos nossos olhos é a diluição da estrutura hierárquica da família. Como a função de patriarca da família era exercida por um genro, era visível as limitações no exercício da função, sobretudo com os cunhados, ou seja, irmãos da esposa que praticamente não o reconheciam como patriarca senão pela idade que é outra característica comum a todas as etnias, uma forma de aquisição de respeito se dá pela diferença de idades.

Entre o casal que dividia a função de coordenação da família não se notava qualquer intimidade, afeto, era mais um casal em função social, pois pareciam mais dois irmãos. A casa estava pintada na cor cinza, porém, não conseguia esconder a sujeira das paredes consequência do fluxo de pessoas, sobretudo, de crianças. Ao longo do processo, percebemos que outros adultos habitavam na casa, eram mulheres, entre netas e sobrinhas da matriarca que não pudemos entender por que não participaram da conversa que propusemos a estabelecer, apenas circulavam sem parar.

A esposa (35) contou-nos que não era difícil gerir a logística da casa porque já estava acostumada, ela disse viver em função daquilo e pareceu-nos que não trabalhava fora. Devido à flexibilidade de horários dos membros, não era possível fazer-se refeições à mesa com todos os membros presentes, muito provavelmente não haveria lá mesa que contemplasse todos. Apenas três adultos participaram da entrevista. A esposa só conseguiu ficar para a

entrevista no segundo encontro (E-2) intercalando sempre com retiradas repentinas em nome dos cuidados das crianças da família.

Percebia-se o esforço que faziam para assistir ao Telejornal por completo, pois, enquanto decorria, alguns membros dormiam, sobretudo, o que estava alcoolizado, desatenção e as perturbações do meio externo: música alta do lado de fora, enfim, houve momentos que ficamos sós na sala até que o então chefe da família, questionou-nos – “vamos assistir até as notícias internacionais?” demonstrando, além da impaciência, a falta de familiaridade com o roteiro do serviço noticioso.

Pudemos perceber que a família não tinha costume de sentar-se à sala para assistir ao telejornal como posteriormente o líder da família acabou por confessar quando indagávamos sobre o hábito que tinham em assistir o Telejornal:

“Eh, tocando esse assunto, sinceramente vou ser muito sério... eu vejo o Telejornal de vez em quando, acho que esta pergunta pode me despertar. O porquê, primeiro, eu mentalizo sempre que, eu não queria falar muito porque, da política... mas as vezes o que nós queremos que aparentemente digam, não aparece... mas aquilo que nós achamos que... eu como cidadão, porque eu achar que talvez dissesse isso, essa parte não digo” (Homem, Adulto, Cômwe, F-1-Co-E-1).

Em seguida todos os demais membros concordaram sobre a intermitência na sua relação com o Telejornal.

A segunda família Cômwe (F-2-Co) também tinha suas peculiaridades. Era uma família jovem. O chefe de família (33 anos) e sua esposa (30). Havia cerca de cinco crianças na sala, sendo que três delas eram filhos dos vizinhos. A família contava ainda com a presença de um primo adulto (49 anos), uma irmã (30) e outro irmão (34), ambos do chefe da família e um sobrinho (18), filho de um irmão que falecera. Tínhamos então 6 (seis) adultos para conversar. A casa, embora cedida por outro primo, era bem organizada, na sala um conjunto de sofás marrom, a TV ocupava lugar central no espaço, havia também um aparelho de som, uma raque contendo algumas bebidas tais como vinhos e whisky e dois ventiladores. As janelas eram grandes, as paredes pintadas a cinza com marcas da última chuva que inundara a

residência devido a sua localização e ausência de esgotos eficientes. Dois quadros decoravam as paredes. A esposa estava grávida.

O bairro não tinha asfalto e a parte traseira da casa era percorrida por um córrego, o que fazia da presença de mosquitos uma abundância. O fornecimento de energia elétrica era deficiente, tendo sido usado várias vezes um gerador privativo que possuíam, enquanto assistíamos ao Telejornal, dois membros da família bebiam whisky, o primo (49), o chefe da família (33) e seu irmão (34). Este último ausentava-se constantemente, pois precisava fumar na parte de fora da casa. Era uma família com bom nível cultural, vide as contribuições que deram para o trabalho. O chefe de família (33) é engenheiro de informática, o primo (47) pareceu-nos ser jurista, devido ao domínio do vocabulário específico. Enquanto conversávamos, a esposa (33) preparava o jantar tendo feito alguns ruídos que perturbavam o ambiente. A irmã (30) é agente penitenciária, estava em casa passando uma temporada. Não havia uma hierarquia, o relacionamento era horizontal, com alguma margem maior de respeito pelo primo (47) pela idade e também pela sabedoria. Não se registrou alguma timidez digna de realce. A interação foi tão boa que conversávamos como velhos amigos.

A família já tinha morado em outro bairro. O casal conheceu-se na faculdade, o chefe da família mudara-se da Lunda-Norte para Luanda devido aos estudos. Não concluiu os estudos superiores devido aos altos custos. A família formou-se em Luanda. O chefe de família contou-nos como foram difíceis os primeiros dias em Luanda tendo chegado ao ponto de lavar carros dos vizinhos para sobreviver. Tudo mudou depois que conheceu a esposa. Por não ter participado ativamente no primeiro encontro (E-1), no segundo (E-2) percebemos que a esposa assistia ao Telejornal fazendo anotações visando um melhor discurso ao longo das conversas. Também tinham perdido a assiduidade em assistir ao Telejornal como um membro enfatizou:

“Eu estou a assistir e tive a ousadia de assistir do princípio até ao fim, porque temos esse trabalho para participar, para ajudar... eu recordo que talvez assistia a TPA, assistia muito a TPA, até a altura que começamos a ter a abertura das emissões estrangeiras, quando conseguimos ter emissões internacionais, comecei a fazer comparação, com a parcialidade, da imparcialidade da informação. Portanto, antes

claro, deixei, assistia porque sabia que nós estávamos a renascer, com tempo as coisas vão tender para a melhoria mas que, a situação vem a piorar” (Homem, Adulto, Cômico, F-2-E-1).

- FAMÍLIAS BAKONGO:

A primeira família Bakongo (F-1-B) é pequena com três membros apenas. O esposo (41) é eletricitista e funcionário público, a esposa (34) é doméstica. O casal tinha uma filha (5 anos). No primeiro encontro (E-1), dois vizinhos, uma mulher (37) e um homem (36) participaram totalizando quatro adultos. A casa da família encontra-se num lote da família alargada do chefe da família, onde via-se quatro casas, uma grande de sua mãe e outras três dos seus irmãos. A casa é simples, não tinha sofá dentro, tendo estes ficado na parte de fora da casa, acolhidos por um alpendre feito de ferro e chapas de zinco. A TV ocupava lugar privilegiado, a sala é conjunta com uma pequena cozinha. Havia também dois quartos sem portas dando diretamente para a sala e um banheiro, todos direcionados para a sala. No primeiro encontro, a esposa encontrava-se a passar roupa sobre a mesa de jantar, participando ao mesmo tempo da entrevista.

Na cozinha, havia um fogão e um frigobar, também podia ser visto da sala. A sala e a cozinha eram separadas por um balcão onde se via um aparelho de microondas e um suporte de talheres. Num determinado momento, a esposa comentou *“É hora da novela, vamos assistir Telejornal?”* tendo produzido risos na sala que tinha um porta-retrato na parede. O teto era coberto de chapas de zinco com suporte de ferro exposto. As paredes eram pintadas na cor amarela, o chão tinha mosaico branco. A sala contava ainda com um aparelho de ar condicionado. O chefe da família caminha suportado por uma muleta, tendo sido diagnosticado por desgaste do fêmur, fruto de um acidente sofrido havia oito anos. Contou-nos sobre os planos de viajar para a Namíbia para tentar solucionar a situação da perna. Antes do Telejornal, a conversa de interação fluía tranquilamente, mas focada nas questões de saúde que afligiam a família, aproveitando-se da presença da vizinha (37) que era profissional da saúde. O chefe da família lamentava a dificuldade de se encontrar medicamentos que haviam sido receitados. Segundo ele, *“a vida em Luanda é difícil, mas quem já acostumou... há pessoas que saem quatro, cinco*

horas manhã, chega no centro da cidade, as instituições ainda nem abriram, você fica lá fora a espera”, demonstrando como a vida era bastante corrida. O bairro estava sendo asfaltado, porém, a rua da família entrevistada aguardava expectante, pois, as obras há muito que haviam parado, correndo o risco de ficar por isso mesmo, como é comum em Angola, por isso, uma certa apreensão da parte deles.

O segundo encontro (E-2) ocorreu com muitos percalços. Não havia energia elétrica no bairro, movimentaram-nos para a casa da vizinha (37), onde foi ligado um gerador privativo que fazia bastante barulho. Houve maior afluência de pessoas, tendo participado cerca de seis (6) pessoas, era quase uma comunidade. O chefe de família não conseguiu comparecer devido a contratempos. Dos participantes: a dona de casa (34), a irmã da vizinha anfitriã (41), três jovens (22, 25, 27) e um homem adulto (36) que esteve no primeiro encontro. Já não se podia falar em estrutura familiar dada a composição do dia. Foi boa a mistura devido a riqueza de conteúdos tendo se formado uma esfera pública naquele momento.

Ao longo da veiculação do Telejornal, era visível a desaprovação e o descrédito com relação a algumas matérias através de gestos com os lábios e olhos, quando a anfitriã comentou:

“Esse Telejornal eu não assisto, todos dias a mesma coisa, nada muda, quando a UNITA aparece é um segundo, o MPLA é trinta minutos, assim memo é justo?” (Mulher, Bakongo, Adulta, F-1-E-2). Referia-se a desigualdade de tempo conferida aos partidos políticos. A falta de costume de assistir em conjunto ao Telejornal era visível, pois todos estavam espantados ao refletirem que a última vez que assim se procederam demorava aparecer na memória.

A segunda família bakongo (F-2- B) é uma família bastante humilde e fustigada pela desigualdade de oportunidade que se vive em Angola. Vivem no bairro pobre destinado aos antigos combatentes. As ruas não são asfaltadas, o lixo aos montes, falta um pouco de tudo que é básico. É uma família relativamente pequena composta pelo chefe da família (56), sua esposa (54), duas filhas, que ainda moram com os pais: uma com (24) a outra com (26). A casa contava ainda com alguns netos, filhos da primogênita da dona de casa. Saíram de sua terra natal na tentativa de amenizar o sofrimento, a perda de outros cinco filhos e alguns irmãos. O primeiro encontro (E-1) não se realizou

como previsto, porque faltou a grande maioria dos membros da família. As meninas ficaram presas no trânsito, o patriarca estava demasiado cansado que nem pudemos vê-lo, soubemos apenas da esposa que estava a descansar. Choveu tanto que o sinal da TV não resistiu, portanto, serviu-nos apenas para o trabalho etnográfico.

A casa é humilde, a mais humilde de todas as famílias que nos receberam. A fiação elétrica estava exposta. A sala é pequena, o chão de cimento, dois pequenos sofás, a TV ocupava o lugar central, sendo o único entretenimento da família. Alguns netos por instantes surgiram para buscar água no tanque da casa, eram filhos da primogênita da dona de casa. A senhora confessou-nos que *“a maior diversão aqui é a novela, quem assiste o Telejornal é só o papá, o resto aqui é só novela memo. Aqui, nas novelas podem sair duas ou três horas aqui na sala (risos)”*. Esta falta embora tenha surgido com tamanha clarividência apenas nesta família é um retrato interno de todas famílias, a troca do serviço noticioso pelo entretenimento novela. Fato que quando aprofundamos nas entrevistas, pudemos compreender o porquê. Além disso, existe no imaginário cultural angolano a ideia de que *“noticiário é coisa para adultos e homens”*. Jovens e mulheres não são excluídas explicitamente, mas há um consenso consuetudinário que as exime desta preocupação.

Este fato é tão real que se pode perceber pela ausência das mulheres nos debates, embora existam as exceções. Mas as mulheres, na grande maioria que entrevistamos, dentro das famílias, eram sempre apáticas e jamais tomavam a iniciativa ao debate. Este fato remete-nos aos costumes das etnias em seu interior, onde a esfera do debate, da discussão era reservada aos homens adultos, sendo que jovens, mulheres e crianças nalguns casos poderiam apenas assistir e isso ainda persiste em muitas famílias nas urbes angolanas.

Voltando ao interior da casa desta família, os cômodos não tinham portas, sendo que a privacidade era mantida por panos frágeis que voavam ao menor vento. O estranho nesta família, ao que pareceu-nos, é que os ratos eram tantos e não se intimidavam com a presença dos humanos no espaço da casa. O telhado era baixo e feito de chapa de zinco. Com a chuva, ficou difícil

nos entendermos um ao outro. Não havia na sala qualquer tipo de ornamentação nas paredes, sendo estas pintadas de cal.

Quando finalmente ocorreu o primeiro encontro (E-1), todos se faziam presentes e começamos a conversar com as filhas do casal na parte fora da casa. A filha mais velha (26) contou sobre o “medo de falar em Angola”. O chefe da família imediatamente começou a apresentar seus motivos pelos quais não assistia ao Telejornal, dentre muitas reclamações, algumas intensas, ele disse *“não temos água, não nos dão créditos, mas os caminhões tão sempre a encher, o mais velho nós não queremos que ele sai, mas que nos cuide bem”*. A expressão “Mais velho” aqui se refere ao Presidente da República cuja longevidade no poder já passa os trinta e cinco (35) anos. A miséria social é tão grande que se junta ao desconhecimento mínimo na necessidade da rotatividade do poder nas democracias, percebe-se nessa fala que as pessoas não estão preocupadas com a democracia, desde que se sejam satisfeitas determinadas condições. Esquecem-se de que parte da situação que se vive é consequência direta de vícios arraigados que, provavelmente, seriam relaxados com alguma rotatividade do poder.

Ao longo da conversa anterior ao Telejornal, o próprio chefe de família que dissera que a preocupação não é com a rotatividade do poder, quando falava sobre a mídia e o sistema político, confessou - *“O canal 3 (TV Zimbo) também tava bom, mas agora já tá igual, eu até já não sei, eu quero outra televisão... Nesse país não se pode falar de política, por isso a gente só olha, nós aqui tamos mal, oh meu filho!”*. O sentimento traduzido na fala “Nesse país não se pode falar de política” nas palavras de Geertz (2008) “consiste no que alguém tem que saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros”, ou seja, uma cultura. O que nos intriga com os vários relatos é que todo o diagnóstico real da situação eles têm, porém, a sinapse nervosa que levaria a conclusão não se completa. O que estará por detrás disso? Será a chegada à conclusão que levará ao movimento de ruptura? Por enquanto, é difícil dizer. Por hora, fica a certeza de que a possibilidade de produção de sentido capaz de gerar esferas públicas críticas existe.

- FAMÍLIAS KIMBUNDU:

A etnia Kimbundu, do ponto de vista político, é a mais poderosa. A primeira família (F-1-K) que tivemos acesso é pequena, composta de quatro membros. O chefe da família (54) é professor, sua esposa (51) também professora e um filho (29) e uma filha (19). A casa tinha uma boa estrutura e havia sinais de que alguma obra de ampliação estava sendo feita. A sala é simples, porém com um sofá enorme que a preenchia quase toda no formato de uma letra G, sendo a televisão a principal estrela da sala. Havia quadros decorativos nas paredes, enquanto isso, a filha (19) estava deitada no mesmo sofá assistindo a telenovela “O profeta”. A casa era bastante silenciosa, o chefe da família estava no quarto repousando, porque havia sofrido queimaduras nos pés.

No começo do Telejornal (20h), nenhum dos progenitores estava presente na sala. O pai pelo motivo acima citado, mas que lentamente dirigiu-se até a sala, tendo se mantido deitado devido as dores que o consumiam. A mãe não poderia participar porque fazia algum curso durante a noite, só aparecia nos últimos minutos da entrevista, isso se repetiu nos dois encontros (E-1, 2).

Assim que era veiculada a matéria sobre a visita do Presidente da República Centro Africana, quem apareceu comentando foi o Embaixador Itinerante quando a filha (19) comentou – *“Olha o bajulador!”*. O irmão mais velho (29) respondeu dizendo que *“Eh, eu já nem perco meu tempo criticando esses gajos, ele está bem de vida, estar onde o presidente está...!”*. Ao analisarmos essa opinião, remete-nos diretamente à Oliveira (2015, p. 224) quando afirma que “os angolanos podem desejar livrar-se dos oligarcas, mas querem transformar-se neles”. Essa assertiva, na nossa opinião, seria o grande câncer, o limite da filosofia da consciência para que qualquer tipo de ruptura pudesse vir a realizar-se. Esta forma de ver os oligarcas estende-se na corrupção, enfim, a todos quanto se beneficiam de métodos ilícitos para o enriquecimento. É essa forma de ver os oligarcas que faz com que, sobretudo, os jovens dos meios urbanos se identifiquem com o enriquecimento súbito da elite, o percurso que eles próprios anseiam (OLIVEIRA, 2015).

É esta visão que acreditamos estar na subjetividade de muitos angolanos que faz com que mesmo produzindo sentido crítico sobre a

realidade haja dificuldades de se chegar a uma conclusão que propicie intento de mudança. Assim, o controle do partido-Estado encontra na cultura, no modo de ser e estar dos angolanos um terreno fértil para sua manutenção.

No espaço, era possível uma troca de opiniões salutar entre membros da família sem o recurso de valores não comunicativos como o relacionamento vertical, o poder patriarcal. No segundo encontro, manteve-se a mesma dinâmica, porém, havia mais um membro da família que não participou do primeiro encontro. Tratava-se de uma sobrinha (28 anos) do chefe da família.

O bairro também não tinha asfalto, antes a família vivera noutra município, cujas condições sociais eram idênticas com as da nova morada. Não havia iluminação pública. As ruas, apesar de tracejadas, não seguiam uma perfeita harmonia, relevando uma construção desordenada, embora melhor que muitos bairros da capital.

A segunda família (F-2-K) reside num bairro também muito humilde. A família é composta de cinco membros, sendo o chefe da família (43) funcionário público, sua esposa (42), o filho mais velho (22) e os gêmeos (12). O primeiro encontro (E-1) não se concretizou em data prevista, pois o chefe da família encontrava-se alcoolizado (...). A casa da família é muito pequena, nós entramos nela pela cozinha, pois a porta da sala estava bloqueada no sentido de conferir mais espaço a sala. O quintal era de terra. Dois quartos e uma cozinha. Na sala a TV ocupa lugar de destaque, com ornamentos ao redor, havia também um pequeno sofá na forma da letra L, uma mesa com quatro lugares, um porta-retratos do chefe da família na parede. As moscas também faziam parte do ambiente. A estante sobre a qual repousava a TV estava bastante empoeirada e com alguns CDs piratas. Havia ainda um aparelho de som enorme, um frigobar e outra estante de canto contendo copos.

Ao pedir sigilo sobre sua identidade, o chefe da família disse *“Esse país é democrático, mas a democracia ainda não está bem, bem, sobretudo para nós de classe baixa, eles te excluem...”*. Este depoimento revela o medo que com os cidadãos têm com relação a um Estado forte. Como a mulher chega tarde em casa devido ao trabalho, era incumbência do chefe de família orientar as crianças sobre alguns trabalhos domésticos. Quando a dona de casa chegou, percebeu que esposo esquece-se de pedir às crianças que descongelassem a carne, - *“Ô pai, assim memo não falaste pra descongelar a*

carne do jantar?” – essa fala revela em parte o tipo de intimidade estranha entre o casal pela forma de tratamento. A grande maioria dos casais na cultura angolana não costuma demonstrar afeto, tanto é que formas de tratamento revelam isso escancaradamente, mulheres que tratam seus maridos por – mano, pai, etc. e vice-versa. Participaram da entrevista cinco pessoas, pois, o filho mais velho do casal, convidara mais dois amigos (18 e 19 anos). A dona de casa, participou indiretamente, tinha que dividir a atenção com o jantar que estava preparando

Na residência anterior compartilhavam a casa com sogros e por uma necessidade de maior privacidade, tiveram mesmo de se mudar. Para essa família, viver em Luanda é fácil desde que se tenha emprego e faça alguns bicos. Contou-nos sobre suas memórias da guerra civil, dos colegas que morreram. Quando iniciou o Telejornal, logo após os destaques, o chefe da família exclamou – *“São esses os tópicos do telejornal, só são três (risos), são esses que vamos debater... aqui em Angola, para nós os jovens, não é fácil assistir o Telejornal”* – com isso, ele demonstra como nas demais famílias que o Telejornal, há muito que deixou de coordenar o tempo das famílias, sobretudo, no horário nobre.

Outro fato curioso nesta família é que o filho mais velho (22) é autoridade intelectual da casa. Por exemplo, para fazermos a pesquisa, o chefe de família teve de consultar antes ao filho sobre o que ele achava, segundo ele, é ele quem mais entende dessas coisas, sendo assim, um tradutor, um interprete da realidade social para seus pais. O segundo encontro tínhamos cinco pessoas, sendo os três membros adultos da família e mais dois vizinhos adultos (68, 46) que enriqueceram o debate. O fato curioso, é que com a presença do vizinho (68) pela idade e líder de opinião que é no bairro, o chefe de família praticamente perdeu a fala. Esta atitude é sintomática de hábitos antigos em que quando se está diante dos mais velhos, é deles a fala mesmo em nossa casa. Foi isso que se viu, das poucas vezes que entreviei, era mais para endossar as ideias do vizinho (68). Este último era um conservador e nacionalista.

O começo do segundo encontro (E-2) já foi inesperado. Estávamos na sala, o chefe da família (43), o filho mais velho (22) e vizinho (46) que fora convidado. Este último começou por agradecer a oportunidade de poder

participar da pesquisa nas seguintes palavras - *“Ainda há muita coisa abandonada, a nossa própria liberdade de expressão, ainda não é... eu gostaria que nós tivéssemos uma televisão igual a brasileira, que mostre os crimes por exemplo, do colarinho branco, só passa crimes do provo”*. Eis que chega o outro vizinho (68) tido como líder de opinião e pessoa de respeito no bairro, interrompe a fala e diz em tom exaltado *“Esse não é o objeto da pesquisa. Eu não vendo o meu país, mesmo que as coisas estão mal, não aceito isso, isso pra mim é traição”*. Gerou um silêncio na sala que levou-nos a esclarecer os fatos ao vizinho revoltado. Foi assim o início da esfera pública que se pretendia naquela família e que acabou sendo uma das melhores entrevistas.

- FAMÍLIAS OVIMBUNDU

A primeira família (F-1-O), tendo como referência o ponto onde nos encontrávamos, sua localização ficava a mais de 20km. Era uma família extensa dentro dos padrões angolanos de composição. O chefe da família (40) é funcionário público, formado em Administração, a esposa (34) pareceu-nos ser doméstica. O casal tem quatro filhas, todas menores de idade (16,13,10 e 3 anos), contou-nos que pretendia fazer mais filhos porque adorava, segundo ele *“não sou muito dessa política de ter só dois filhos. Imagina se meus pais tomassem essa decisão, eu não estaria aqui. Você faz só, Deus vai ajudar. Penso em chegar a dezessete filhos, agora são quatro”*. Contamos com a presença de dois irmãos do chefe da família, um (30 anos) e outro (36) que pareciam morar nos arredores.

A casa era pintada de cor azul por fora, verde e branco no seu interior. Estava situada num lote grande com muros altos e parecia viver no mesmo lote outra família, ou seja, era um lote compartilhado. Do lado de fora da casa havia uma viatura Toyota Hilux, com chapa de matrícula na cor verde, o que em Angola serve para os carros oficiais do governo, ONG e igrejas. Nas condições em que se encontrava, imaginamos estar já em via de abate (mecanismo de apropriação de um bem público para um particular), uma prática comum por lá, tendo em conta os hábitos patrimonialistas adotados. No interior da casa, a sala estava decorada, com quadros nas paredes, fotografias da família, três abajures, havia sinais de infiltração nas paredes, ar condicionado, o sofá

também era verde em volta da TV, cortinas e tapete verde. Havia uma mesa de jantar para seis ocupantes. Fui convidado a sentar-me no sofá que pela posição, era o lugar do chefe da família, sendo que este sentou-se bem ao meu lado numa cadeira que buscara de outros cômodos da casa, enquanto degustávamos alguns aperitivos gentilmente servidos pela esposa e a filha mais velha.

Os demais participantes sentaram-se, um (30) no sofá maior dividindo-o com as sobrinhas e o outro (36) sentou-se na mesa de jantar, as atenções estavam para mim e para televisão, sobretudo, as crianças que pareciam deslumbradas ao saberem que vinha do Brasil e algumas contaminações na fala quebraram minha pretensão de discrição. Quando fomos ao banheiro, havia muitos reservatórios de água, ilustrando o deficitário ou quase inexistente fornecimento de água encanada. Ao longo das conversas, notamos a ausência da dona de casa que havia se retirado da sala depois de ter servido os aperitivos e não mais voltou, tendo a sala sido reservada para homens e as crianças que iam e vinham o tempo todo. A filha caçula, brincava com o chefe da família, algumas vezes interrompendo o decorrer da fala deste. O nível de atenção ao Telejornal não era dos mais altos, percebia-se também a exaustão que a pesquisa os submetia já que não mais assistiam ao Telejornal com aquela assiduidade que nós solicitamos. Assim, celulares e conversas paralelas de todos membros eram constantes.

Uma das conversas ao longo do Telejornal foi sobre a matéria que retratava as eleições americanas quando o chefe da família disparou *“Eu prefiro o homem, não quero ela, a mulher” “Tá ver, saiu o marido e veio a mulher (referia-se ao casal Clinton) se fosse aqui, teria já muita crítica desconstrutiva, se fosse na África”*. Esta opinião reflete um pouco o desconhecimento de preceitos democráticos que admitem essa sucessão e que parte dos angolanos ainda não compreende, nem percebe a clara diferença. Há também nessa opinião certo machismo que, depois, o chefe da família tentou justificar-se já na entrevista oficial. Houve momentos em que ninguém na sala prestava atenção ao Telejornal.

Um dos momentos em que as pessoas convergiram para o mesmo assunto foi sobre o comercial que informava sobre a subida do preço dos créditos para celulares, tendo havido troca de opiniões que se misturavam com

ironia e cansaço. *“Possas, já não haverá comunicação, o saldo subiu”*, comentou o irmão (36). O outro disse: *“Hoje até já não estão vendendo mais saldo (referindo-se às velhas recargas)”*. Em seguida, o chefe da família ironizou *“Vamos voltar para as cartas...”*. Porém, conformou-se: *“Mas o angolano é rijo, não vai afetar em nada”*. Esta atitude reflete mais ou menos o modo como o partido-Estado opera na sua relação com a sociedade de cima para baixo e como esta ao invés de alguma atitude de reprovação, prontamente aceita a condição imposta de cima mesmo que isso gere algum prejuízo como é óbvio.

O segundo encontro (E-1) começou com alguns problemas, não havia energia elétrica, quando o chefe da família chegou à casa, prontamente tratou de acionar o gerador privativo que possuíam restabelecendo a energia, isso deve ter levado uns 30 minutos. Por termos tido mais tempo neste segundo encontro, aprofundamos sobre a história da família. O patriarca mudou-se do Bié para Luanda fugindo da guerra civil. Trabalhou como taxista após aquisição da habilitação. Nasceu numa família com nove irmãos. Lembrou-se quase emocionado da falta de amigos que sentia em Luanda e do tipo de relacionamentos, coisa que não faltava em sua terra natal *“Hoje já não se fazem amigos, mesmo o amor, sentia-se mais amor”* em seguida contou-nos da lembrança de um velho amor de infância. Contou-nos ainda sobre as condições da época nas escolas.

A segunda família (F-2-O) vivia numa casa pequena e apertada a contar com a quantidade de pessoa que nela habitavam. É uma família humilde, porém com alto agregado familiar. A chefe da família (51) trabalha como cozinheira. Em casa moravam duas filhas (34, 26) e um sobrinho (24), mas no dia do primeiro encontro (E-1) a família alargada estava completa pois, uma das filhas (34) completava mais um ano de vida. Assim estavam na sala, o genro (36), um filho (27), outro sobrinho (25). Tínhamos então cerca de oito pessoas aptas a participar da entrevista.

A sala estava pintada na cor amarela, quadros religiosos podiam ser vistos nas paredes e um outro, o retrato de uma filha que casara-se e não mais morava com a mãe. Dois sofás preenchiam a sala onde nos acomodamos como podíamos, havia pessoas em pé, a circulação de pessoas era constante. Como sempre, a TV ocupava o centro da sala, as janelas da casa eram feitas

de chapa de tambor. A cozinha se misturava com a sala de jantar, não há quintal. Quando se abre a porta é logo a rua. A rua estava asfaltada. O genro da matriarca assistia tomando uma cerveja.

Havia um tapete nas cores marrom e branco e num dos cantos, uma vassoura decorativa. Um dos cômodos dava diretamente para a sala, sendo possível dali ver o amontoado de roupas, baldes, cestos e malas, cama e mosquiteiros. Da sala para a cozinha-quintal havia um armário de madeira. Passadas horas de entrevista o genro começou a sugerir que encerrássemos a entrevista porque pretendia cantar os parabéns a esposa. Pedimos mais alguns minutos, pois, era a parte final. Ele não consentiu, apelou e foi-se embora da casa tendo perdido o grande momento. Sugeriu-nos outro método para pesquisa, sobretudo, no que tange ao público-alvo. Os membros da família disseram-me que não me preocupasse, que ele era daquele jeito mesmo (...).

Dentro de casa, circulavam também ratos e baratas, sem qualquer tipo de timidez, tendo esta última passeado pela tela de TV. As janelas abertas davam imediatamente para o muro da casa ao lado numa distância de centímetros, não existindo ali qualquer paisagem que possa ser vista da janela. Enquanto assistíamos ao Telejornal, a matriarca da família cochilava no chão do corredor, tendo-se ouvido seus roncões, o que produziu risadas nos filhos. O telhado da casa era de chapas de zinco, sendo visíveis seu suporte de ferro.

O grande momento de convergência entre os membros da família foi a quando do anúncio dos dados da MarkTest (Ibope de Angola) que davam conta de que o Telejornal tinha a maior audiência do país e que o apresentador do dia, era o mais querido dos telespectadores. Essa matéria gerou debate, todos no sentido de discordarem dela, como ironizou o genro (36): *“São eles que o dizem”*.

O segundo encontro (E-1) ocorreu com o maior problema registrado em todas as entrevistas, a falta de energia elétrica. A família também possuía seu gerador privativo que foi acionado. Antes disso, fomos interpelados pelos agentes de trânsito o que nos levou a atrasar todo o processo. Este encontro aconteceu apenas com os membros da família que moravam em casa: a matriarca (51) as filhas (34 e 26) e o sobrinho (24). Desta vez eles trataram de segurar a matriarca para que não caísse outra vez no sono. Assim pudemos contar com a participação ativa dela apenas no segundo encontro (E-2).

Portanto, são essas as condições materiais que pudemos perceber nas famílias que tivemos acesso. Nos Municípios/bairros que visitamos e tivemos sucesso, geralmente, não tinham asfalto, uns deles vivendo a expectativa de tê-lo. A distribuição de energia elétrica mediana (tendo sido inclusive, motivo de adiamento/cancelamento de várias entrevistas marcadas). Policiamento inexistente, sem água corrente, tendo na sua maioria tanques escavados no subsolo. Boa parte destes bairros não encontrava qualquer infraestrutura de lazer/entretenimento num raio de um quilômetro ou mais. O que levou-nos a concluir, mesmo que parcialmente que a televisão era a única opção, sobretudo às noites.

Quanto à estrutura familiar, surpreendemo-nos até certo ponto. É que as famílias mais extensas características dos países africanos, parece ter mudado de paradigma. As com maior número no agregado, geralmente não era composta de filhos do casal mas sim, de sobrinhos, netos, etc. dominada por crianças, os adultos era minoria nas casas. A média era de quatro (4 pessoas) adultos. As mulheres (esposas) quase nunca participavam das conversas, podia estar em casa, mas limitavam ou a servir algum aperitivo ou mesmo dedicadas ao serviço doméstico. Das raras vezes que mantiveram-se na sala, participaram muito pouco, as vezes não se lembravam de nada ou limitavam-se a ratificar as opiniões de seus esposos. A maioria das famílias eram patriarcais. O pai era, portanto, o direcionador das opiniões, salvo em algumas exceções, foi contradito. O pai era sempre o provedor com exceção de uma família onde não existia a figura paterna, tendo sido a mãe a chefe da família. Percebia-se também um relaxamento das estruturas verticais de relacionamento, a relação pai-filhos mesmo em momentos de tensão nas conversas, era imediatamente sem reservas, o que possibilitou maior fluência das ideias.

Sempre existia dentro das famílias uma espécie de líder de opinião e que na maior parte das vezes era o pai ou seu substituto. Esta liderança se dava ou pela posição de patriarca, provedor ou pelo fenômeno da “espiral do silêncio”. Podia ser um vizinho amigo, um filho tido como mais antenado ou algum “mais velho” por questão de idade e experiência.

EXCURSO – O método de pesquisa e o estudo da própria sociedade

O excurso, enquanto divagação, caminho desviado, nem sempre é necessário, entretanto, tem seus méritos. A possibilidade de poder divagar sobre as sensações que o método da pesquisa despertou em nós e aos nossos entrevistados demanda breves ponderações. Ao elaborarmos o projeto de pesquisa mal podíamos imaginar os desafios e satisfações ao final de todo processo. No dia 16 de outubro, partimos de Goiânia para Brasília e de lá para São Paulo, afinal de contas, a travessia tinha sua “ponte-cais” por lá. Quase oito horas se passaram. Quando despertamos, estávamos em Luanda – a capital de Angola. Nosso objetivo com este excurso é compartilhar a experiência de um pesquisador na própria cultura onde nascemos, crescemos e temos a família inteira vivendo. A relevância deste compartilhamento prende-se ao fato de ser um “filho pródigo” que retorna mesmo que brevemente para a terra, mas para compreender seus pares, os quadros hermenêuticos que os constituem e que ele próprio já foi parte disso. Isso, por si só já é um dado.

As transições que hoje vivemos, vinculadas à globalização, produzem, nas palavras de Andrade e Bosi (2003), a fragmentação simbólica que se materializa na perda de valores culturais que dão referência à construção de subjetividades. A importação de modelos globais em todas as dimensões da vida humana pulveriza a dimensão simbólica de forma violenta, transformando os modos de produção, de hábitos, de valores e outros, promovendo um desenraizamento cultural, processo este que Hall (2000) denomina “descentração do sujeito pós-moderno”.

Assim, o fato de pesquisar um objeto tão próximo é tão comum, porém, desafiador à medida que demanda da parte do pesquisador um certo estranhamento da própria cultura. Sensações estranhas muitas vezes surgem. Seríamos nós quem perdemos a essência do pertencimento à comunidade ou serão eles que ainda não se destradicionalizaram no seu modo de lidar com a realidade circundante? Destradicionalização, neste contexto, deve ser entendida nos moldes como Beck, Giddens e Lash (1997) a pensam: “Não significa falar de uma sociedade sem tradições - longe disso. Ao contrário, o conceito refere-se a uma ordem social em que a tradição muda seus *status*”, ou

seja, precisa permitir-se a uma auto problematização. Quem o fará, senão nós os produtos de sua ramificação?

Nesta dissertação, o foco são as famílias que aqui tratamos tecnicamente como sujeitos receptores angolanos. A entrada em campo produziu sensações ambivalentes. Enquanto que uma maioria que nos rejeitou viu em nós a possibilidade e o risco de um espião adentrar em sua vida familiar, outros receberam-nos com satisfação de um sujeito-receptor que nunca lhe fora dada a chance de poder participar, sugerir nos conteúdos que recebe diariamente. Era preciso esclarecer que não estávamos ali em nome de algum órgão oficial, para não transmitir falsas esperanças nem temores a um povo acostumado a sujeitar-se.

A problemática da subjetividade nesta dissertação emerge como algo fundante na relação dos indivíduos com os meios de comunicação, pois, como se sabe, nas sociedades contemporâneas, a mídia não determinam, mas participam em grande escala na formação de subjetividades dos sujeitos. A relação entre mídia e subjetividade nasce da necessidade histórica que a ciência psicológica sempre teve de compreender as condições que modificam as posições subjetivas (MOREIRA, 2015).

Destarte, ao filho da terra que agora retorna como pesquisador, duas questões se apresentaram como desafiadoras (inspirado em Damasio, 2016, p. 49-56):

1. A experiência do trabalho interpretativo nas etapas de coleta e análise dos dados e;
2. A perspectiva de pesquisar a própria sociedade.

Experiência do trabalho interpretativo

De acordo com Gadamer (2003, p.19), a interpretação enquanto método implica na compreensão do pesquisador que interfere no próprio método de interpretação, que não é senão um “comportamento reflexivo diante da tradição”. Com os dados que produzimos, o que nos esforçamos em fazer é exatamente tentar tirar todo um véu romântico sobre valores culturais e sociais próprios para lhes perceber as falhas e os vícios do tradicionalismo.

A compreensão implica sempre uma pré-compreensão que, por sua vez, é prefigurada por uma tradição determinada em que vive o intérprete e que modela os seus preconceitos. Assim, todo encontro significa a 'suspensão' dos meus preconceitos (GADAMER, 2003 *apud* DAMASIO, 2016 p. 49).

Isto posto, o que aconteceu conosco foi quase automático. Ao nos afastarmos de nossa própria cultura, conseguimos enxergar nesta sociedade imperfeições ou mesmo qualidades que não eram possíveis observar estando dentro, fruto do envolvimento emocional que nos permeia. Manter um certo distanciamento da própria cultura muitas vezes implica ausentar-se fisicamente. Foi o nosso caso. Deste distanciamento clarificaram-se as dinâmicas intrafamiliares e o poder patriarcal, por exemplo.

Deste distanciamento, foi possível adquirir uma consciência histórica fruto das informações que tivemos no Brasil e que foram e têm sido cruciais para o processo de maturação de algumas ideias. Gadamer (2003), ao se referir a uma pré-compreensão, não se limita apenas à cultura do outro, mas do próprio fato moderno de uma consciência histórica que ele entende como sendo “um privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”. O que se pretende com isso dizer é que estamos dotados de instrumentos para interpretar dados históricos, mesmo que não pertençamos ao referido período. É a experiência que sentimos ao mergulhar na Angola socialista. A consciência histórica permite relativizar o papel do pertencimento do pesquisador, embora seja indispensável. Assim, buscamos uma auto compreensão da própria realidade, estabelecendo com os entrevistados uma relação sujeito-sujeito, como esclarece AmatuZZi (2006):

Na ciência estamos totalmente polarizados pelo objeto. Na consciência nos incluímos nessa relação. Na ciência todo meu campo de conhecimento é preenchido pelo objeto, na consciência eu mesmo estou explicitamente presente nesse campo. Movimentar-me no campo da ciência é conhecer cada vez mais detalhes da realidade objetiva. Movimentar-me no campo da consciência não é isso, mas, sim, incluir-me cada vez mais em minha relação com o mundo. Aumentar ciência é acumular informações objetivas. Aumentar consciência é envolver-me criticamente com as coisas. Não é um mero saber. Aqui saber, agir e sentir são indissociáveis (AMATUZZI, 2006, p. 93).

A pesquisa se revelou, em alguns casos, como oportunidade de autoquestionamento, à medida que muitas situações ficaram visíveis durante o processo. Esta atitude é reforçada por Pagès (1976), para quem a possibilidade para o indivíduo perceber adequadamente sua própria experiência subjetiva é a condição mesma da mudança, pois ela restaura a possibilidade de o próprio indivíduo avaliar sua experiência e modificá-la.

Se, conforme Duarte (2010), a assunção de uma postura neutra por parte do pesquisador transmite estímulos positivos, produzindo equilíbrio e impessoalidade na relação, a presença do pesquisador somada ao fato de residir fora do país, produziu outras referências, outras comparações como pudemos constatar em um depoimento sobre a dificuldade de acesso aos serviços da justiça em Luanda, comparando-se com o pesquisador:

“Vocês que estão habituados a viver fora, não vão conseguir, nós é mais fácil nós acostumarmos lá, do que vocês aqui. É isso que eu tava a dizer... vocês que tão habituados a viver fora, quando vem aqui em Angola, não vão conseguir. Nós que tamos aqui a viver em Angola, país vem, mas passa ano nós nos acostumamos. Tipo, vocês que saíram lá, viver aqui?”
(Homem, Adulto, Bakongo, F-1-E-2).

As referências, frutos de nossa presença, não pararam por aí. Um dos nossos entrevistados ao se referir sobre porque evitava os poucos jornais privados acabou revelando uma ambivalência de sentimentos que, na nossa experiência enquanto produtos daquela sociedade, costuma ser o argumento usado pela maioria quando ao narrar determinado fato involuntariamente se vê envolvido numa situação de crítica eminente ao partido-Estado. É o que se lê nesta fala quando opinava sobre as facções beligerantes durante a guerra civil:

“Não, os dois destruíram. O MPLA só defendeu, politicamente, o M¹ só defendeu, não destruiu, politicamente. Hoje em dia se te pedirem pra falar que o MPLA matou, destruiu, é caso sério! O MPLA só defendeu! Irmão, nós, assim memo, sem sombra de dúvida, nasceste no MPLA, não sei, não sei! Até não devo dizer pra todos, eu, nasci no MPLA, cresci no MPLA, até hoje.

¹ 30´ p R PRGR FRPR DV SHVVRDV VH UHIHUP jV YH]HV DR SDUWLGR C
alinhamento com este.

Esse terreno, esse terreno eu não pago onde está essa casa! Não pago os direitos desse país, 100%

Entrevistador: “Por que?”

“Porque acho que ainda não tá implementado, porque como outros países. Por exemplo, eu não tenho carro, não pago taxa, porque não tenho carro mas há um transporte urbano que me transporta, pago o que? Só pago o transporte, a passagem e esse carro que ta me levar, passa aonde? No asfalto, quem fez o asfalto? O governo. Algum dia, alguém veio me cobrar o asfalto? Não!”

Entrevistador: “Mas você acha que o governo faz o asfalto porquê, um favor...?”

“Uma obrigação! Mas nessa obrigação ele resolve tudo”
(Homem, Adulto, Cômwe, F-1-E-2)..

Há nessa fala vários fragmentos que compõem o modo de pensar do angolano na situação de sujeição. Começamos por partes, “Não, os dois destruíram. O MPLA só defendeu, politicamente o M só defendeu, não destruiu, politicamente. Hoje em dia se te pedirem pra falar que o MPLA matou, destruiu, é caso sério! O MPLA só defendeu!”. O que temos aqui é tentativa de quebrar um velho tabu social sobre os culpados da guerra civil que, geralmente, se atribui ao partido da oposição UNITA e jamais aos dois, pelo menos publicamente. Acreditamos inclusive que só tivemos o privilégio de assim ouvir porque estávamos no ambiente familiar onde as pessoas podem ser verdadeiramente o que elas são. A segunda parte: “Irmão, nós, assim memo, sem sombra de dúvida, nasceste no MPLA, não sei, não sei! Até não devo dizer pra todos, eu, nasci no MPLA, cresci no MPLA, até hoje”. Nesta parte, primeiro há uma espécie projeção do seu próprio pensamento para o pesquisador, por ser nativo como forma de intimamente convencer-se de que não segue caminho solitário e que todos pensavam da mesma maneira. “*Esse terreno, esse terreno eu não pago onde está essa casa! Não pago os direitos desse país, 100%... Por exemplo, eu não tenho carro, não pago taxa, porque não tenho carro mas há um transporte urbano que me transporta, pago o que? Só pago o transporte, a passagem e esse carro que ta me levar, passa aonde? No asfalto, quem fez o asfalto? O governo. Algum dia, alguém veio me cobrar o asfalto? Não!*”. Nesta última parte, revela-se o que defendemos nos capítulos 4 e 5: a subordinação de todas políticas públicas ao partido-Estado produz um tipo de gratidão até com as obrigações do governo, percebe-se também um desconhecimento tanto dos próprios direitos como dos deveres do Estado,

revelando como inclusive o efeito da não separação entre partido-governo-estado neste trecho “Entrevistador: “Mas você acha que o governo faz o asfalto porquê, um favor...?” “Uma obrigação! Mas nessa obrigação ele resolve tudo”.

Nossa atenção recai tanto na substância da fala como também na relação sujeito-sujeito como se pode ler:

O foco não está na fala do sujeito da pesquisa tomada isoladamente, mas na cena dialógica que se estabelece entre o pesquisador e seu outro, produzindo sentidos, acordos e negociações sobre o que pensam sobre um determinado assunto, em um contexto definido por atos e falas recíprocas (ALBUQUERQUE, SOUZA, 2012, p. 115).

Assim, ao mesmo tempo que estávamos familiarizados com o ambiente as falas dele decorrente, havia a necessidade de um distanciamento, de um estranhamento para que pudéssemos compreender a fala e seus bastidores subjetivos. Muitas situações afloraram durante o processo que se pudemos compreendê-las fruto do distanciamento que mantivemos, apesar da familiaridade.

De qualquer forma, o familiar, com todas essas necessárias relativizações, é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma antropologia preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (VELHO *apud* DAMÁSIO, 2016, p.51).

O que desejamos entender com o cotidiano das famílias, em última análise, não são apenas os mecanismos de funcionamento do poder, mas principalmente as próprias tentativas dentro do ambiente familiar de os subalternos (no sentido gramsciano) de conseguir o privilégio de se tornarem sujeitos, em primeiro lugar.

A perspectiva de pesquisar a própria sociedade

Como cidadão angolano residente no exterior do país, retornar ao país para um exercício crítico-reflexivo nem sempre é tão simples quanto parece. Um conjunto de sensações perpassam, sobretudo quando nalguns lugares, consequência das influências externas, teus conterrâneos tratam-te como

estrangeiro. Isso ficou particularmente visível quando ao negociarmos com uma família eles sugeriram que um ancião (68 anos) participasse da entrevista, mas que este exigira antes a minha presença para contatos preliminares. Ao chegarmos, cumprimentamos os presentes. Estavam todos fora do quintal do anfitrião, debaixo de uma árvore que dava sombra. De repente o ancião, interrompe dizendo ao outro que o acompanhava:

“Tas a ver, até o português, o modo de saudar já não é nosso! Eu não entendo como as pessoas vão para outros países e mudam logo o sotaque. Você pode ver aqui um brasileiro, um português, não muda nada... nada!” (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

Como os costumes mandam que quando um mais velho se expressa é obrigação do jovem (no caso o pesquisador) manter-se calado até que aquele termine sua exposição e nos dê a palavra. Aceitamos as críticas, porém, rebatemo-las fazendo um paralelismo com a emulação em termos de sotaque que o país legítima, sobretudo quando se trata em adequar-se ao português lusitano (entenda-se de Portugal). Até ai nos entendemos. De noite, horas antes do Telejornal, um outro convidado da família (46 anos) chegara mais cedo e começamos as conversas preliminares tendo este emitido alguns juízos críticos sobre a realidade do país. Ele expressou-se mais ou menos nas seguintes palavras:

“Eu fico muito feliz em participar desta pesquisa em Angola, porque ainda há muita abandonada, a nossa própria liberdade expressão, ainda não é... eu gostaria que tivéssemos uma televisão igual a brasileira, que mostre os crimes, por exemplo, do colarinho branco, aqui só passa crimes do povo. O governo aqui cuida de tudo, não deixa as empresas vir cá e gerar empregos, esse mercado aqui, apesar da inauguração, foi reprovado. Cadê a punição? Tas a ver, meu irmão!” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

O tempo se passou. De repente, o mais velho que nos referimos acima chega de repente e consegue ouvir as últimas ponderações desse último e retrucou exaltado:

“Isso não é o objeto da pesquisa! Eu não vendo o meu país, mesmo que as coisas estão mal, não aceito! Isso pra mim é traição!” (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

A situação gerou um clima muito tenso obrigando-nos a dar maiores esclarecimentos sobre a pesquisa e contextualizar aquele depoimento no sentido de o mais velho se convencer de não tratar-se de um trabalho de espião. O que mais gostaríamos de destacar é, sobretudo, como as duas falas representam o imaginário social vigente. Tem-se um diagnóstico real do país que não é positivo, mas que não se permite que saia do país, além do mais, quase nunca problematizado abertamente. Essa certeza nasce no decorrer da entrevista onde tanto conservadores como progressistas, nesta situação particular, começaram a falar a mesma língua, tecendo duras críticas ao sistema. Isto nos surpreendeu bastante, sobretudo da parte do idoso que chegara com uma verve patriótica e conservadora, mas que a pesquisa fez despertar nele sua subjetividade. A situação foi tão profunda, no sentido mesmo de uma consulta psicológica, que ao meio da entrevista deu-lhe uma crise de consciência sobre tudo que falara do partido-Estado estimulado pela Telejornal e as nossas perguntas. Tudo começou quando retomamos a fala de bastidores de um membro da família sobre a não cobertura da corrupção da elite:

- **Entrevistador:** “Era sobre a TPA passar apenas pequenos crimes, não é?, como roubo de galinhas, cabos elétricos, não sei o quê e nunca passar os crimes grandes... Colarinho branco, crimes da elite”.

“Olha, nós cá em Angola temos um exemplo vivo, isto no que diz respeito aos contratos de grande envergadura que o Executivo tem com empresas, é, constituídas no país como sociedade anônima, empresas com grande envergadura com capacidades para edificar cidades. E, contratos esses, que são contratos milionários e que não se justifica infra estruturas rodoviárias do tempo colonial que até agora ainda tem alguma percentagem do seu asfalto original, ã? ...” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

“Mas isto também não interessa muito para defender a tese dele, né? Não sei” (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

“Não, tamos a ir no fator...” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

- **Entrevistador:** “Depois eu seleciono, uhum, depois eu seleciono”.

“O problema aqui é o seguinte, tá ver: hum, é, o governo ajuda aqueles empresários afetos ao partido... e estes desviam o

"kumbu"² (falou sussurrando). Se, por exemplo, este for preso, quem é que fica a perder? É o partido, é elemento do MPLA, o partido. Os bancos emprestam dinheiro aos empresários mas os empresários desviam o "kumbu" (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

- **Entrevistador:** Seu chefe da família, que que acha particularmente?

"Desculpa só, vocês estão me obrigar a falar coisas que eu não posso falar. Eu sou um cidadão neutro, não tenho nada a ver com a política, tá entender? Eu, quer dizer, fiz uma análise e já não vou participar mesmo. Eu como religioso não devo falar, ok? Entendeu? Eu não tenho partido, é, no dia das eleições eu vou votar mas eu não..." (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

- **Entrevistador:** "Não, mas é, também preciso esclarecer que o trabalho não é político, ele é acadêmico".

"Tá bem, mas obriga-nos a falar de política. Obriga-nos a falar do Governo, do MPLA, da Unita e dos outros partidos" (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

- **Entrevistador:** "É o que vimos no telejornal, é..."

"Tá bem, pronto, deixa lá o telejornal pra lá. Pra mim, né? Eles sim, é um membro da sociedade que é livre de falar política" (Homem, Idoso, Kimbundu, F-2-E-2).

Nenhuma outra fala foi tão sintomática sobre o medo, o desconforto com que os angolanos sentem ao falar sobre temas-tabu como é o caso da política. E, por outro lado, revela-se aqui, se esferas públicas não fossem gangrenadas pelo regime e pela cultura, provavelmente o rumo do país seria outro. Poderíamos aprofundar, mas escaparia o escopo da pesquisa. Assim, pesquisar a própria sociedade, no caso angolano, é equilibrar-se entre opiniões socialmente aceites e afloramentos de subjetividades que sempre geram momentos de crise de consciência.

Desta feita, pesquisar a própria sociedade é compreender que em pleno século XXI, muitos angolanos não conseguem incorporar a noção de cidadania ativa em seu tecido social. Como consequência, a crítica política simboliza a incompatibilização com o partido-Estado ou a adesão à oposição partidária. Deste diagnóstico geram dois extremos: por um lado, há aqueles que têm consciência crítica de tudo o que ocorre em Angola, mas evitam críticas por receio de criarem inimizades (isto, fora do ambiente familiar). Por outro lado, a falta de segurança jurídica no que tange à liberdade de expressão e os outros, que por motivos diversos (...) transformaram-se em bajuladores do partido-Estado, romantizando Angola como "um reino encantado", eliminando a

² "Kumbu" é uma gíria angolana que significa dinheiro.

possibilidade de qualquer debate político ou transformando as divergências políticas em inimizades pessoais, reforçando uma visão maniqueísta do país.

CAPITULO II – A SOCIEDADE ANGOLANA CONTEMPORÂNEA

Ao cair da noite, no extremo da Ilha de Luanda, a península de lazer que separa a baía e a cidade do alto-mar, é impossível não ficarmos extasiados com o cenário que se desdobra diante de nós. Os bairros degradados e os seus habitantes mal se veem engolidos pela escuridão.



Os contornos da cidade moderna, feericamente iluminada por vertiginosos arranha-céus, que proliferam mês após mês, e a nova avenida marginal ao estilo de Copacabana, deixam-nos deslumbrados. Na Ilha, os bares e restaurantes mais caros de África oferecem entretenimento a uma clientela cosmopolita, enquanto ao largo, em pleno Oceano Atlântico, dezenas de navios aguardam, ociosamente, o privilégio de poder descarregar a sua carga no porto de Luanda. Vistos deste ponto de vista de observação privilegiado, os dez anos [agora catorze] de paz vividos em Angola graças a subida dos preços do petróleo, surgem, de fato, como um milagre econômico (OLIVEIRA, 2015, p. 19).

Abrimos o presente capítulo com uma longa citação para fazer uma apresentação da Angola contemporânea a partir de uma abordagem reflexiva-crítica que remete ao ano de 2002, data em que o país, começou a viver uma paz finalmente verdadeira e duradoura como se pode observar.

Para o cumprimento deste desiderato, Ricardo Soares de Oliveira (2015) em “MAGNIFICENT AND BEGGAR LAND: Angola since the Civil War” é, até o momento, a fonte que melhor descreve a Angola contemporânea nos detalhes e minúcias mais significativos sob os vieses acadêmico e científico. Outros textos básicos são aqueles assinados por João Melo (1991) e Antônio Egídio de Sousa Santos (2012).

Realiza-se a crítica sobre um esboço da história do país, as consequências da guerra fria, os movimentos de libertação nacional, o modo como Angola participou na libertação dos países vizinhos e ao longo dos anos

converteu-se no fator de estabilidade regional. Toda essa abordagem é de extrema importância na medida em que ajuda-nos a compreender o atual estágio de sua história.

Ao final deste, espera-se oferecer um contexto suficiente para abordar o cenário político-midiático do país, realizando, para isso, uma breve passagem na história da mídia no país no mesmo afã, compreender o estado atual da mídia e como isso intervém na subjetividade dos cidadãos daquele país.

2.1. Esboço histórico

Angola é um país africano independente há 41 anos, depois de ter sido colônia de Portugal desde o século XV. A história pré-colonial e colonial da África em geral, e de Angola em particular, foi escrita por historiadores, antropólogos e outros especialistas e até por colonizadores ocidentais. É uma história marcada por muitas verdades, mas também por um grande número de falsidades (SANTOS, 2012, p.27).

Os invasores europeus e não somente eles, antes de sua ação, recebiam por intermédio de seus espiões no continente africano a seguinte descrição dos povos africanos: povo pacífico e reservado, não estava preparados para a guerra a não ser contra seus vizinhos imediatos, tinham conhecimento de suas riquezas, mas não manifestavam vontade de abrir para o comércio estrangeiro, o continente estava coberto de pequenos grupos independentes que se recusam a comunicar com os outros, não havia unidade entre eles, nem que fosse por uma causa de defesa comum, os líderes eram demasiado orgulhosos para procurar cooperação com os outros, pensando que isso fosse ser entendido como sinal de fraqueza. Tomando consciência destes fatores, os invasores europeus e asiáticos viram suas intenções facilitadas (SANTOS, 2012).

Desta feita, os africanos tornaram-se vítimas dos seus próprios costumes, fato de que lá, como em muitos outros casos, exerciam práticas, outrora universais, mas extintas há algum tempo (e abandonadas pelo resto do mundo), tais como a escravização dos prisioneiros de guerra. Os negreiros investiram em propaganda que se abrigavam sob o espectro da escravatura autóctone. Ora, justamente os comerciantes alegavam seguir uma prática já

conhecida dos africanos, anterior à sua chegada (SANTOS, 2012, p. 34). A questão do ser “vítimas dos próprios costumes” será de capital importância para compreender os impasses atuais na formação de um pensamento crítico, assim como da emancipação da cidadania.

De acordo com os colonizadores, o primitivismo e a degeneração moral manifestos sob a forma de: preguiça, espírito limitado, vaidade, insensibilidade, crueldade, inveja, hipocrisia, fanatismo, feitiçaria e poligamia etc. propagaram um amor desmesurado pelo ganho o que fez com que, por exemplo, chefes africanos ou reis começassem a vender seus próprios conterrâneos. Olhando dessa perspectiva, diríamos que parte desses ainda persistem e explicam em alguns casos a situação atual.

Os portugueses chegaram em Angola pelo Norte, chefiados por Diogo Cão, isto em 1482-85 mais especificamente nas instalações do Reino do Congo. O Reino do Ndongo era uma monarquia independente, onde posteriormente será invadida em 1576 por Paulo Dias de Novais que construiu a estratégica cidade de São Paulo de Luanda, hoje apenas Luanda, a capital de Angola. O Reino do Ndongo foi batizado – “Reino de Angola” submetido e governado por um rei fantoche aos pés dos portugueses (SANTOS, 2012).

Com a independência do Brasil em 1822, Portugal viu-se obrigado a intensificar a exploração dos territórios africanos para provisão de matéria-prima indispensável a economia da metrópole. O Reino de Angola deixa de ser uma simples colônia penal e transforma-se em colônia de ocupação. Disso, viu-se nascer uma pequena burguesia nacional feita de negros e mestiços, tidos como “civilizados”. Angola dependia economicamente do Brasil, todos os produtos eram importados e exportavam-se escravos. Era o famoso comércio triangular. Angola enriquecia o Brasil que, por sua vez, enriquecia Portugal (SANTOS, 2012).

Até meados do século XIX, Angola não teve outra população branca permanente além dos degradados que tinham sido condenados ao exílio perpétuo na colônia. Com o fim do tráfico transatlântico dos escravos e o início do povoamento branco em 1849 e o fim da escravatura doméstica em 1878, os portugueses estabelecidos em Angola criaram novos modelos e mecanismos para perpetuar a dominação por parte da minoria branca, por exemplo, o

sistema de *indigenato*, pelo qual todos os indígenas passavam por “não civilizados”, portanto, legalmente cidadãos de segunda categoria.

Após vários anos, sob um cenário de edificação de dois blocos militares, políticos e ideológicos, que dividiram a comunidade internacional, as condições estavam reunidas para o ressurgimento das elites africanas, desta vez mais numerosas e mais conscientes do seu peso na nova balança de poderes que começavam a desenvolver-se, esta elite em reunião no V congresso pan-africano em 1945 definiu e difundiu o conceito de negritude, identidade cultural e política que levaria a independência total dos territórios fixados pela Conferencia de Berlim.

2.1.1. A guerra fria e as consequências para a África subsaariana

A guerra-fria representou no contexto da emancipação africana o fator de maior influência no quadro da definição dos horizontes políticos dos países emergentes. Impôs-se na formação dos novos estados um dilema ideológico perante o qual havia necessidade de escolhas do regime político ligado a um sistema dominante na arena internacional, face à emergência da democracia liberal e à propagação do comunismo, para o ordenamento das políticas nacionais africanas (CHIMANDA, 2010, p. 17).

De acordo com o mesmo autor, o sistema bipolar que dominou o mundo das grandes nações, revelou-se para os africanos pouco acostumados a lidar com as grandes questões internacionais, quanto às decisões politicamente árduas e pouco ou nada consensuais, como um trágico naufrágio titânico. Perante a situação, optou-se para um ou para o outro lado dos blocos mundiais entre os Estados Unidos e o Ocidente por um lado e a União Soviética e o resto do mundo comunista por outro (CHIMANDA, 2010).

Na década de 60, os Estados Unidos decidiram apoiar os novos Estados africanos através do desenvolvimento econômico sem definir as condições políticas, esperando que mais tarde os Estados africanos reconhecessem as boas relações anteriores e o perigo de estabelecer relações com o mundo comunista. Entretanto, a África que emergia para o mundo da política, não só ficou dividida entre o conjunto de Estados “bloquistas” como também as organizações independentistas criaram fortes clivagens entre si, no interior de

cada território. A África era, por isso, um palco onde as duas superpotências mediam forças para mostrar o seu poder e prestígio internacional como escreveu Raymond Aron:

Em África cada uma das superpotências tem por objetivo principal evitar a presença da outra. Os Estados Unidos desejam preservar do comunismo o maior número possível das novas repúblicas que, do ponto de vista dos interesses, «um país de alguns milhões de habitantes não interessa a nenhum dos dois grandes; todavia, cada transformação de alinhamento representa um ganho de prestígio para um deles, uma perda para o outro. E o prestígio aumenta a força e a força aumenta o prestígio (ARON *apud* CHIMANDA, 2010, p.18).

Do ponto de vista de alguns países, este assédio das duas grandes potências foi fator determinante para as guerras civis pós-independência. O bloco comunista, na fase de internacionalização da política africana aproveitou para expandir a sua influência política através de apoios com armamento bélico útil para os movimentos de libertação africano, que de outra forma não podiam adquiri-lo aos países do Ocidente dos quais se queriam libertar. Este fator permitiu o enraizamento do marxismo-leninismo em África e, assim, definir uma linha de orientação política dos vários governos africanos que neste período histórico conturbado da Guerra – Fria conseguiram as suas independências (CHIMANDA, 2010).

2.1.2. Os movimentos de libertação nacional

Libertada após uma larga luta de libertação nacional, conduzida por Movimentos de Libertação Nacional (FNLA, 1962, MPLA, 1956 e UNITA, 1966) onde podemos considerar o partido MPLA como protagonista e assumido o poder desde então, a luta revolucionária restringiu-se a dois paradigmas essenciais: se, por um lado, havia movimentos independentistas que defendiam uma luta com um grau de conflitualidade violento contra o colonialismo, por outro lado havia os que defendiam ideias e políticas colaboracionistas assentes em valores que apontavam para uma estreita cooperação com a cultura portuguesa cuja influência deixara vestígios na sociedade e na cultura angolana (CHIMANDA, 2010).

Foi neste misto de sentimento que os movimentos de libertação nasceram e se inaugurou o conflito desenfreado com que se proclamou a independência do país que colocou os movimentos belicistas numa estreita dependência económica do exterior, sendo que os atores principais seriam o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), fundado em 1956, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), em 1954 e a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola), em 1966 (CHIMANDA, 2010, p. 26-27).

Todos estes movimentos numa primeira fase estavam conotados e identificados com os respectivos grupos étnico-regionais. Hoje este estigma de associar os partidos com os grupos tribais tende a diluir-se, uma vez que a sociedade civil está em constante mutação e os conteúdos programáticos dos partidos vão mudando de acordo com os ventos da pós-modernidade. Esta reforma abre perspectivas de ideias e valores novos que permitem a construção de uma sociedade nova que ultrapassa os princípios antagónicos que serviram de trampolim para dividir em vez de unir os angolanos. Daí não fazer sentido agora apregoar na tônica da superioridade de um grupo étnico em detrimento de outro, uma vez que Angola é uma fusão de povos tribais e todos eles constituem o património da identidade enquanto Estado unitário (CHIMANDA, 2010).

Pode-se afirmar que a ideia de reivindicar uma pátria livre tinha sido o desejo dos dois aliados comuns, os brancos descontentes e abandonados pelo regime de Salazar e os negros nativos africanos explorados e relegados à condição de escravos e de cidadãos de segunda classe. Entretanto, os princípios que uniam este sentimento comum e partilhado de luta ao colonialismo, cedo se reduziram às ambições pessoais e descaracterizou este projeto nacional escamoteando a verdadeira razão de luta dos angolanos de norte a sul. Aliás, os três movimentos nacionalistas nunca estabeleceram uma frente unida contra os portugueses, o que tornava difícil a coesão entre eles, uma vez que as suas estruturas eram dominadas por elites étnicas que promoviam os pontos de vista regionais e etnocêntricos (CHIMANDA, 2010). Como se vê, há presença de uma característica pré-colonial reportada pelos espiões às potências colonizadoras como vimos acima.

Com a declaração unilateral da independência de Angola, o MPLA viu reconhecido e reforçado o seu prestígio além fronteiras, converteu-se com os ventos da Guerra Fria, em “partido de vanguarda” e adoptou uma matriz ideológica na linha marxista-leninista, Partido Único envolto nos pilares de Partido do Trabalho, alargou a sua base de apoio nas cidades, vilas e aldeias, cujos comitês serviram de alavanca na continuidade da sua estratégia política de um movimento de massas (CHIMANDA, 2010).

Prosseguindo, o autor afirma que, a supremacia do MPLA aliou-se a uma forte propaganda que atingiu proporções alarmantes no capítulo bélico e de defesa nacional, usando como escudo o petróleo e os diamantes para financiar a sua máquina política e militar, em detrimento da paupérrima humilhação da falta de excedentes dos pobres e famintos de Angola que viviam abaixo de um dólar por dia.

Antes dos acordos de paz de 1992, o MPLA abandonou definitivamente o sistema marxista-leninista de Partido Único “Partido do Trabalho” e acelerou o processo de liberalização da economia através de uma lei de revisão constitucional (lei nº 12/91), que obrigava Angola a abraçar a uma democracia multipartidária, definindo Angola como um “Estado democrático de Direito”.

2.1.3. Angola: o papel na libertação dos países vizinhos

Enquanto que em quase todos os países da África a independência chegou nos primeiros anos da década de 60, na África Austral persistiram os resquícios do colonialismo e, mesmo depois da independência de Angola e Moçambique (1975), a situação política continuou extremamente tensa (NAHAS, 2001).

A complexidade desta região de ocupação precoce, descolonização tardia e incompleta explica-se pelas singularidades que caracterizaram a colonização: a ocorrência de grandes reservas naturais, os projetos de exploração dessas riquezas, a conseqüente migração branca europeia e a importância da região no contexto geopolítico da região do período da guerra fria. África Austral tinha como característica até meados dos anos 70 de ser uma zona de enfrentamento entre o mundo capitalista e o socialista, não

apenas com a presença das multinacionais, mas sobre tudo, por um duplo poder colonial (NAHAS, 2001).

De acordo com Van-Dúnem (2014), a região Austral e Central de África não seria a mesma se os contornos da história de Angola não fossem aquelas que o MPLA deu ao país. É necessário não fazer vista grossa ao passado recente para que possamos compreender o presente e planificar melhor o futuro. Tanto a UNITA como a FNLA tiveram contatos e alianças diretas com as SADF (Forças de Defesa da África do Sul) do regime racista do *Apartheid*. Ao contrário do que esperavam os regimes que apoiavam a invasão, o MPLA não vacilou nos seus princípios. O anúncio do apoio para a libertação do povo namibiano com base na SWAPO e dos nacionalistas sul-africanos concentrados no ANC foi levado até ao fim, apesar dos sacrifícios.

Assim, a luta dos nacionalistas angolanos encabeçada por Antônio Agostinho Neto (Líder do MPLA) era parte integrante do processo de libertação do continente. Por esse fato eles tiveram a oportunidade de tomar contato com as lutas de outros povos, com destaque para a luta dos povos da África Austral. E será nessa ordem de ideias que o primeiro presidente de Angola fez uma afirmação que se transformou em mote para a política externa de Angola até ao fim do regime segregacionista na Rodésia (atual Zimbabwe), do *apartheid* na África do Sul e a independência da Namíbia: “Na Namíbia, no Zimbabwe e na África do Sul está a continuação da nossa luta” (VAN-DÚNEM, 2014).

Após a morte de Agostinho Neto (1979), seu sucessor, Jose Eduardo dos Santos, deu seguimento aos princípios de solidariedade com os países vizinhos deixados por aquele, como se lê num discurso deste feito no aeroporto de Ndola (Zambia) em 1979:

Na nossa região, na África Austral, temos os problemas da libertação nacional da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul. E não deixaremos de seguir os ensinamentos do Presidente Agostinho Neto, vamos continuar a prestar a nossa ajuda, o nosso apoio material a estes povos oprimidos. Por isso mesmo, nós condenamos veementemente as agressões que os racistas da África do Sul e da Rodésia têm perpetrado contra a Zâmbia, contra Angola, e contra a República Popular de Moçambique.

O nosso desejo é de ver estabelecida a paz na região, mas uma paz que também garanta as verdadeiras e legítimas aspirações dos povos que lutam pela independência nacional.

Contudo, e em resposta aos novos sinais dos tempos causados pelas alterações significativas verificadas nas relações internacionais, a partir dos anos 90 colocaram-na numa nova encruzilhada: potência regional não apenas na África Austral, mas igualmente na África Central e por inerência, na África Subsaariana.

O governo angolano é claramente um entusiasta dessa ideia que esbarrava em dois grandes obstáculos: a guerra civil e a África do Sul. O novo alento da paz tem vindo a permitir rivalizar e afirmar-se perante a atual potência regional, a República da África do Sul (GRILO, 2009). Entretanto, um sonho difícil de ser concretizado. Regionalmente, se a afirmação pela via da intervenção militar tem aparentemente pendido para o lado de Angola, já no domínio económico e político-diplomático não tem sido favorável. A simples ideia de que a posse de um poderoso exército, associado ao fato de ser um país produtor e exportador de petróleo e rico em outros tantos recursos, deveriam ser suficientes para ser reconhecido como uma potência regional, porém, o caminho é longo.

De acordo com Grilo (2009), não lhe basta o reconhecimento do poderio militar são precisos muitos outros fatores como a capacidade de liderança política e diplomática, reconhecidas de forma voluntária, o que poderá diferenciar na dicotomia força/poder. Na nossa forma de ver, este último é de grande importância à medida que parece-nos que Angola impõe-se mais pelo seu poderio militar e económico (não que estes não sejam importantes) do que propriamente pela capacidade de resolução de conflitos.

Apesar deste dilema, é fato que Angola é o único país africano pertencente a mais de três comissões de paz e segurança de diferentes regiões de África como nos assegura Almeida (2014):

A política de defesa regional da África central assenta primordialmente num triângulo organizacional estratégico composto pela Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), pela Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e pela Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). Angola está presente nestes três centros decisórios, sem descurar a sua vertente austral, onde assume papel de relevo na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e, em paralelo, na 5^a Brigada Militar de Unidade Africana, com sede em Gaborone, Botswana (ALMEIDA, 2014, p. 2).

O que podemos depreender disso é que apesar das dificuldades enfrentadas pelo país interna e externamente, Angola participa dos principais centros de decisão quando o assunto é a paz e estabilidade regional como membro ativo dando suporte material, financeiro, sendo inclusive, palco de negociações como ocorreu recentemente com a crise da República Democrática do Congo (RDC), República Centro Africana (RCA) e tantos outros países da região. Portanto, para efeitos desse subtópico, acreditamos que, com vontade política, o país escale outros patamares, vencidos, sobretudo, as várias clivagens internas ainda persistentes no país.

2.1.4.1. Economia

De acordo com Paul Theroux (*apud* OLIVEIRA, 2015), Angola permaneceu “uma terra estrangeira sem rosto”, praticamente desconhecida de todos, exceto de um pequeno grupo de especialistas. De acordo com Oliveira (2015), a experiência do pós-guerra torna-se extraordinária devido ao fato de que, num curto espaço de tempo, este Estado dito falho torna-se uma das economias com crescimento mais rápido do mundo e a terceira maior da África subsaariana, com um PIB na ordem dos cento e vinte e um bilhões de dólares em 2013.

O país é hoje o principal parceiro comercial da China no subcontinente e o segundo do EUA. Luanda uma metrópole que atrai seis milhões de angolanos e centenas de milhares de expatriados, é sistematicamente distinguida com o título falacioso de “cidade mais cara do mundo e vive entre processos de reinvenção urbana inspirado no Dubai e uma verdadeira investida de artigos de luxo” (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

Na África contemporânea, poucos percursos ilustram melhor a aparente mudança de rumo do continente do que o sucesso da reformulação do estatuto de Angola no plano externo. O país que, no passado segundo Oliveira (2015) se debatia com graves dificuldades econômicas, evidencia, agora, o otimismo e a desenvoltura de uma potência emergente e mantém relações com outros Estados em ascensão no mundo em vias de desenvolvimento. Dezenas de bilhões de dólares foram gastos na construção de infraestruturas, incluindo a

rede viária e o sistema ferroviário, em projetos aparatosos como estádios esportivos e centros comerciais que contaram com a força de trabalho de cidadãos europeus, latino-americanos e asiáticos na remodelação da paisagem urbana.

Entretanto, o modelo adotado segundo Oliveira (2015, p. 22) para reformulação de Angola é o da elite angolana: a visão grandiosa decorrente do boom econômico que promove uma modernização feita sob a orientação do Estado e o desenvolvimento “inclusivo”, ao menos, no plano retórico, praticamente irreconhecível para os que, escassos anos antes, descreviam Angola com um “Estado não governamental”. Este cenário ficou ultrapassado com o mero processo de reconstrução, pois o regime ali implantado trabalha no sentido de moldar o país à sua imagem, que hoje, é hegemônica.

O país tornou-se um importante investidor estrangeiro com interesses em todo mundo, além de ter adquirido posições importantes na economia da potência imperial (Portugal) que outrora dominou o país. Com um território que engloba vastas extensões de floresta, desertos e regiões montanhosas cobertas por uma vegetação exuberante, e com superfície territorial equivalente às áreas conjuntas da Itália, Alemanha e França, no Brasil o país se equipara ao Estado do Pará, as perspectivas econômicas de Angola são assombrosas, de acordo com Oliveira (2015).

2.1.4.2. População

A população de Angola, estimada em mais de vinte e quatro milhões de indivíduos, é significativa, mas, fácil de gerir. O país foi desfigurado por duzentos e cinquenta anos de comércio transatlântico de escravos que deixaram marcas profundas na cultura e na sociedade como um todo. Além disso, o colonialismo branco constituiu um entrave à formação de uma burguesia africana forte, travou toda e qualquer participação política pluralista e adiou o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2015).

Assim como outros países ricos em recursos naturais, Angola falhou, claramente, no que concerne ao objetivo de colocar suas riquezas minerais ao serviço da diversificação da economia e da prosperidade inclusiva, ainda que

uma minoria de privilegiados dela tenha beneficiado desde sempre. A sua população continua a figurar entre as mais pobres do mundo.

Um dos fios condutores que permeiam toda a história angolana é o desrespeito, e até a crueldade, dos poderosos em relação aos que não têm poder: seja pela mão dos dirigentes autóctones, seja pelos estrangeiros venais, o desígnio permanente tem sido a extração das riquezas do país, sem qualquer consideração pelos interesses da maioria dos angolanos.

Outro dado relevante que marca a configuração da população angolana é a existência de uma comunidade afro-portuguesa. Residiam em luxuosos palácios, ocupavam cargos administrativos de prestígio e consideravam-se súbditos leais da Coroa portuguesa. Recentemente, estas comunidades que maioritariamente habitam o litoral têm sido designadas por académicos como “crioulos”. Dada a ausência de uma política formal de exclusão racial, a presença dos crioulos nos escalões inferiores da administração pública continuou a posicioná-los acima dos brancos pobres e analfabetos e os restantes que haviam sido deportados para Angola por delitos criminais (Angola foi uma colônia penal, 1934). Gozavam de muitos privilégios, tais como a isenção de trabalhos forçados como a maioria de angolanos que eram considerados “indígenas”.

O estatuto de assimilado³ era tão cobiçado que os portugueses eram severos na sua concessão. Entre as exigências figuram: posse de bens imóveis, domínio perfeito do português, sem menor entonação africana, regras europeias de etiqueta à mesa, cuidados de higiene e em muitos casos o abandono do apelido africano, substituindo-o por outro, português.

Para o partido no poder (MPLA), a convergência cultural e política é um trabalho contínuo. Certas zonas do país e certas camadas da sociedade são mais representativas de “Angola” do que outras. Assim sendo, Luanda (a capital) e outros territórios colonizados há mais tempo e que gozam de acesso privilegiado ao resto do mundo são tidos, segundo Oliveira (2015), como o exemplo perfeito do que é “moderno” e “nacional” e representativo da cultura histórica “angolana” promovida pelo partido no poder. Nos bastidores de todo este processo está um modelo civilizacional que confere um estatuto mais

³ Assimilado: cidadão africano nas colônias portuguesas convertido aos hábitos e costumes europeus.

elevado a certos angolanos, com base no seu domínio da língua portuguesa e modos cosmopolitas, enquanto os demais cujo comportamento e cultura são, numa palavra, mais “africanos”, são vistos como próprios de uma condição social inferior. Esta dicotomia é um dos principais definidores da angolanidade (ainda que implícito) na ótica do partido do governo.

Quanto às massas angolanas, são atores apáticos do drama angolano ao longo dos períodos: “a maioria sentia-se feliz por não ter morrido na guerra civil e jamais contestaram o *status quo*” (OLIVEIRA, 2015).

Esta situação foi benéfica para o regime que soube aproveitar para se enrijecer nas bases e sempre que pode, ou que hajam focos de tensão social, estas são amplamente reprimidas tanto pelos órgãos oficiais, assim como, por grande parte da população (semelhantes) que se vê ainda hibernada pelo feito da conquista da paz e, pelo medo que permeia a sociedade civil angolana em vista do risco de se retornar a guerra, como é propalado pelos órgãos oficiais através de uma linguagem belicosa (OLIVEIRA, 2015; ALBUQUERQUE, 2002).

2.1.4.3. Demografia

A população de Angola em 2014, depois do primeiro censo pós-independência e dos resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação 2014, é de 24.3 milhões de habitantes, sendo 52 por cento do sexo feminino. Um pouco menos de 40% vivem nas cidades, portanto mais de 60% nas zonas rurais. Apesar do êxodo rural desencadeado pela guerra civil (PACHECO, 2015), a população é composta por 37% de ovimbundu (língua umbundu), 25% de ambundu (língua kimbundu), 13% de bakongo e 32% de outros grupos étnicos (como os côkwes, os ovambos, os vambunda e os xindongas) bem como cerca de 2% mestiços (mistura de europeus e africanos), 1,4% de chineses e 1% de europeus. As etnias dos ambundu e ovimbundu formam, combinadas, a maioria da população (62%). A população do país deverá crescer para mais de 47 milhões de pessoas em 2060, quase duplicando o censo de 24,3 milhões em 2014. O primeiro censo oficial foi realizado em 1970 e mostrou que a população total era de 5,6 milhões habitantes.

Estima-se que Angola recebeu pouco mais de doze mil refugiados e de cerca de três mil requerentes de asilo até o final de 2007. Cerca de 11 mil desses refugiados eram originários da República Democrática do Congo (RDC, que chegaram em 1970). Em 2008, estimou-se que havia aproximadamente 400 mil trabalhadores migrantes da RDC, ao menos 30 mil portugueses e cerca de 259 mil chineses vivendo em Angola (PNUD, 2016).

Desde 2003, mais de 400 mil imigrantes congolezes foram expulsos de Angola. Antes da independência, em 1975, Angola tinha uma comunidade lusitana de cerca de 350 mil pessoas; em 2013 existiam cerca de 200 mil portugueses que são registrados nos consulados. A população chinesa é de 258 920 pessoas, em sua maioria composta por migrantes temporários. A taxa de fecundidade total do país é de 5,54 filhos por mulher (estimativas de 2012), a 11ª maior do mundo (PNUD, 2016).

2.1.4.4. Política

De acordo com Melo (1991), o regime angolano tem um caráter presidencialista. Esta antiga colônia portuguesa permaneceu isolada do resto do mundo devido a uma guerra que se arrastou por quase quatro décadas, tendo terminado apenas em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da facção rebelde. O todo-poderoso regime angolano, controlado com mão de ferro pelo presidente José Eduardo dos Santos desde 1979, define os contornos da paz interna e move-se na cena internacional com uma agilidade inédita entre a maioria das elites africanas (OLIVEIRA, 2015).

Angola é a prova da existência de concepções firmes de ordem política em períodos de pós-guerra que se “desviam das expectativas dos financiadores da construção do estado liberal” e optam por não convergir com modelos ocidentais (OLIVEIRA, 2015, p. 20). O país explica a economia política dos Estados ricos em recursos naturais, permitindo avaliar o impacto da riqueza destes recursos na consolidação dos regimes, na expansão do capitalismo africano. Destarte, enquanto protagonista de destaque de uma era que pode ser considerada “África em ascensão” e inserida num processo de transição geopolítica que viu surgir a China no continente, Angola é um caso

paradigmático para compreendermos a posição dos Estados africanos no sistema internacional.

Terminado o conflito armado, o partido dirigente alcançou um domínio categórico sobre o país, através dos súbitos proventos provenientes da subida dos preços do petróleo no pós-guerra e da duplicação na produção passando para dois milhões de barris por dia, fortaleceram de forma decisiva o posicionamento do MPLA a nível interno como externo. Fato este que, conta com o beneplácito de uma população que se encontrava ansiosa pelo restabelecimento da ordem e exaurida por um conflito que consumiu duas gerações, não colocou entraves à liderança do MPLA (OLIVEIRA, 2015). Por esses fatos, o regime passou a controlar o espaço político e também midiático e possuía os meios financeiros para executar o seu programa de reconstrução.

Para compreender as estruturas do poder político em Angola após o ano de 2002, é necessário recuar até as inusitadas circunstâncias em que o país acedeu à independência, em 1975. Dando uma pincelada histórica, na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, que derrubou a ditadura em Portugal, as forças armadas portuguesas prometeram pôr termo aos três conflitos mais longevos em África e sua descolonização. Os revolucionários não chegaram a refletir sobre que moldes adotar na descolonização, nem sobre qual sistema político a deixar como herança, como afirma Oliveira (2015). Continua, em Angola, não existir nenhuma força nacionalista dominante como O PAIGC da Guiné Bissau, ou a FRELIMO de Moçambique, mas sim, três movimentos fortemente antagônicos (MPLA, FNLA e UNITA).

Assim, todas tentativas de mediação para um governo de transição, fracassaram, os colonos deixaram o país em massa e, durante o ano de 1975, deflagrou-se uma guerra pelo controle de Angola, apoiadas pelas potências mundiais (EUA e Rússia) através dos seus estados satélites (Cuba e África do sul), que culminou com a vitória do MPLA.

Nossa abordagem sobre o domínio político é centrada criticamente no partido que domina o país há mais de três décadas, pois, as demais forças políticas foram completamente subalternizadas e, como se pode imaginar, há muito que se contar para compreender aquele país. O prolongado “estado de exceção” criado pela guerra teve uma importância fulcral, ao se transformar no

motivo para centralização das tomadas de decisões, circunstancia rara, certamente não se verificaria em tempos de paz.

Invocando o constrangimento existencial imposto pela guerra e a necessidade de obviar a incompetência da administração pública, Jose Eduardo dos Santos (PR) assumiu o controle do fluxo das receitas petrolíferas e criou um estado paralelo centrado na Presidência e na Sonangol, a opaca, mas competente petrolífera nacional (OLIVEIRA, 2015).

A partir daí, José Eduardo dos Santos gerou redes de apoio e de clientelismo à escala mundial. Por esses e outros fatos, Jose Eduardo dos Santos goza de um poder discricionário sem precedentes, que lhe permitiu marginalizar a administração pública do Estado, o aparelho do partido e todas outras estruturas potencialmente influentes na sociedade angolana.

O complexo e adaptável regime presidencial tornou-se o *modus operandi* do exercício do poder e nunca foi posto de parte. De acordo com Oliveira (2015, p. 52), ainda que parcialmente bem-sucedido, este estado paralelo – “o verdadeiro alicerce da política angolana na era pós-colonial – está intimamente associado ao enfraquecimento das instituições formais”, à apropriação indevida de recursos públicos a uma escala de dimensões épicas, e à consolidação do regime autoritário de Jose Eduardo dos Santos.

A par de uma desconcertante má gestão, as orientações políticas emanadas do *Bureau Político* e dos ministérios relevantes parecem tiradas, nas palavras de Oliveira (2015, p. 56) de *Alice no País das Maravilhas*:

O aparelho de estado foi entendido como uma recompensa política e tomado por angolanos inexperientes e não qualificados, o que lhe retirou capacidades. A lealdade política assumiu um papel preponderante e, embora fossem muito necessários, os técnicos que haviam permanecido no país não escondiam a irritação por serem chefiados por dirigentes partidários com baixo nível de instrução (OLIVEIRA, 2015, p. 56).

A petrolífera nacional – Sonangol, em condições normais nunca teria sido autorizada a operar daquela forma. Um país regido por leis soviéticas cuja principal empresa é de cunho capitalista ocidental. Os executivos da Sonangol sabiam que, com um governo apoiado pelos soviéticos e pelos cubanos, e perante a hostilidade declarada dos EUA, teriam de alterar a sua forma de

atuação, a fim de parecerem dignos de confiança aos olhos dos investidores ocidentais do setor petrolífero.

Este relacionamento com o setor privado do ocidente forneceu ao regime um grau de autonomia em relação à sociedade angolana. As relações entre o Estado e a sociedade em Angola são um reflexo do poder do estado em matéria fiscal e da ausência da necessidade de tributação direta, assim como o estado não estava interessado em diversificar a economia além do petróleo, nem de criar empregos.

O controle das receitas petrolíferas e a estrutura sofisticada que tem à sua disposição permitem à José Eduardo dos Santos dispor de uma rara concentração de recursos e dos meios necessários para os distribuir, o que lhe confere um elevado grau de autonomia em relação às pressões internas e internacionais (OLIVEIRA, 2015, p. 66).

O foco no papel insólito da Sonangol é por esta, através do poder financeiro, ter substituído a administração pública geral do país e, nas palavras de Olivier Vallée, ser o *mainstream* “dessa construção gótica de acumulação de riqueza”.

Trata-se de um sistema político privatizado pelo partido no poder – MPLA, onde se contabilizam alguns grandes escândalos que passam despercebidos pela grande maioria da sociedade, pois não existe nenhuma estrutura do Estado que possa exigir a devida prestação de contas. Inclua-se nesse grupo toda a grande mídia que é extremamente vassalizada pelo poder (HABERMAS, 1999).

Dentre os casos de repercussão além-fronteiras destacam-se o “Angola Gate” que consistiu em um negócio de venda de armas em troca de petróleo com interesses franceses, que incluiu lucros assombrosos e superfaturamento. Outro escândalo, também compartilhado apenas nos bastidores da elite, é o que seria chamado de “Triângulo das bermudas” um mecanismo *offshore* destinado a permitir a apropriação de rendas pela elite angolana, segundo dados do FMI, pelo desaparecimento de 2,22 bilhões de dólares entre 1997-2002 (OLIVEIRA, 2015, p. 69).

Entretanto, o nível de promiscuidade é tal que se tornou impossível distinguir os fins legítimos dos ilegítimos – *raison d'état* de enriquecimento pessoal. Para efeito, este sistema paralelo, segundo Oliveira (2015), não inclui

apenas a relação Presidência-Sonangol, mas uma complexa rede de serviços de informação (sistemas de vigilância técnica de alto nível), emissários diplomáticos itinerantes, etc. Todas com um conhecimento mútuo limitado e apenas contatam entre si para fins específicos, tendo a Presidência como único vínculo comum.

O Presidente da República assegura o controle sobre o sistema mantendo tudo e todos sempre em movimento e não permitindo que ninguém consolide o seu domínio numa área crucial da política, nem deixando que nenhum político, seja qual for a sua posição se instale confortavelmente no seu cargo. Esta estratégia de fragmentação empurra, nas palavras de Shaxson (*apud* OLIVEIRA, 2015), de forma explícita, as diferentes estruturas do sistema de Jose Eduardo dos Santos para uma lógica concorrencial que resulta numa “predisposição intrínseca contrária a uma elaboração de políticas coerentes e unificadas”.

Destarte, o sistema político angolano é permeado pela bajulação, suborno, assim como marginalização efetiva (embora esta última, em raras ocasiões) de todos que representem alguma ameaça ao domínio do Presidente. Este último, de acordo com Oliveira (2015), tem preferência por uma linha de atuação bizantina no que se refere às hierarquias e à tomada de decisões, através de uma falta de clareza nos papéis e a institucionalização de gabinetes. Procura reduzir ao mínimo o contato direto entre os vários organismos do estado, o que torna a governação de Angola, um processo em constate transformação, cuja única certeza é o enorme poder do Presidente. Do ponto de vista dos recursos humanos, esta sobreposição de estratégias conta com o apoio de tecnocratas e de indivíduos musculados e violentos, por um lado, e uma certa preferência por indivíduos sem demasiado vínculo social, como afirmara Pepetela (um dos mais conhecidos escritores de Angola), “o raciocínio próprio do grande xadrezista que ele é”.

Laconicamente, poderíamos dizer que o poder político do Presidente de Angola o tornam numa equivalência moderna de Luís XIV. Tomadas as devidas adequações, quase não concede entrevistas, sendo apenas aclamado. Segundo Oliveira (2015), o equivalente angolano da soviologia. Em 2010, consolidaria ainda mais seu domínio, por meio da adoção de uma Constituição de cariz mais presidencialista do continente africano.

Diante do quadro que tentamos resumir ao máximo, fica até previsível neste tipo de contexto de poder político ultracentralizado, como a sociedade civil tem se virado para o exercício de suas atividades no cultivo de uma sociedade democrática e atuante, mas deixaremos o item a seguir para que se responsabilize desta empreitada.

2.1.5. Cultura e sociedade civil – o panorama africano

Para compreender o impacto deste importante conceito da sociologia ocidental no contexto africano, recorreremos a três escolas do pensamento (Universalismo Prescritivo - otimista; Exceção Ocidental - pessimista e a Tese Adaptativa) que desenvolveram questões a respeito da aplicabilidade do conceito de sociedade civil na realidade africana (LEWIS, 2002).

As sociedades civis africanas emergiram como a mais importante força do desenvolvimento político do continente. Ganhando em sofisticação e capacidade de construção, tornaram-se parte essencial no que concerne a mudança do ambiente político do continente, que passou de pura hegemonia e monopólio do Estado para um crescente pluralismo de poder (CATARINO, 2006).

Concordamos em parte com esta assertiva da autora, pois que, quando se adentra nas profundezas dos sistemas políticos africanos, percebe-se ainda a persistente hegemonia e monopólio do Estado sobre a sociedade civil, sobretudo, em países, recém saídos de conflitos armados, ou que, desde sempre, se pautaram por um excesso de centralização do poder.

De acordo com os teóricos da sociedade civil, na sua vertente otimista – *Universalismo Prescritivo* (HARBESON, 1994; BUJRA, 2004; NWOKEDI, 1995), o conceito de “sociedade civil” nasceu no Ocidente e tem um valor central nos estudos de filosofia política que lá se desenvolveram desde o surgimento do estado moderno. Entretanto, consideram-no essencial para compreender os problemas de ordem política, econômica e social que se vive no continente africano ou em qualquer outro lugar do mundo (CATARINO, 2006).

Esta afirmação é corroborada por John Harbeson, quando se refere ao valor da sociedade civil no panorama africano:

A chave que faltava para sustentar a reforma política, legitimar os Estados e governos, melhorar a governação, viabilizar as relações Estado-Sociedade, e prevenir todo tipo de decadência política que enfraqueceu os novos governos africanos uma geração atrás (HARBESON, 1994, p. 1).

Os entusiastas desta corrente concordam que, com os devidos apoios, os países africanos podem desenvolver através de uma sociedade civil forte e autônoma, reformas políticas eficientes e capazes de sustentar uma democracia duradoura e, conseqüentemente, uma boa governação.

Nesta ordem de ideais, segundo Nwokedi (1995), até a década de 80 “o uso da sociedade civil como variável analítica no estudo da política subsaariana foi uma exceção em vez de uma regra”. Esta tendência foi perdendo folego a partir do colapso do socialismo soviético e toda uma envolvente política internacional que irradiou-se pelo continente africano sob a forma de inúmeras transições democráticas. Visto deste ponto de vista, foi possível a concretização dos ideais de pluralidade social e, o conceito de sociedade civil, devido a sua grande qualidade inspiratória, tornou-se “fermento intelectual” no continente (OBADARE, 2004 apud CATARINO, 2006).

Obviamente que esta onda de adoção da democracia não foi aceite unanimemente. Houve países que relutaram quanto a este processo. Para os países relutantes, os doadores internacionais condicionavam o acesso às políticas de empréstimos e ajuda (HOWEL, PEARCE, 2002), como forma de obrigar o Estado a reforçar estruturas da sociedade civil e maior transparência na gestão do bem público. Angola sofreu das mesmas conseqüências, devido a graves problemas na transparência das contas públicas, o que fez com que instituições internacionais (FMI, Banco Mundial) recuassem a tão solicitada conferência de doadores para Angola, como nos assegurou Oliveira (2015).

Pelo lado dos teóricos pessimistas da sociedade civil - “*Exceção Ocidental*” (CHABAL e DALOZ, 1999; FATTON Jr, 1995; MAINA, 1998), alegam que, um conceito que emergiu num momento específico da história europeia tem pouco significado dentro de contextos culturais, políticos e económicos diferentes. Segundo estes autores, o conceito de sociedade civil é conceptualmente inaplicável ou tem pouca evidencia empírica na África, que

vem endossar a vasta lista de fracasso na transposição de conceitos do Ocidente.

Esta afirmação pode fazer sentido se vista apenas do ponto de vista imediato, dado os contextos sociais e políticos vividos no continente. Mas, perde completamente sua capacidade de asseverar a realidade quando se compreende os países africanos à longo prazo, com tendência à democratização crescente. Inclusive, chega a ser falacioso quando analisamos determinados contextos políticos africanos como é o caso da África do Sul, Senegal, Gana, onde já se pode falar de uma sociedade civil consolidada.

Para justificar suas afirmações, alegam que a noção de sociedade civil só pode ser aplicada em contextos onde haja nítida separação entre o Estado e Sociedade civil organizada. No continente africano, o que se verifica é exatamente o oposto, há uma hibridez e/ou interpenetração de um agente no outro. Por isso, a emergência de uma sociedade civil na África, é meramente ilusória (CHABAL e DALOZ, 1999 apud CATARINO, 2006).

Pelo argumento da sociedade civil como força capaz de conter as ambições hegemônicas do Estado e prevenir de todas influencias perversas e corruptas do Estado, defendidas pela primeira corrente, Chabal e Daloz (1999 apud CATARINO, 2006) não acreditam muito nisso, primeiro pelo fato de as sociedades africanas serem plurais demais, fragmentadas e organizadas ao longo de linhas verticais, de nossa parte incluiríamos a esse todo, a obediência hierárquica como algo quase que sagrado. Por outro lado, as clivagens existentes que são causadas pela posse dos recursos existentes continuam a sobrepor-se e a ser mais significativa do que as fronteiras horizontais funcionais, a cooperação e a solidariedade.

Destarte, seguindo os mesmos teóricos, é problemático na África o desenvolvimento de grupos sociais distintos do Estado, capazes de representar os vários grupos de um país e de transcender os laços familiares, parentais, com talento e competência para se encarregarem da defesa e promoção de um “bem comum dentro da esfera pública”, como nos assegura Catarino (2006). Só será possível se falar de uma sociedade civil capaz de influenciar positivamente o ambiente político com uma clara separação do Estado com a sociedade civil, e que, esta última seja liderada por sujeitos considerados politicamente independentes.

A consequência de um rumo claro na implementação de uma sociedade civil forte, é que, embora aconteçam ocasionalmente protestos, marchas de apoio (no caso angolano), as rivalidades sócio-políticas raramente emergem de um contexto supra comunal, mas tão somente representam as inúmeras tentativas dos atores políticos dentro do Estado e da sociedade civil, de sustentar as redes verticais (BERMAN, 1997), fato muito frequente em Angola, particularmente.

Finalizando esta corrente de pensamento, um fato que denuncia a inaplicabilidade do conceito de sociedade civil em contextos fora do ocidental, é a sua utilização invertida, ou seja, “Obscura mais do que revela, e muitas vezes ajuda legitimar uma política profundamente antidemocrática” (FERGUNSON, 1998). Este fato expõe as limitações explicativas do conceito a quando da sua transposição para o contexto africano, onde as relações associativas são extremamente complexas, porque deixa escapar o poder da etnia, o Estado predatório comum no continente (MAINA, 1998).

A última corrente do pensamento acerca da sociedade civil – “*Tese Adaptativa*” defende um meio termo entre os extremos suportados pelas duas correntes anteriores. Segundo seus teóricos, a sociedade civil africana está mais enraizada e é mais representativa da sociedade africana como um todo do que os pessimistas admitiram, mas menos democrática internamente e, de igual modo, menos capacitada para apoiar a democracia liberal do que os otimistas pretendem acreditar (ORVIS, 2001, p. 18 apud CATARINO, 2006).

Reconhece-se que há um movimento muito grande de renascença de uma sociedade civil cada vez mais atuante em determinados países como o Egito, Tunísia, Senegal de acordo Michael Bratton (1994), mas que demanda sérias adaptações que levem em conta as diferenças entre as distintas regiões, no tocante ao desenvolvimento socioeconômico, os atributos culturais dos diferentes países.

Para tanto, os teóricos desta corrente defendem, além de uma adaptação do conceito, maior amplitude conceitual que refletisse e permitisse abarcar toda complexidade da vida associativa africana, sem ignorar sua origem ocidental. Este só seria possível através, segundo Nelson Casfir (1998) da diminuição dos elementos normativos, incluindo elementos étnicos, que geralmente são ignorados.

2.1.6. O contexto angolano

Conforme temos afirmado através dos vários autores, falar de sociedade civil no contexto africano não é tão simples dado ao tipo de características culturais, valores e hierarquias destas. Vale ressaltar que neste tópico nos delongaremos um pouco, dada a importância deste na compreensão dos processos intrínsecos ao sujeito receptor como, potencial membro da tão aclamada sociedade civil angolana. Compreender a sociedade civil, no contexto específico de Angola, demanda um retorno ao passado para entender como tal sociedade foi se construindo ao longo dos diferentes períodos políticos (Colonialismo, Partido Único, e Democracia).

A história Angolana é marcada por vários períodos de repressão a qualquer tipo de iniciativa de associação fora dos moldes estipulados pelo poder. Primeiro com o colonialismo onde praticamente não se podia falar de uma sociedade civil autóctone, pois era um direito negado. Esta afirmação é reforçada por Davidson (2000) quando afirma que o regime português era um órgão de repressão sistêmica em nível interno e reproduziu as mesmas misérias na África, particularmente em Angola, concedendo poucos ou quase nenhum direito cívico válido aos seus próprios cidadãos nativos. Com a emergência de uma matriz política marxista-leninista, o sistema de partido único só se tornou ainda mais rígido no que tange a liberdade de associação, como é óbvio. Foi nesta época em que Estado numa demonstração clara que, não via com bons olhos a formação de uma sociedade civil autêntica, envereda para a criação de sua própria sociedade civil, como por exemplo, a organização das mulheres angolanas, que na verdade é uma organização feminina do partido, em pseudo-representante dessa “sociedade civil”.

Segundo Paim e Reis (2006), a história recente angolana, marcada por um longo conflito, não foi capaz de desenvolver uma cultura de diálogo, sendo a desconfiança um pilar importante nas relações entre as pessoas e as instituições, como se poder verificar nos discursos atuais do regime no sentido de manter a população em estado permanente de “vigilância” sobre aqueles que por ventura, pensem de forma diferente a estabelecida pelo sistema.

Para compreender Angola sob o ponto de vista da formação de uma sociedade civil forte, Milano (*apud* PAIM e REIS, 2006) recomenda a olhar o país não como homogêneo, sobretudo, no que tange a dimensão cultural. É preciso observar as várias realidades existentes dentro do país, caso contrário, corre-se o risco de embarcar numa visão superficial desta realidade. Segundo Milano (*apud* PAIM e REIS, 2006), existem 4 (quatro) realidades angolanas quando se pretende embarcar em sua sociedade civil: a governamental, a *Ad hoc*, a Angola de ninguém, e a Angola Constitucional que em seguida passamos a descrever.

É imperioso para compreensão desta divisão a explicitação dos critérios metodológicos aplicados. Milano (2006, p.96) privilegia dois critérios: a gestão efetiva ou não destas realidades pelo governo central, e o tipo de racionalidades e de mecanismos de produção e de reprodução sociais predominantes. Com base nestes critérios, temos:

- A “*Angola Governamental*” de acordo com Milano (2006) é a parte do país onde se faz sentir a administração do Estado e a gestão político-militar do partido-Estado (MPLA). Geograficamente falando, corresponde à Luanda e as demais capitais das províncias. Não fazem parte desta, as parcelas do território nas quais nunca se fez sentir uma presença duradoura e efetiva das autoridades centrais.

- A “*Angola Ad Hoc*” refere-se às áreas que durante o conflito estiveram ocupadas pelas forças da UNITA (maior partido da oposição, rebelde) e que se mostraram mais receptivas ao maior partido da oposição.

- A “*Angola de ninguém*” constituída por diversas “ilhas” rurais dispersas, no norte, leste, sudeste e sudoeste do país e que quase sempre estão ausentes das atividades políticas do país, assim como do efeito das duas primeiras. É uma parte do país que vive ainda as dinâmicas linhageiras da vida comunitária, de produção e reprodução social.

- Por último, a “*Angola Constitucional ou Projeto*” se distancia das três anteriores, pois não é substancial, apenas sustentada pela Constituição da República de Angola e pelo discurso oficial das autoridades da “Angola Governamental” e ainda, pelo sistema de relações internacionais. Trata-se de uma representação social de Angola onde se condensa a expressão: “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação” (província mais ao norte e a

provincia mais ao sul). É normalmente nesta Angola-Projeto que muitas pesquisas e se debruçam sobre o despertar da sociedade civil, por um lado, é nesta mesma Angola onde se invisibilizam as diversidades na tipificação da moderna Angola (PAÍM E REIS, 2006).

A configuração do espaço público em Angola foi sempre comandada pelo Estado desde o período colonial. Por essa e outras, os limites severos impostos à participação de atores não-estatais impediram a construção social de uma cultura do diálogo e ignoram a contribuição de mecanismos promotores de coesão social, particularmente de normas sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado (ABREU, 2006).

Outro fator que não pode ser deixado de parte quando analisamos a questão da sociedade civil angolana é a própria guerra civil que assolou o país e que, terminara oficialmente em 2002. Fato este, que de certa forma inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas. Assim, toda tentativa de engajamento associativo era esmagada pela guerra, pois que, o abalo na legitimidade do poder do Estado (que se esperava pela ausência dos rituais democráticos normais- eleição, sucessão do poder, etc.) não reforçou a sociedade civil, antes pelo contrário, reforçou o poder armado, de natureza totalitária, como assevera Catarino (2006), dando maior ímpeto ao Estado no processo de desencorajamento das iniciativas, o que explica em parte, a sua história traumática – que influencia na capacidade dos angolanos de se organizarem e de falarem publicamente sobre os assuntos comuns a todos (COMERFORD, 2005 apud CATARINO, 2006).

De acordo ainda com Catarino (2006), todo trauma acumulado durante os três períodos históricos sem contar com a influência dos valores culturais prevaletentes na época pré-colonial (relacionamento vertical) mergulharam a sociedade angolana num tipo de “cultura da violência e do medo” que reverberou na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos cidadãos nas questões de interesse público.

Saídos do tempo de conflito armado, é momento de nos concentrarmos nos modos como a paz tem sido vivida naquela sociedade, como modo propício para o aflorar da sociedade civil. Assim sendo, amparados por Jeong (2000), o autor classifica dois tipos de paz: a paz negativa e a paz positiva. A paz negativa, segundo o mesmo autor, tem como objetivo a eliminação da

violência direta, entenda-se, a guerra. Ela estende-se posteriormente com políticas de desarmamento da população de determinado território. Esta paz pode-se afirmar com certeza, que Angola já conquistou.

Com o passar dos tempos, a noção de paz, passou a abranger um leque de questões ultrapassando a dimensão apenas do calar das armas. Novos desafios se apresentaram para que se considerasse uma paz plenamente vivida. Dois são segundo Jeong (2000) os empecilhos de uma paz social: a violência estrutural e a violência cultural, que inibem o desabrochar das capacidades humanas e obstruem sua dignidade.

A violência estrutural segundo Johan Galtung (1969 apud CATARINO, 2006) é de natureza indireta, opera lentamente sobre a erosão dos valores humanos e na diminuição da esperança de vida. É facilmente detectada no interior das estruturas da sociedade e das instituições culturais, através da promoção de situações que subliminarmente afetam a qualidade de vida das pessoas. Este tipo de violência se expressa a partir da: repressão política – manifestada pela debilidade numa governação democrática, na negação do discurso, de expressão e associação, na discriminação em função da filiação política e na desigualdade do poder de participação política; na repressão econômica – que se materializa na desigual distribuição dos recursos e poder de decisão, na pobreza e alienação social.

A violência cultural consiste na utilização de todo aparato constituinte de nossa “esfera simbólica de existência” tal como a religião, a ideologia, a língua, arte ou ciência para instigar o ódio, a suspeita, o medo, e através destes, justificar ou legitimar a existência e utilização de violência direta ou estrutural sobre indivíduos ou grupos considerados diferentes (GALTUNG, 1996; JEONG, 2000).

De tudo quanto o autor nos apresenta a respeito deste conceito, podemos afirmar que Angola enquadra-se dentro dos princípios da paz negativa, pois ainda encara a paz apenas pelo calar das armas, mas antes de mais, vamos ao conceito de paz positiva. Retomando Ho-Won Jeong (2000), a paz positiva transcende a eliminação da violência direta (guerra), mas, a promoção de práticas que promovam o desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Esta paz positiva consiste ainda em “imbuir as mentalidades e guiar os comportamentos” através de uma difusão da cultura de

paz envolvendo Estado e sociedade civil. Esta última se manifesta sobretudo, no nível micro, o das famílias e pessoal e vai progressivamente se expandindo pelos níveis meso e macro da sociedade.

A paz positiva defendida por Galtung (1969) só será possível em ambientes onde se cultive iniciativas justas e equitativas de acesso dos cidadãos aos benefícios econômicos, culturais e sociais, igualdade de oportunidades, medidas que eliminem qualquer forma de repressão, de discriminação seja por: classe, etnia, tribo, idade, religião e sexo para que todos possam usufruir dos bens que a sociedade produz.

Entretanto, muitos teóricos criticam a ideia de paz positiva, por abrir margem a uma sociedade idealizada. De nossa parte, este material teórico ajuda-nos a compreender o tipo de sociedade civil que se desenhou pouco tempo depois do conflito armado. Assim, pelos argumentos avançados por Jeong (2000) podemos dizer que a sociedade angolana é perpassada pelas violências estrutural e cultural pelas práticas recorrentes de discriminação pela filiação partidária, dificuldade em se governar democraticamente, desigualdade na distribuição dos rendimentos do país e tantos outros e, que se consubstanciam em outras práticas que atropelam a possibilidade de formação de uma sociedade civil que possa cobrar transparência na gestão do bem público.

A sociedade civil em Angola é formalmente referida, como em outros países que se queiram democráticos, como o principal motor na promoção da participação pública nas questões inerentes ao interesse dos cidadãos e na consolidação da paz. A sociedade civil segundo Vieira (1997) caracteriza-se pela autonomia, espontânea e autorregulada, afim de, gerar e realizar ações e normas de comportamento social, geralmente informais, baseadas na cooperação, distintas das normas formais, dependentes e hierárquicas de comportamento social geradas e realizadas pelo Estado.

Entretanto, em Angola, o exacerbar do conflito, da crise social e humanitária provocou sobre a sociedade civil que, nunca chegou a um ponto de maturação que se diga satisfatório, muitas fragilidades que até hoje minam seu potencial. Por outro lado, sua maturação, é amplamente afetada pelos níveis de qualidade democrática e participação na vida pública que sofre com a iliteracia ou pela falta de um processo educativo eficaz, que permita aos

cidadãos adquirir capacidade de reflexão de modo a participar mais ativamente na vida pública (SEM, 2003 *apud* CATARINO, 2006).

Nota-se também que, com fim da guerra civil, parece que a sociedade civil perdeu seu mote unificador que na época era a guerra e que, nos tempos atuais, não consegue definir uma pauta que possa unificar os diferentes interesses num mesmo propósito. Assim, sendo, como afirma Hirschman (1970) “...as culpas e falhas de um [a sociedade civil] transformaram-se nas vantagens do outro [partido-Estado]”, como veremos nas linhas que se seguem.

Dada a necessidade de atrair uma ajuda estrangeira mais efetiva e mais disponível (STIGLITZ, 2001), era preciso criar a imagem de existência de uma sociedade civil autônoma. E, como o sistema não admitia através de vários tipos de violência estrutural (GALTUNG, 1969), a partir da década de 1990, o Presidente da República Jose Eduardo dos Santos, segundo Oliveira (2015) criou até as suas próprias organizações da “sociedade civil” como forma de consolidar o seu domínio e canalizar os recursos disponibilizados pelas agências internacionais aos interesses que o beneficiariam, realçando a imagem pessoal de benfeitor como atesta Christine Messiant (1999).

De acordo com Paim e Reis (2006), em 1996 entra no cenário da “sociedade civil” a FESA (Fundação Eduardo dos Santos) que diz inspirar-se nas suas congêneres existentes nos grandes países democráticos e consolidar o progresso social. Na verdade, segundo os mesmos autores, a FESA aparece como uma instituição na qual o PR intervém como pessoa privada e cujos fundos não são seus, mas sim os de grandes sociedades internacionais e nacionais.

Este processo funciona mais ou menos assim, o Presidente da República “recanaliza” em direção à sua própria pessoa e para organizações amigas, ditas da “sociedade civil”, parte dessas benesses e as distribui, todos os anos, sob a forma de “cacho”, durante a “Semana da FESA”, o que gera muita publicidade, votos de felicidade e agradecimentos de toda ordem (PAIM, REIS, 2006). Temos aqui apenas uma prova de como, mais ou menos, a sociedade civil angolana foi completamente desvirtuada e redirecionada para a promoção da imagem presidencial.

Outro impeditivo na emancipação da sociedade civil angolana prende-se com a dificuldade de comunicação entre aquela com os poderes executivo e legislativo, pois, estas instituições demonstram pouca flexibilidade ao debate de ideias e a incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais (ABREU, 2006 apud PAIM, REIS, 2006). O governo pratica uma espécie de democracia tutelada onde os poucos espaços de contato com esses poderes são determinados pelo Executivo, reduzindo-se a mera formalidade de discursos hipócritas, como ocorreu com dois eventos que podem servir de exemplos: O Fórum Nacional da Juventude, onde, os órgãos oficiais, entenda-se o Presidente da República convoca um fórum de auscultação dos problemas dos “jovens do país”. Trata-se, na verdade, de um primitivo método de passar a sensação de interação entre governo-juventude, em que é a organização juvenil do seu próprio partido (JMPLA) selecionando os interessados para depois dizer-se que existe sim uma democracia. Outro caso, mas semelhante, é o Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural. Os objetivos são os mesmos, mas com outro público-alvo (ANGOP, 2017).

O que se pode inferir destes exemplos é que a sociedade civil autêntica foi mandada para escanteio, anulando-se sua capacidade de livre manifestação, só sendo chamadas de acordo as conveniências dos poderes “soberanos”. Portanto, podem ser considerados pseudo esferas públicas, pois não há nenhum debate direito com o titular do poder executivo ou seus auxiliares, mas um evento político de trocas de discursos previamente selecionados e, sempre exaltando a figura do Presidente da República, como se diz popularmente, “é só para inglês ver”.

E, para completar o cenário de difícil manifestação da sociedade civil autêntica, ocorre ainda alta centralização política e administrativa em Angola. As autoridades tendem a atribuir parte dos males daquela sociedade aos períodos anteriores a independência como afirma Pacheco:

É frequente ainda hoje se atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período fascista – colonial português e ao leninismo, do Partido Único do MPLA, mas que não determinou a situação por completo. Tanto as práticas fascistas (como o culto ao chefe), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), são também complementadas pela matriz cultural Bantu, na qual,

tradicionalmente, os líderes e chefes não têm o costume de prestarem contas aos liderados, no sentido de dar satisfação, de apresentar resultados de uma ação de que é incumbido, o que hoje têm efeitos perniciosos na sociedade (PACHECO, 2004 *apud* PAIM e REIS, 2006, p. 61).

Este estado de coisas que tem seu embrião em períodos pré-coloniais e que, interfere de que maneira na relação entre o Estado e a sociedade civil, em Angola é agravado, como sustentado por Oliveira (2015, p. 146), por um “estado igualmente impregnado da cultura febril e conspiratória que dominara o MPLA nos anos de exílio” e que através dele se espalhou no tecido social, de “hábitos próprios de estados policiais, inculcaram no país uma cultura de segurança nacional sufocante que constitui uma das suas características perenes”.

Destarte, a sociedade civil, no sentido convencional do termo, tem uma presença reduzida em Angola em virtude do que acima referimos, de um passado repressivo dos governos coloniais e matriz leninista, mas que, ainda demonstra sérios resquícios no presente, só que agora praticado por um sistema que se diz democrático. O fosso nos recursos materiais entre o Estado forte e a sociedade civil angolana que é fraca e dividida é tal, que a mera ideia de um espaço que permita a existência de uma sociedade civil autônoma não pode deixar de ser questionada.

Este cenário difícil pode ser compreendido na fala de um alto funcionário do regime, não identificado por razões óbvias de acordo com Oliveira (2015):

No início da década de 1990, o partido teve de escolher entre reprimir ou tolerar os movimentos [da sociedade civil], mas acabou por pender para uma solução híbrida: os atores não-estatais seriam aceites, em teoria, mas o espaço social seria preenchido pelas – nossas organizações da sociedade civil, com os nossos partidos da oposição- política e materialmente apoiados pelo próprio Estado (...) Assim, o resultado é que: se rasparmos a patina da sociedade civil, encontramos frequentemente o próprio regime (MPLA). Os críticos do regime já não são mortos, sobretudo, se falarem inglês e tiverem acesso a meios de comunicação social e estrangeiro. Em vez disso, são aliciados com um cargo bem remunerado. O sistema cuida de cooptar precisamente os indivíduos com maiores probabilidades de lhe fazerem oposição (OLIVEIRA, 2015, p. 158).

As associações profissionais como União dos Escritores Angolanos (UEA), União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC), União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP) e tantas outras existentes como a ordem dos advogados e médicos sobrevivem através de um ecossistema mantido pelo partido no poder, seus membros são militantes do partido, depende quase sempre do apoio do governo, tendo substituído o mérito profissional pela militância partidária o que tira toda musculatura potencial na formação de uma sociedade civil autônoma.

Portanto, podemos considerar que a sociedade civil em Angola sofre uma clara inversão na sua função, utilizada agora para designar indivíduos que são amigos de infância, parentes de sangue ou esposos de elementos próximos ao regime, na verdade, o que temos, é uma sociedade incivil como definida por Anheier e Carlson (2002 *apud* CATARINO, 2006), como uma das formas de sociedade civil mais ou menos estruturada por fatores que encorajam o interesse próprio e a pequenez de espírito, o desrespeito pelos direitos humanos, que promovem o preconceito e/ou que advogam a violência e as manifestações fanáticas de interação social e uma cegueira moral. Encerramos com esta definição por julgarmos não haver outra que melhor resuma a atual situação da “sociedade incivil” de Angola.

2.2. O surgimento da mídia em Angola (rádio, jornal e televisão)

2.2.1. O período pré e pós colonial

A imprensa em Angola surgiu no século XIX, em decorrência de uma decisão do governo colonial que, desde sempre interditara tal iniciativa, e se concretizou por meio de um “Boletim Oficial” (HOHLFELDT, 2012). Entretanto, antes da chegada dos colonizadores europeus a população desenvolvera, segundo costumes modos de se comunicar: por sinais, cantos, gritos, etc. ocorriam ainda por transmissão verbal direta ou por estafetas. Com a chegada dos europeus novos processos foram introduzidos.

De acordo com Gonçalves (1964 *apud* HOHLFELDT, 2012), a primeira máquina (prensa) em Angola, fora adquirida por Joaquim António de Carvalho Menezes, nato do país, em 1842 quando enviada para Luanda, de navio, este curiosamente afundara, aparentemente sob orientação da metrópole. Desta feita, será apenas em 1845 que o Governador Geral Pedro Alexandrino da Cunha, sob o signo da oficialidade, importa outra prensa e, publica-se o primeiro periódico angolano, como já mencionamos acima, o “Boletim Oficial” na capital, Luanda.

O “Boletim Oficial” no início permaneceu sendo o único órgão de comunicação social existente. Além de disposições legais, publicava também notícias e anúncios de que se exteriorizavam em prosa literária, versos de maior ou menor inspiração ou ideais sonhados (LOPO, 1964). Tudo se prestava ao “Boletim Oficial” que finalmente ficou exclusivamente dedicado aos problemas governamentais.

Em 1870, é lançado o jornal Mercantil. Este alcançou dezoito (18) anos de existência tendo sido apontado com um dos jornais angolanos do fim do século XIX com maior longevidade. A imprensa se iniciou, em Angola sob o signo da lei e do público dando a conhecer informações de natureza variada. O “Boletim Oficial” acabou perdendo seu status de órgão de informação comunitária com a implantação da imprensa independente (HOHLFELDT; CORSO DE CARVALHO, 2012).

De acordo com Lopo (1964) fez-se jornalismo episódico e de amadores, por profissionais das mais variadas condições sociais, tais como empregados comerciais, magistrados judiciais, médicos, professores, missionários, e até indivíduos que permaneciam em Angola em situação de degredados, mas gozando de benefícios de fianças ou proteções sempre razoáveis. O jornalismo industrial e conseqüentemente profissional apareceu em 1912, com a existência do semanário *Jornal de Benguela*, porém, não teve seqüência.

Entretanto, segundo Fernando Lima (2001) a imprensa em Angola sob o modelo de “*corporate media* ou *corporate business*” ocorre em 1923 com surgimento do jornal “Província de Angola”. Uma década mais tarde associa-se ao “Diário de Luanda”, publicações estas que mantiveram-se intactas até 1974, um ano antes da proclamação da independência (EUSTAQUIO, 2011). Com o objetivo de antecipar o quadro pós-colonial, o jornal “Província de Angola”

transforma-se em “Jornal de Angola” como consequência neste período, dos abalos políticos de 25 de Abril na metrópole, o jornal é nacionalizado.

O Jornal “Diário de Luanda” ainda regressou às ruas sob o título de “Jornal Vespertino”, mas acabou sendo encerrado definitivamente em Maio de 1977 após ter sido conotado com o “fraccionismo” um movimento separatista dentro do próprio MPLA que culminou numa tentativa de golpe de Estado liderada por Nito Alves. Na sequência, com vista a banir atos semelhantes, desapareceram todas as publicações de orientação antigovernamental, tornando clara a política de crescente instrumentalização da mídia desencadeada pelo MPLA (EUSTAQUIO, 2011).

O processo de estatização da mídia angolana tem no ano de 1978 um dos seus maiores emblemas com a extinção oficial da Rádio Ecclésia, a Emissora Católica de Angola, sob orientação do governo de Agostinho Neto que seria substituído por José Eduardo dos Santos em 1979 após falecimento. Antes de sua morte, Agostinho Neto, criou em ambiente “revolucionário” a ANGOP (Agência de notícias oficial do Estado), a TPA (Televisão Pública de Angola) e a RNA (Rádio Nacional de Angola) todos sob vigilância crescente do governo-partido até à atualidade.

2.2.2. Socialismo (Partido-Único)

Angola, após uma longa luta de libertação nacional, como já nos referimos nos primeiros deste capítulo, constitui-se em regime de partido único, optando pelo socialismo como via de desenvolvimento em 1976. Desta feita, o MPLA transforma-se em Partido do Trabalho (MPLA-PT) tendo como base filosófica o marxismo-leninismo, pelo que o governo e todas as instituições do país se subordinam, do ponto de vista da orientação, ao partido (MELO, 1991).

Este período é grande relevância para compreensão crítica do atual cenário político-midiático do país e não só, à medida que explica por um lado a transição que jamais ocorreu quando o país abraçou posteriormente o multipartidarismo e o estado democrático de direito, dificuldade esta que visivelmente se manifesta no modo como operam os órgãos de comunicação social naquele país.

Justificada sua manutenção devido ao estágio em que se encontravam as novas Repúblicas africanas - a integração das tribos e da consolidação da nação, os níveis de analfabetismo e outros – o socialismo de partido único tinha então encontrado em Angola de modo específico um habitat sobre o qual poderia repousar e se consolidar, o que terá grandes repercussões tanto na educação como na atividade da mídia (MELO, 1991).

Não obstante, o tipo de regime adotado – o socialismo, a guerra civil que logo após a independência se instalara, criaram uma tendência natural e necessária para a estruturação de uma mídia fechada, diminuindo-lhe assim sua eficiência (MELO, 1991) até hoje, razão pela qual, advogamos a tese da transição que jamais ocorreu.

Em virtude da opção pelo socialismo neste período era tido como mote que “o conteúdo da rádio, da televisão, da imprensa escrita e do cinema correspondem à sua essência de classe, cujo caráter está determinado pelo regime de propriedade dos meios...” foi essa tese sobre os meios de difusão massiva aprovada pelo primeiro congresso do MPLA em 1977. É daí que nasce a ideia de nacionalização desses meios como vimos no item anterior.

Assim sendo, apesar de os órgãos da comunicação social gozarem de autonomia administrativa e financeira, as empresas de comunicação social estão vinculadas, organicamente e em termos político-ideológicos ao MPLA – Partido do Trabalho. Pelo que vemos até hoje, apenas excluiu-se o PT da sigla mantendo-se esse vínculo. Contudo, um departamento especializado do partido dá as orientações de toda atividade jornalística em Angola. Isso, na época em que vigorava o sistema de partido único, segundo Melo (1991). Porém, há sinais de que esta atitude mantém-se. Numa palavra, os meios de comunicação “eram” vistos como empresas estatais orientadas politicamente pelo partido.

Neste período, além da censura ter adquirido status de legalidade, atividade jornalística “era” tomada por limitações práticas à sua capacidade criativa e por um espírito de acomodação, inércia, falta de iniciativa, consequências do tipo de regime que adotara na altura. De acordo com Melo (1991), o diagnóstico da comunicação social à moda socialista na altura existia e não era tido como positivo. Nesta ordem de ideias como tudo “passava” pelo

partido, realiza-se o 1º Seminário Nacional de Informação em 1982 com vista a rever o conteúdo midiático da época.

Portanto, pelo breve esboço de como se processava a comunicação social em Angola no período do socialismo (marxismo-leninismo) leva-nos a crer que grande parte daquelas orientações ainda existem no *modus operandi* atual com ligeiras diferenças. Por exemplo, na época, críticas contundentes eram direcionadas às influências burguesas, hoje as críticas são evitadas a todo custo nos órgãos estatais. Até hoje persiste o peso exagerado das informações oficiosas e oficial. Na época já se discutia a dificuldade de acesso às fontes, porém, até hoje persistem os mesmos problemas. As cautelas historicamente necessárias foram convertidas em limitações excessivas, tal como ocorre com a vigilância diária dos meios. Para Melo (1991), tais deficiências na atividade dos meios de comunicação em Angola nesta época, são o resultado de uma visão mecanicista do papel da mídia no socialismo.

Além disso, se por um lado, o socialismo se viu justificado pela necessidade da unidade nacional prometida pelo MPLA, por outro, parece-nos ter sido também um subterfúgio oportuno para manutenção de um projeto de poder que persiste até ao presente momento, razão pela qual acreditamos que o país ainda seja guiado por normas socialistas (marxismo-leninismo).

Hoje em dia, Angola conta com pouco mais de 24 milhões de habitantes e um único grande diário, o “Jornal de Angola”. Houve melhorias como a retomada das emissões da Emissora Católica, já há jornais privados, mas todos circunscritos em Luanda sob vários constrangimentos, como veremos. Entretanto, uma minoria absoluta lê jornais e os jornalistas ainda enfrentam problemas como a censura, perseguições e prisões. Assim, embora ocorra um forte processo de atualização tecnológica, Angola continua sofrendo do maior mal que marca a história da mídia: a falta de liberdade e a existência da censura (HOHLFELDT; CORSO DE CARVALHO, 2012).

Quadro 2 - Síntese da evolução da mídia em Angola

COLONIALISMO	INDEPENDÊNCIA (Socialismo)	MULTIPARTIDARISMO (Democracia)
<p>Século XIX: Governo colonial</p> <p>1845: Imprensa Oficial Boletim Oficial</p> <p>1856: Imprensa Independente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Almanak Estatístico da Província d'angola - Aurora (1º contra o colonialismo) - A civilização da Africa portuguesa (Urbano de Castro) <p>1912: Imprensa Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jornal Província de Angola (1923) - Jornal de Benguela (M. Mesquita) -Jornal de Luanda - O Mercantil <p>1974: Projetos de Independência das Colônias</p>	<p>1976: Nacionalização dos meios de comunicação</p> <p>(Presidente Antônio Agostino Neto)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Televisão Popular de Angola - Rádio Clube de Angola - Agência Nacional Angola Press (ANAP) - Conteúdo anti-capitalismo - Censura oficial - Ausência do contraditório 	<p>1991: Estado Democrático de Direito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Televisão Pública de Angola (TPA) - Rádio Nacional de Angola (RNA) - Angola Press (ANGOP) <p>-Emissoras Privadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Rádio Eclésia Rádio Despertar Rádio Mais... <p>- Jornais Privados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Folha 8 Semanário Angolense O País A Capital...

Fonte: o próprio autor

2.2.3. Cenário político-midiático de Angola

“Não é por as coisas serem impossíveis que não ousamos; é por não ousarmos que as coisas são impossíveis”.

Lúcio Aneu Séneca

A República de Angola, desde 1991, é formalmente um Estado Democrático de Direito, onde os direitos políticos e civis, universalmente plasmados nos instrumentos jurídicos internacionais, passaram a fazer parte da ordem político-jurídica interna. Aos cidadãos foram atribuídos, entre a imensidão de privilégios políticos e jurídicos, a liberdade de expressão, de informação e a liberdade de imprensa, consagradas hoje nos artigos 40º e 44º da Constituição. Liberdade na diversidade, refletida na comunicação social com conteúdo programático e noticioso plural, e a titularidade dos órgãos de comunicação social não monopolizados.

Os veículos de comunicação do Estado continuam sendo a principal fonte de informação e o governo mantém um controle firme sobre a mídia privada. A organização de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch (HRW) denunciou para a DW África a sistemática intimidação, pressão e restrição da atividade midiática em Angola. Em entrevista exclusiva, a investigadora da organização pró-direitos humanos, Lisa Rimli, disse que um dos grandes desafios do país é a regulamentação da Lei de Imprensa, pela qual se espera desde 2006. Recentemente soube-se que o governo propôs ao congresso a criação de uma entidade para regulamentação da comunicação social que, como veremos mais adiante, visa o controle da comunicação social de forma aberta.

Em trabalho monográfico desenvolvido (MUCHINGECA, 2014), percebeu-se à aplicação da estratégia política que instituiu em Angola, uma comunicação social de marketing político, em detrimento da comunicação social, ao serviço do interesse geral. A aplicação desta estratégia resume-se nas seguintes ações: A primeira, fundada no controlo da mídia públicos, transformando-os em meros instrumentos a favor do grupo dominante; A segunda, monopolização dos órgãos independentes de comunicação social, através da criação de entes supostamente de natureza privada, mas usando

os recursos financeiros de todos os angolanos; A terceira, a criação de órgãos estatais de controlo (MUCHINGECA, 2014).

O presente subitem destina-se a trazer uma breve descrição crítica produzida por alguns setores da sociedade civil naquele país, sobretudo, dos partidos de oposição, por terem perpetrado no Congresso Nacional angolano, um debate aberto a respeito do que aqui consideramos como “cenário político-midiático angolano”. Por esses e outros, o presente subitem reveste de grande importância, pois, pretende trazer em si, a realidade da maior parte dos produtores de conteúdo midiático. Não pretendemos nos delongar, pois, maiores detalhes a respeito, já foram apresentados em Muchingeca (2014), e que aqui gostaríamos apenas contextualizar.

Tal como temos vindo a afirmar acima, a respeito da instrumentalização de importantes setores da vida social angolana, a grande media local também não foge à regra. Como afirmara Lee Dobernan Robson, “a única diferença entre o ‘vilão’ e o ‘mocinho’ é a cobertura da mídia”. Em Angola, tudo o que se sabe seja da história, política ou economia é exclusivamente fornecido pela grande media, estritamente controlada pelo partido-Estado (MPLA). Como se pode imaginar, há uma escassez de informação, ficando a sociedade à mercê do regime.

Os meios de comunicação são completamente instrumentalizados e vassalizados pelo poder (CRUZ, 2012). A situação angolana é compreendida em sua essência pela pesquisadora francesa, Christiane Messiant (2008), que se interessou em compreender tal situação. Segunda ela:

[...] os órgãos públicos são reforçados nos seus meios materiais, na sua abrangência territorial dentro do país e na atualização da formação sofisticada da linguagem dos seus jornalistas. Mas são igualmente, e cada vez mais, controlados pelo partido e em benefício do regime, dando uma informação altamente desequilibrada em termos quantitativos [e qualitativo] a favor deste, e de uma parcialidade flagrante no conteúdo, até quando entreatrem o seu espaço a outros que não o regime e seus apoiantes. A televisão fica reservada ao Estado e tudo é feito para que a rádio pública continue a ser a única com extensão nacional, enquanto entraves dificultam a vários níveis os mídias privados: são de destacar os obstáculos constantemente levantados a Rádio Ecclésia da Igreja Católica na sua tentativa de extensão do sinal para fora da capital, e os colocados no dia-a-dia ao trabalho dos jornalistas independentes, sobretudo nas províncias, ou os resultantes de

condenações, da falta de publicidade ou da inexistência de uma tipografia independente, dificultando deste modo a sua sobrevivência financeira (MESSIANT, 2008, p.150).

Diante desta assertiva, é quase que previsível que tipo de cenário político-midiático os ouvintes e telespectadores angolanos são submetidos diariamente e a que tipo de conteúdo consomem e para o qual devem produzir sentido. Esta atmosfera não para por aí, ele conta ainda com um quadro de vulnerabilidade social de modo geral, e cultural para sermos mais específicos, o que agrava de que maneira a produção de sentido que a pesquisa empírica ajudou a esclarecer.

O que se verifica em Angola, pelo que se pode ler num dos manifestos de um partido da oposição, e relatamos também em trabalho monográfico (2014) é, na prática, um silencioso autoritarismo, concretizado através dos seguintes factos: A criação de Gabinetes, junto do Titular do Poder Executivo, que passaram a deter o controlo real da comunicação social do Estado, agindo paralelamente ao Ministério de Comunicação Social, como é o caso do GRECIMA (Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional); Ausência do contraditório, nos órgãos públicos de comunicação social, que favorece a intoxicação política dos cidadãos e a sua desinformação.

Como se pode ler num desses manifestos, resumidamente apresentado por um político angolano, Raul Danda:

Agoniza uma imprensa pública escrava do partido governante; uma comunicação que só vê flores, jardins, autoestradas, cidades sem problemas de saneamento, cidades iluminadas 24 horas por dia, ruas limpas, população farta de tudo, ministros santos, juízes justos até em causa própria, enfim um “país-paraiso” onde todos são felizes (DANDA, 2014).

Entretanto, a comunicação social em Angola, como documentada por Oliveira (2015), corroborando com Messiant (2008), está igualmente sujeita a regras apertadas. Os veículos dos meios de comunicação estatais, como o único diário nacional “Jornal de Angola” e TPA, a estação pública de televisão, seguem uma linha pro-governo, pouco sofisticada e não têm permissão para veiculação de opiniões críticas.

Aparecem alguns jornais críticos como Folha 8, Angolense, a Rádio Despertar e Rádio Eclésia (emissora católica) cujo espaço de manobra é extremamente limitado. A emissora católica só emite seu sinal na capital do país, a Rádio Despertar (pertencente ao maior partido da oposição, UNITA) seu sinal alcança apenas determinados bairros, para vermos que sua concessão, ao nosso ver, é mera estratégia para vender a imagem de democracia, como recentemente pudemos observar nas palavras do Embaixador Itinerante de Angola, Antônio Luvualo de Carvalho (2016), num debate sobre a transparência em Angola, realizado no mês de fevereiro do ano passado em Washington (EUA) quando afirmou “somos o único país em África, a permitir que um partido da oposição [UNITA] tenha sua própria emissora [Rádio Despertar]”. A emissora pertencente ao partido UNITA existe realmente, mas quando observamos os moldes como esta funciona, as limitações de extensão de sinal, perseguições dos seus jornalistas, inacessibilidade às fontes etc. é mais como se diz no Brasil “para inglês ver”.

Os demais jornais privados são amplamente fustigados pela ausência de publicidade (anunciantes) que lhes seria de grande importância para sobrevivência no mercado, pois, todo empresário no país teme as represálias que pode sofrer do regime ao intentar alguma coisa que possa dar vida aos jornais privados. Nesta ordem de ideias, estes ficam dependentes de pequenas tiragens que não cobrem nem 1% da população do país, sendo frequentemente, vendidos por ambulantes no trânsito caótico que se verifica nas estradas da cidade de Luanda (a capital), o que torna quase impossível o acesso aos jornais privados fora da capital. Contudo, a vida do jornalista angolano, como afirmou Oliveira (2015) não se resume à quantidade de linhas vermelhas que não pode pisar.

A semelhança do que sucede com outras profissões sensíveis, o partido-estado coloca grande ênfase na sua cooptação através da atribuição de cargos acrílicos e bem remunerados, além de prêmios anuais, que ao nosso ver, valoriza-se o jornalista que melhor contou a história adaptada aos interesses do regime e não propriamente a competência jornalística (OLIVEIRA, 2015, p.160, [grifo nosso]).

Portanto, é uma situação desoladora que a grande maioria não percebe, ou talvez, finge que não, na qual uma população que vive uma periclitante realidade social é envolvida 24 horas por dia a produzir sentido. Será culpa dos profissionais da mídia, certamente que não! Que tipo de sentido é produzido em cenários midiáticos como o que acabamos de descrever? É um dos motivos, senão o principal, que nos inquietaram na produção deste trabalho dissertativo.

2.2.4. Nova lei da comunicação social (ERCA)

O pacote legislativo da comunicação social, apreciado pela Assembleia Nacional (Congresso Nacional) em Julho de 2016 e anunciada no dia 23 de Janeiro de 2017 é daqueles projetos de lei que, de longe, um atentado à liberdade de imprensa e de expressão. De autoria do poder executivo mais especificamente do Ministério da Comunicação Social, atinge de acordo com Silva (2016) “mortalmente o princípio da auto regulação e por extensão outros valores que são caros aos fundamentos da atividade jornalística independente”.

De acordo com Verde (2017), o pacote contempla cinco leis: a Lei de imprensa, a Lei Orgânica da Entidade reguladora da Comunicação Social em Angola, Lei sobre o Estatuto do Jornalista e por fim, a Lei sobre o Exercício da Atividade de Radiodifusão e a Lei sobre o Exercício da Atividade de Televisão. A nova entidade vai substituir o antigo Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS) de acordo com a proposta.

De acordo com Verde (2017), a “nova polícia [entidade reguladora] da comunicação social” será responsável pela implementação da nova política através de um Conselho Geral cuja composição é de onze (11) membros eleitos pela Assembleia Nacional (Congresso Nacional). De acordo com Silva (2017) 5 deles serão indicados pelo partido MPLA e 2 pelo Presidente da República (aqui visto como titular do Poder Executivo). O presidente da referida entidade fará parte do grupo dos 5 indicados pelo partido majoritário (MPLA). Todos os demais partidos juntos indicam 2 membros. De todos eles, apenas dois deverão ser jornalistas.

À primeira leitura desta proposta, percebe-se claramente um retorno, talvez até uma reedição dos princípios socialistas (em seu viés soviético) que

sempre nortearam as atividades midiáticas do país a contar com a descrição feita no referido item, grosso modo, a legalização nas palavras de Silva (2017) do “vírus do controle político-partidário sobre as liberdades fundamentais”.

Verde (2016) chama nossa atenção para o que a Lei enfatiza mais poderes de intervenção à esta entidade – ERCA – que passa assim a exercer as atividades de regulação e de supervisão. De acordo com o jornalista, maior atenção deve ser dada a questão da supervisão, pois, segundo ele, uma entidade que assume poderes de supervisão fica dotada de poderes administrativos de intervenção direta, recurso e capacidade revogatória, exercendo vigilância apertada sobre as estruturas colocadas sob sua alçada.

Ainda de acordo com Verde (2016), no novo projeto de Lei são introduzidas cláusulas gerais e indeterminadas tais como: a preservação de valores socioculturais, éticos e de caráter patriótico ou critérios rigorosos que correspondam às boas práticas do jornalismo, as perguntas que se impõem de acordo com o mesmo autor são: quem define os valores socioculturais, éticos e de caráter patriótico? O que são boas práticas de jornalismo? Portanto, este tipo de cláusula abre espaço para imposições fascistas ou neofascistas, conceitos indeterminados remetem para as decisões para os aplicadores.

Pela composição do mesmo conselho, percebe-se claramente que quem vai controlar a comunicação social em Angola será o partido MPLA. Quem fiscalizará o mesmo conselho será o Congresso Nacional onde o MPLA tem maioria folgada. Assim sendo, dentre as competências do novo órgão estão algumas:

- Atribuir as carteiras profissionais de jornalistas;
- Appreciar, a pedido do interessado, a ocorrência de alteração na linha de orientação ou natureza do órgão...;
- Appreciar, por iniciativa própria ou a mediante queixa dos interessados, os comportamentos susceptíveis de configurar violação de quaisquer normas legais e regulamentares...;
- Fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições;
- Organizar e manter bases de dados que permitam aferir o cumprimento da lei por parte das empresas ou órgãos sujeitos à sua supervisão;

Aos funcionários da ERCA, quando desempenham as funções de fiscalização, são equiparados a agentes de autoridade e gozam das seguintes prerrogativas:

- Aceder às instalações, equipamentos e serviços das entidades sujeitas à supervisão e regulação;
- Requisitar documentos para análise e requerer informações escritas;

Portanto, além de tudo isso, estes agentes ainda dispõem de poder de averiguação e exames, podendo aplicar multas como previsto no artigo 45º da nova Lei. Como acabamos de ver, as liberdades de imprensa e expressão em Angola são meras formalidades, na verdade, quem decide o limiar daquilo é lícito ou não será o partido no poder. Eis parte do cenário político-midiático de Angola, mas procuramos trazer uma visão geral crítica sobre o mesmo para efeito de reforço sobre algumas conclusões que chegamos.

**CAPÍTULO III – A NOÇÃO DE ESFERA PÚBLICA NO
CONTEXTO SOCIAL ANGOLANO**

A problemática da esfera pública angolana, sob nossa ótica, é um tema que fica adstrito ao conhecimento dos profissionais da comunicação social, sendo este trabalho, do ponto de vista acadêmico, inédito no que tange a uma reflexão metodológica. Assim, o desenvolvimento empreendido aqui, além do próprio Habermas (1961, 1981 e 1990-99) obviamente, tem como referência os estudos de comunicação e política realizados no Brasil a partir de autores como Wilson Gomes (2004, 2008), Rousiley Maia (2008), Mauro Wilton de Sousa (2006) e Luiz Signates (2009) que se servem do conceito como fundamento para compreensão da relação entre a mídia e a sociedade. Seguindo o mesmo exemplo, pretende-se uma transposição do conceito para a embrionária democracia angolana.

Trata-se, portanto, de um esforço que visa a elaboração teórica deste conceito, esfera pública, a partir de observações feitas da relação mídia e esfera pública, mais especificamente no ambiente familiar. A ideia de uma esfera pública no ambiente familiar, inicialmente, soa paradoxal à medida em que a família tanto na burguesia quanto na era atual é considerada a esfera privada, da intimidade. Acontece que, com a emancipação da mídia, as fronteiras tornaram-se líquidas (BAUMANN, 2002). Hoje, temas que outrora ficavam restritos ao espaço público, podem ser debatidos no ambiente familiar não perdendo sua relevância, antes pelo contrário, como demonstram os estudos de recepção, a família, por ser o local onde os sujeitos podem ser o que realmente são, com todas as limitações, torna-se importante espaço de produção e negociação de sentido devido mesmo aos níveis de penetração da mídia no ambiente familiar.

Isto posto, a publicização de temas de interesse comum através da mídia faz com que o ambiente familiar não seja inerte a essas influências externas recebidas, o que leva seus membros a levarem em conta as peculiaridades culturais e contextuais, ao mínimo debate interno, por menor que seja, mas que acaba de algum modo interferindo na subjetividade dos membros reverberando no relacionamento que este cria consigo próprio, com os outros e meio onde está inserido. Conforme explicamos no capítulo 5, a transposição do conceito de esfera pública no ambiente familiar, no contexto angolano, consistiu na congregação de “públicos” que no dia a dia jamais participam da mesma esfera pública, por peculiaridades que descrevemos mais

adiante. A penetrabilidade da mídia no ambiente familiar hoje, é tal que rivaliza com outras instituições tradicionais no trato de questões familiares como ressalta Felix Guattari (2012):

As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra frequentemente “ossificada” por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão... (GUATTARI, 2010, p. 7-9).

Assim, o espaço familiar, no contexto angolano, oferece mesmo que remotamente indícios de como qualquer mudança, ruptura ou avanço em sua democracia pode ser explorado. E o conceito de esfera pública pode ser útil na verificação de que forma os processos de opinião se desenvolvem no entorno dos sistemas de mídia, pois, a noção que antes, sob o formato de ideal tipo weberiano, torna-se teórico-descritiva com Habermas (1981 *apud* SIGNATES, 2008) situando-o como modo pelo qual o mundo da vida se especifica no entorno do subsistema do Estado.

3.1. Um conceito em processo

A noção de esfera pública tornou-se referência, um pouco por todas as sociedades modernas ou que assim pretendam, quando se busca caminhos alternativos aos institucionais clássicos na consolidação da experiência democrática. Se observada a partir de sua perspectiva inicial, a noção de esfera pública é uma apreensão que Habermas (1981) faz dos estudos de Hannah Arendt na Grécia para o contexto da burguesia europeia. Assim, para a transposição deste conceito enquanto categoria de análise para compreensão de sociedades outras que não a burguesa, recomenda-se que se façam as devidas adequações contextuais, pois Habermas (2003a) entendia-a como uma categoria histórica referente à burguesia, típica de uma época. Entretanto, o próprio autor, em “Espaço Público, 30 anos depois” faz importantes mudanças que, para nós, permitiram maior elasticidade do conceito.

O presente capítulo apresenta-se como um esforço teórico-crítico que pretende problematizar a noção de esfera pública, porém sob a luz do contexto social angolano. Visa ainda teorizar a respeito das configurações que ela adquire naquele contexto específico. Além do roteiro do capítulo que passará pelo conceito sob o qual trabalharemos, o tipo de público, a influência da mídia, seu relacionamento com o tipo de sistema político, os tipos de esfera pública sempre tentando fazer um paralelo entre a visão do autor sobre o conceito e o contexto angolano. Pretende-se ainda dedicar especial atenção no modo como esta noção se materializa no micro ambiente das famílias angolanas, objeto desta dissertação.

Dúvidas pairam sobre a possibilidade da aplicação do conceito como categoria de análise para compreensão do cenário político-midiático de Angola, sob a perspectiva da recepção midiática tendo em conta o quão problemático é sempre que se pretende utilizar noções nascidas de determinadas realidades para compreender outras realidades. Eis o desafio que nos propomos.

3.2. O conceito de esfera pública

De acordo com Losekann (2009), o sentido contemporâneo mais utilizado de esfera pública, obviamente, tem seu embrião em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Habermas. Este último repensou seu conceito no contexto das sociedades atuais e em meio às demais questões que emergiram dentro da própria teoria social.

Para efeitos de contextualização, alguns aspectos da concepção original devem ser destacados. Em Habermas (1984), a burguesia é o suporte deste público, que é tido como um público que lê. Não é necessariamente o público que buscamos para os nossos objetivos. Que os sujeitos sejam capazes de construir e manifestar opinião sobre assuntos de interesse geral, corroboramos da ideia. Em Habermas, o público é sempre um público que julga, sendo seu objeto aquilo que ganha *publicidade*. É por essa razão que escolhemos um serviço noticioso (Telejornal) para ser a base das conversas que produzimos com as famílias. Ou seja, a emergência de um espaço no qual assuntos de interesse geral seriam expostos, mas, também, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso. Assim, quanto mais

assuntos forem trazidos pra discussão, mais julgamentos acerca da realidade social existirão (LOSEKANN, 2009).

Do ponto de vista de sua composição interna, o princípio estruturante estava ancorado na capacidade de racionalização pública a qualquer indivíduo que a possuísse, desde que fosse dotado de duas características essenciais: proprietário e formação educacional - esse era o “homem” da época. Hoje em dia, não são mais essas as condições para a participação numa esfera pública. No nosso caso, a condição era simplesmente a capacidade de raciocínio e maioria para tal. Em Habermas, existia também uma esfera pública política e outra esfera pública literária, onde, aquela, através da opinião pública, podia intermediar as relações entre Estado e sociedade civil. Não é o nosso caso, aqui trabalhamos com uma esfera pública familiar cuja intermediação, no limite, consegue entre seus membros e o Estado.

Em Habermas, nos é sugerido que os cafés e salões eram espaços por excelência de reuniões de onde emergia uma opinião pública. Além de não ser a realidade vivida hoje em Angola, o próprio Habermas, em trabalhos mais recentes, revê questões como: espacialidade, composição e estrutura social, bem como a multiplicidade de esferas públicas. No sentido de auto superação, Habermas propõe que a esfera pública jamais seja confundida com alguma instituição ou estrutura normativa, assim também não constitui-se num espaço, aproximando-se do conceito sobre o qual pretendemos nortear nosso trabalho.

Outra característica que julgamos ser pertinente em Habermas é a paridade argumentativa dos participantes, ou seja, a eliminação de diferenciais outros tais como, poder, dinheiro, *status*, guiando-se os participantes pela lógica do melhor argumento. Esta questão, em se tratando de esferas públicas familiares, no contexto angolano é problemática, dada a proeminência da figura paterna, a visão sobre gênero feminino, tema que retomaremos nos capítulos próximos.

Entretanto, outro questionamento que nos surge é se o ambiente familiar, que em Habermas faz parte da esfera privada, poderia se submeter a alguns princípios da esfera pública tal como a paridade argumentativa. De acordo com Habermas, em suas colocações recentes, esfera pública e esfera privada não estão desconexas, pelo contrário, cada uma tem ressonância na outra. A esfera pública de acordo com Losekann (2009) capta e realça as

temáticas existentes na esfera privada, problematizando-as e trazendo-as ao debate público, enquanto que a esfera privada incorpora os debates e agrega informações que influenciam a vida cotidiana. Portanto, para Habermas (2003a), o que diferencia uma da outra são *as condições de comunicação modificadas*.

Isto posto, a noção de esfera pública que aqui pretendemos trabalhar deve ser entendida, segundo Signates (2014), como:

A situação social específica dentro da qual os sujeitos se encontram num quadro em que a linguagem ocupa a função de coordenadora fundamental das relações intersubjetivas, garantindo a tematização democrática do interesse público ou comum, e abrindo, assim, possibilidades para a concretização de consensos possíveis que conduzam à resistência ou superação de contradições surgidas na imposição de vínculos sistêmicos (SIGNATES, 2014, p. 6).

É a partir deste conceito que pretendemos compreender como se processa a noção de esfera pública no ambiente familiar vislumbrando possibilidades e conceitos gerais que possam de alguma forma revelar os liames que fazem a sociedade angolana. Por *esfera pública crítica*, nesta dissertação, entendemos toda e qualquer produção de sentido sobre a televisão que escape dos esquemas oficiais de emissão, abordagem e apresentação dos diversos conteúdos simbólicos.

3.3. Esfera pública dominada pelos meios de comunicação

O surgimento e emancipação dos *mass media* é, de acordo com as primeiras colocações de Habermas (1984) a esse respeito, o responsável pela degeneração da esfera pública, tendo ela perdido características fundamentais tais como: acessibilidade, discutibilidade e racionalidade, assim como seu produto final, a opinião pública.

De acordo com Habermas, a vinculação, a submissão da esfera pública aos meios de comunicação social provocou grandes alterações nas funções e princípios norteadores que a constituíam. Assim sendo, o público é substituído, na sua função de legitimação das decisões e leis, sendo apenas consultado num conjunto reduzido e pré-estabelecido de alternativas.

Apesar de Habermas, em seus escritos mais recentes, reconhecer a importância que os meios de comunicação desempenham em relação à esfera pública, para o contexto angolano que é o nosso objeto, é de grande complexidade corroborar da ideia de que os meios de comunicação tenham desfigurado a esfera pública, talvez em sua concepção inicial, porém, em cenários como o de Angola, pode-se, embora que de passagem, dizer que só com o surgimento dos *mass medias* é que criou-se condições de possibilidade para a formação de um público, circulação de informação e, talvez, esferas públicas. Pois que, tendo em conta o passado histórico, não era ainda um país, sendo apenas um conglomerado de etnias, e é problemático falar-se de democracia no interior das etnias, pelo menos no contexto africano.

É verdade que, com a emancipação da mídia, a discursividade e o debate não mais se fazem dentro da esfera pública e sim para e diante dos públicos, ou seja, uma esfera pública de visibilidade (GOMES, 2008). Isto ocorre com particular evidência em Angola, à medida que jamais houve a consolidação de uma sociedade civil atuante (OLIVEIRA, 2015), capaz de formação de esferas públicas que influenciassem as relações entre Estado e sociedade. Diríamos mesmo que é um estágio que o país ainda não conheceu. Tendo os grandes *medias* em Angola assumido uma posição pró Partido-Estado (...), a discursividade que neles ocorre apenas busca conseguir adesão e boa vontade do público. Parafraseando Habermas, as discussões sempre foram superficiais e manipuladas.

Hoje, a mídia são o lugar onde aquilo que se quer que se torne opinião pública deve circular para obtenção de assentimento dos privados. Para o contexto angolano, sempre foi o meio pelo qual circulam opiniões estabelecidas às quais se espera adesão da maioria. Este pode ser entendido como um dos motivos pelo qual realizamos tal pesquisa de recepção buscando compreender o tipo de produção de sentido.

Este estado de coisas ocorre, provavelmente, pela prevalência de orientações socialistas (leninismo) nos grandes *medias* angolanos que são hierarquicamente subordinados ao Partido-Estado (MELO, 1988), interferindo em sua capacidade crítica e no modo como podem ou não influenciar os diversos públicos, preocupação que esta dissertação procurou compreender.

Esta hipótese é aventada pelas evidências colhidas de bibliografia, da pesquisa em campo e da experiência identitária do pesquisador.

O que ocorre com a mídia em Angola é uma inversão do princípio da publicidade, ao invés de uma exposição que vise à discussão de posições num debate acessível a todos, transformou-se num dispositivo de busca de formas concretas de adesão – propaganda. De acordo com Habermas, “trata-se de construir a adesão, de trabalhar a ‘opinião pública’, ou seja, de inserir na agenda temática do maior número de sujeitos... posições favoráveis às pretensões que se quer defender” (HABERMAS, 1984, p. 228).

Em sociedades despóticas, como é o caso de Angola, questões relativas ao bem comum são decididas pelo arbítrio da autoridade, segundo princípios e critérios que geralmente não são partilhados, fazendo-se da grande *media* o dispositivo (AGAMBEN, 2009) pelo qual o governo busca a adesão do público. Resta-nos saber, até que ponto esta adesão é de fato alcançada? Por esses e outros fatos é que julgamos pertinente a utilização da noção de esfera pública, como categoria de análise à medida que permite entender os modos com que se configuram a produção de sentido, se crítica ou não, face ao tipo de medias que se consome diariamente.

3.4. Esfera pública e sistema político: influências

Embora a República de Angola tenha se constituído em um Estado Democrático e de Direito formalmente desde 1991 (MELO, 1991), uma breve incursão ao seu passado histórico permite perceber com alguma facilidade a prevalência de modos, normas de cariz socialista (Marxismo-leninismo) em sua estrutura. Por sinal, este fato reverbera de tal maneira nas dinâmicas de formação de esferas públicas em todos âmbitos.

Em sociedades cuja maturidade democrática já é um fato, a influência entre esfera pública e o sistema político ocorre de forma bilateral. Não é o caso de Angola. Habermas (1984), servindo-se do esquema elaborado por Cobb, Ross e Ross (1976), apresenta um esquema de como se dá o acesso a esfera pública, ao que nos parece, dominada pelos meios de comunicação. Este esquema apresenta três formas de entrada – modelo de acesso interno,

modelo de mobilização e o modelo de iniciativa externa, tendo como referência o sistema político.

No primeiro, as questões são geradas no interior do sistema político (circula entre seus membros). No segundo, o vetor vai do sistema político à esfera pública (*medias*) por iniciativa do sistema político, transcendendo até ao público (apoio, adesão). No terceiro, a iniciativa localiza-se em forças externas ao sistema políticos, que formulam reivindicações e tentam expandir o interesse em tais questões de modo que sejam acolhidas pela agenda pública. Também demanda a mobilização.

O próprio Habermas já reconhecia que, sobretudo, em sociedades não-igualitárias (como é o caso angolano) as iniciativas do sistema político tendem a prevalecer. Em Angola, a desigualdade entre os três modelos é tão grande que, nem mesmo em momentos de crise, pelo menos interna (quase raros) os atores da sociedade civil assumem proeminência na esfera pública (*media*) como imaginara Habermas. A realidade desse modelo ocorre mais ou menos da seguinte forma: o sistema político por tomar decisões cujos critérios jamais são compartilhados, não precisa mobilizar a esfera pública (*medias*), apenas ordena que seja veiculada determinada decisão. Por sua vez, a mídia jamais pautam o sistema político como se verifica nos países democráticos, sendo esta obrigada a repercutir iniciativas emanadas do sistema político (partido-estado). Aos atores da sociedade civil (que do ponto de vista da sua autenticidade, não existem), é reservado algum espaço (OLIVEIRA, 2015), contanto que, seja para manifestações que reforcem decisões do sistema político (é comum ver-se marchas de apoio ao discurso do Presidente da República ou similares) ou não, no sentido de contrariar as manifestações críticas (autênticas) ao sistema político (MESSIANT, 2008).

Portanto, trata-se de um sistema político que não permite que os temas que merecem publicitação na esfera pública emanem das periferias, de baixo ou mesmo de cima, porém, numa relação bilateral. Ao contrário, é o sistema político (controlado pelo partido-estado) quem determina o que merece ser divulgado ou não ao grande público. Segundo Habermas (1994), essa relação bilateral é possível mesmo em esferas públicas esvaziadas de poder social e conseqüentemente mais visitadas pelo poder proveniente do sistema político. Talvez sim, mas pelo menos por enquanto, não é o caso de Angola. Mesmo em

situações críticas sentidas pela sociedade, não há uma mobilização interna da esfera pública no sentido de reverter o padrão de fluxo de influência do sistema político, pois que, este último controla quase todos canais que possibilitariam a isso como ficará mais claro nos capítulos a seguir, configurando, o que temos chamado de uma sociedade cercada.

Habermas acredita nessa influência recíproca entre sistema político e o público evocando a expressão “os jogadores na arena devem sua influência ao assentimento da galeria” (HABERMAS, 1994, p. 461-62). A bem da verdade, é uma expressão que não se realiza no contexto sócio-político angolano por uma série de fatores que aprofundamos em capítulo específico, porém, um deles seria a forma como os membros do sistema político chegam ao poder. Não há, portanto, um vínculo entre o representante e o representado.

Portanto, o que podemos asseverar é que a relação entre o sistema político e a esfera pública em Angola é bastante unilateral por uma série de fatores que vão desde a má vontade política até as vulnerabilidades da sociedade civil, algumas delas, provocadas pelo próprio sistema político que dela se beneficia.

3.5. Tipos de esferas públicas

Já faz algum tempo desde que a concepção de uma única esfera pública não mais se sustenta, dadas as evidências empíricas encontradas por autores como John Keane (1995) e outros, tendo finalmente, o próprio Habermas (2003b) reconhecido que existem outros modos, outras situações onde a noção de esfera pública pode se manifestar, garantindo assim o acesso mais amplo à esfera pública.

De acordo com Keane (1995), as esferas públicas podem desenvolver-se dentro de vários domínios, geralmente perpassadas ou não pelos meios de comunicação que criam uma atmosfera comum quanto à possibilidade temas que possam ser debatidos (opinião pública). O autor classifica as esferas públicas de acordo a sua heterogeneidade e tamanho. Assim sendo, elas podem ser: micro, médio e macro esferas públicas. Nosso objeto, que são as famílias angolanas, encontram-se entre as microsferas públicas.

As microesferas públicas, segundo Keane (1995), podem ser entendidas como “lugares nos quais os cidadãos questionam os pseudo imperativos da realidade e se opõem a eles com experiências alternativas de tempo, espaço e relações interpessoais”.

Habermas (2003b), por sua vez, após revisões conceituais define três formas de esferas públicas: a esfera pública episódica, a esfera pública da presença organizada e a esfera pública abstrata. A primeira ocorre em bares, cafés, nas praças, ruas etc. A segunda ocorre em encontros organizados tais como: reuniões de partido, de pais, de vizinhos, de igreja, etc. A terceira é aquela produzida pela mídia, são leitores, espectadores, ouvintes, etc. distantes espacialmente, mas reunidos em torno de pensamentos semelhantes. Tanto Habermas como Keane concordam que as diferentes formas de esferas públicas não existem isoladas, pelo contrário, estão sempre influenciando uma a outra, interconectadas, como afirma Habermas:

Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas. Limites sociais internos decompõem o texto “da” esfera pública, que se estende radicalmente em todas as direções, sendo transcrita de modo contínuo, em inúmeros pequenos textos, para os quais tudo o mais serve de contexto; porém sempre existe a possibilidade de lançar uma ponte hermenêutica entre um texto e outro (HABERMAS, 2003b, p. 107).

Assim sendo, as diversas formas pelas quais a noção de esfera pública se manifesta demonstram a multiplicidade de espaços, situações em que os sujeitos podem trocar impressões sobre temas públicos ou mesmo privados produzindo daí, possíveis consensos ou não, fazendo real o conflito invisível de sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Todavia, a inexistência de tais ramificações é sintomática no que tange ao exercício de liberdade fundamental. Assim, a proliferação de micro esferas públicas ou esferas públicas episódicas, como prefere Habermas, é, sob nossa ótica, potencial para o surgimento de uma sociedade civil atuante.

Para a realidade concreta de Angola, a proliferação de microesferas públicas ainda é problemática devido a questões de ordem sistêmica como o controle que o partido-Estado exerce sobre os meios de comunicação, a

política de segurança nacional que espalha o medo no seio da população, a lógica maniqueísta que distingue os angolanos entre governo e oposição, a cultura e outras vulnerabilidades sociais. Entretanto, apesar disso, não se pode dizer que não haja indícios de formação de esferas públicas. Por essa razão, escolhemos a família por enxergarmos nela duas questões ambivalentes: o lugar onde o indivíduo sente-se mais à vontade para ser ao mesmo tempo que ela é uma miniatura do sistema.

3.6. A noção de mundo da vida e os limites da filosofia da consciência

Giddens (1990), em sua obra “As consequências da modernidade”, faz uma diferenciação entre sociedades tradicionais e sociedades modernas que julgamos ser pertinente para o raciocínio que pretendemos aqui apresentar sob a égide de Habermas. De acordo com Giddens:

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes, [ao passo que], nas sociedades modernas, as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter (GIDDENS, 1990, p.37- 38).

Esta diferenciação é para os propósitos que pretendemos com este item, essencial à medida que joga uma luz sobre aquilo que podemos considerar como a transição de uma sociedade conformada para outros modos de vida altamente reflexivos, de modo que este último tenha como consequência a formação de esferas públicas críticas. Este processo, sob nossa ótica, passa pela compreensão do mundo da vida e os limites da filosofia da consciência.

Habermas, com o intuito de construir sua teoria dual de sociedade – sistema/mundo da vida –, busca referências em Durkheim, Weber e Mead, após constar que os processos de racionalização e diferenciação que caracterizavam o surgimento da sociedade moderna aparecem no problema de estabelecer de modo suficiente a relação entre teoria da ação e teoria dos

sistemas, tendo esta última ganhado maior protagonismo em Parsons e Luhmann, Habermas vai procurar ajustar a teoria dos sistemas a partir de Parsons com a teoria da ação com Weber (*apud* SIGNATES, 2009).

Sendo o mundo da vida o horizonte em que os agentes comunicativos se movem, dando-o por construído ou tomando-o como dado, é delimitado estruturalmente pela organização social e transformado na medida em que se produzem mudanças estruturais na sociedade (HABERMAS, 1981a). O autor entende o mundo da vida como sendo “...un depósito de autoevidencias o de convenciones incuestionadas, de las que los participantes em la comunicaci3n hacen uso en los procesos cooperativos de interpretaci3n” (HABERMAS *apud* SIGNATES, 2009, p.95).

Trata-se de uma memória coletiva, do abastecedor coletivo de convenções geralmente armazenadas sem questionamento que os participantes da comunicação pertencentes a uma mesma comunidade linguística fazem uso nos processos de interpretação, ou seja, um conjunto de traços no agir comunicativo que caracterizam os membros de uma coletividade. Desta feita, cada situação de ação será, para o participante, o centro do mundo da vida, que se apresentará de forma complexa sob a condição de um transfundo (a região mais profunda de todo ser humano, aquelas convicções da essência do sujeito) que, tematizado, entenda-se, quando se torna suporte de uma situação de ação, perde sua trivialidade e seu caráter inquestionável, emerge na linguagem e torna-se um saber suscetível de problematização (SIGNATES, 2009).

Habermas entende o mundo da vida como um acervo de padrões de interpretação que se transmite culturalmente e se organiza de forma linguística. Pensamos ser a partir da problematização destes padrões incutidos culturalmente, mas não apenas, que se começam a vislumbrar esferas públicas críticas, conseqüentemente ensaiando voos para o ingresso nas sociedades modernas. No caso angolano, essa problematização passaria por revisão de quase tudo quanto se sabe sobre sua história, os pilares sustentadores de valores culturais que orientam os sujeitos, as famílias e através do qual o Estado constrói seu *modus operandi*, pois o partido-Estado tornou-se a única referência através do controle do passado e do presente.

O arsenal de saber que constitui o mundo da vida fornece as convicções de fundo, de caráter aproblemático, que os participantes adotam como garantia por si mesmas nos processos de entendimento onde, por ventura, se achem envolvidos. O mundo da vida funciona quase como o garantidor de que a prática comunicativa não se realize no vazio, ou seja, jamais enfrente situações absolutamente desconhecidas. De fato, serão as estruturas do mundo da vida (linguagem e a cultura), suscetíveis de crítica, que fixarão as formas de intersubjetividade do entendimento possível, pois que, é:

O saber não tematizável, por ser o constitutivo do entendimento enquanto tal, resultando que, quando as tentativas de entendimento fracassam, as pretensões de validade deixam de ser os pressupostos e tornam-se aquilo sobre o qual deve se buscar o consenso (SIGNATES, 2009, p. 97).

Destarte, sendo o mundo da vida aquilo que é dado ao sujeito como aproblemático (valores culturais, relacionamento vertical entre os membros, relações de gênero, hierarquias etc), de onde vêm as certezas do mundo da vida? De acordo com Habermas, há um *a priori* social inscrito na intersubjetividade do entendimento linguístico. O mundo da vida não é, pois, um mundo privado, mas um mundo intersubjetivo, cuja estrutura básica é comum a todos, sobre a qual os membros de um coletivo só podem se referir na primeira pessoa plural (nós os angolanos, nós os brasileiros). Trata-se do acervo cultural de saber compartilhado, de onde os falantes tiram a confiança ingênua de que o mundo segue sendo como foi até agora conhecido e que, portanto, pode-se fazer sempre do mesmo modo outra vez (HABERMAS, 1981 a).

Esta assertiva habermasiana parece-nos ser a que orienta, em Angola, a relação entre o Estado e as populações através do controle que este exerce sobre a cultura, tema que retornaremos mais adiante. Ainda segundo Habermas, essa imunização do mundo da vida contra revisões totais diz respeito aos seus limites: não se pode transcender ao mundo da vida. Este acervo de saber relacionado ao mundo da vida não é transparente, mas sim cambiante a cada situação e, por isso mesmo, não é apreensível como tal, mas vivido de modo familiar e seguro. Estaria aqui, talvez, um entendimento de

como as famílias angolanas lidam com o sistema partido-Estado. Prossegue Habermas, ao ser tematizado, num contexto de compreensão moderna do mundo, o fragmento do mundo da vida perde seu caráter aproblemático e se transforma em saber cultural definidor de situações de ação, passando assim a ser submetido à prova da ação comunicativa.

A relevância desta compreensão, não só na teoria de Habermas como também no contexto social que analisamos, prende-se ao fato de que os prejulgamentos inscritos na cotidianidade se convertem em potenciais de racionalidade cada vez mais amplos e movimentados pela prática comunicativa. Ocorre com este processo, no âmbito da leitura que Habermas faz de Durkheim, sobre o mundo da vida, a separação de cultura, sociedade e personalidade que no contexto angolano, seria a separação entre Estado, governo e partido.

Assim, Habermas entende sistema como o conjunto de atividades vinculadas à sobrevivência econômica e política das sociedades modernas, mediante a regulação das consequências das ações de tipo estratégico e instrumental por mecanismos burocráticos e de mercado capazes de limitar o escopo de decisões voluntárias (INGRAM, 1987). A partir dessa teoria dual – sistema/mundo da vida – Habermas faz um estudo acerca das sociedades primitivas e conclui que nelas, os mecanismos sistêmicos não se desligam das instituições pelas quais se efetua a integração social (situação que ficará clara no próximo capítulo sobre as cercas estatais). Entretanto, mesmo com a formação das estruturas do poder nessas sociedades, tais ainda são fixadas pelo sistema de parentesco, fundamentando-se no status garantido pelo prestígio mas não na posse de poder político.

Isto posto, os plexos funcionais, segundo Habermas, são praticamente transparentes, sendo observadas tanto na trivialidade das práticas cotidianas como na simbologia cifrada dos rituais. O que o autor pretende demonstrar é a desconexão entre sistema e mundo da vida que está relacionada a diferenciação das próprias estruturas. Assim sendo, identifica nas sociedades primitivas dois planos distintos de diferenciação sistêmica: A *diferenciação segmentária* – estruturada em relações de intercâmbio, nas quais as funções econômicas têm alcance bastante limitado por estarem escassamente desligadas de contextos normativos; e a *diferenciação por estratificação* –

decorre das relações de poder, institucionalizadas por meio da formação de uma hierarquia de status baseada no prestígio.

Portanto, a emancipação da ação comunicativa nestas sociedades só é possível através da separação entre ação orientada a fins e ação orientada ao entendimento. A moral, interiorizada, fica ligada ao mundo da vida, vinculada ao desempenho discursivo de pretensões normativas de validade que caracteriza a ação comunicativa, e o direito, externalizado, fica esvaziado de conteúdos morais e, assim, passa servir o propósito de possibilitar o controle da ação social através de meios sistêmicos.

3.7. O conceito de esfera pública no contexto angolano: possibilidades

A história recente angolana foi marcada por um longo conflito armado, não proporcionando o desenvolvimento de uma cultura do diálogo com a desconfiança representando um pilar importante nas relações entre pessoas e instituições. As dificuldades que os angolanos enfrentam – principalmente no que diz respeito às restrições de sua atuação, à dificuldade de inserção da sociedade civil na formulação de políticas públicas, e no desenvolvimento de parcerias junto ao governo – demonstram, em grande medida, a especificidade dos países que passaram por processos de colonização e autoritarismo (PAIN, 2008).

Ao tentar aventar-se a possibilidade de esferas públicas tipicamente angolanas, enfrenta-se a dificuldade da ausência de referências anteriores locais que versem sobre o assunto. Nesta ordem de ideias, será como que uma tentativa inaugural para o contexto angolano, a problematização de uma esfera pública cuja configuração seja dominada pelas condicionantes locais. Entretanto, o que se pretende aqui, é uma peregrinação solitária, porém, amparada por reflexões que também tiveram o mesmo intuito de transposição da noção de esfera pública para outros contextos, para outras realidades socioeconômicas e políticas.

Com o fim da guerra civil (2002) em Angola, julgamos pertinente ser o momento de refletirmos sobre as transições inconclusas, os processos inacabados que não puderam seguir adiante dada a realidade política do país. Dentre as transições inconclusas, a que nos propomos a refletir aqui é a do

socialismo (marxista-leninista) para a democracia, isto, sob a luz da noção de esfera pública. Para isso, nos servimos de autores que fizeram o mesmo percurso no que concerne à transposição do conceito de esfera pública para a realidade brasileira.

De acordo com Costa (1999), as chamadas teorias da transição democrática constituíram, como se sabe, um dos filões contemporâneos mais profícuos das ciências sociais. Estudos de origem mais sociológica surgem preocupados em investigar as relações sociais e a cultura política nas formas mais cotidianas e menos institucionalizadas (LOSEKANN, 2009). O que se procura demonstrar é que ao lado da construção de instituições democráticas (eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa, etc.), a vigência da democracia implica na incorporação dos valores democráticos "às práticas cotidianas" (AVRITZER, 1996 p.143). É daí que escolhemos a cotidianidade familiar angolana como marco de verificação dessas práticas, por ela ser de certa forma uma representação micro do Estado, sendo que um possibilita a compreensão do outro e vice-versa.

Ao se pensar em qualquer possibilidade de construção de um modelo de esfera pública angola, duas situações jamais poderão ser negligenciadas – o peso do Partido-Estado e o peso da Cultura. Estes fatores que, ao nosso ver, participam diretamente do processo de formação das esferas interna e externamente, por essa razão, serão amplamente debatidos cada um à luz dos dados empíricos que conseguimos nos capítulos a seguir.

Assim, passamos em revista alguns modelos de transposição do conceito ao contexto brasileiro para que em paralelo a isto possamos verificar qual se aplica no contexto angolano ou ainda, vislumbrando modelos outros tipicamente angolanos. Para o contexto brasileiro, Sergio Costa (1999) constrói quatro modelos de esfera pública, após uma revisão sobre a proposta de Benhabib (1993): Modelo das sociedades de massas, o Modelo Republicano, o Modelo Pluralista (liberal) e o Modelo Discursivo.

Ao modelo das sociedades de massas, corresponde a esfera pública controlada pelos meios de comunicação de massa. Esboça-se a imagem de um público atomizado e disperso que, de produtores críticos da cultura, se transformaram, no bojo do processo mesmo de constituição da sociedade de massas, em consumidores passivos dos conteúdos da mídia. Logo, a

modernidade se dá entre os brasileiros, tardiamente, caracterizando a constituição de um plasma cultural híbrido, no qual as reminiscências de formas culturais tradicionais vão sucumbindo, ao longo do rápido processo de urbanização e de fragmentação das identidades preexistentes, diante dos valores do individualismo e do desejo de ser moderno dos "públicos educados". Os veículos de comunicação de massa seriam, conforme essa visão, os instrumentos primeiros para a operação de tal destradicionalização das sociedades latino-americanas.

Desta concepção de um espaço público assenhoreado, em todos os seus meandros, pelos meios de comunicação de massa, decorrem consequências necessárias para a compreensão do que seja a política. Esta veria esvaírem-se seus conteúdos substantivos para se tornar refém da forma de comunicação dos media, nos quais não cabem verdades matizadas: os próprios "personajes políticos não buscam distinguirse por su experiencia o su capacidad de liderazgo, sino por la simpatia que sus publicistas son capaces de suscitar entre los grandes auditórios" (DELARBRE *apud* COSTA, 1999).

Este modelo tem particular incidência no contexto angolano, conforme temos descrito, pois, os meios de comunicação constituem o maior espaço de discussões públicas, se nos atermos a sua configuração interna, limitações no discurso e interferências técnicas na participação ativa do grande público. São, geralmente, debates cuja seleção de convidados obedece a critérios outros que não o da pluralidade de opinião que deve caracterizar uma democracia.

Ao *modelo pluralista* de esfera pública, são os atores coletivos (agregações, associações) que substituem os indivíduos, supondo-se que a todos os atores coletivos estão abertas possibilidades semelhantes de influir nos processos de constituição da agenda pública e de tomada de decisões. Este modelo, ao nosso ver, remete-nos diretamente as entidades da sociedade civil. Como descrevemos em capítulo específico, não existem em Angola espaços de visibilidade da sociedade civil autêntica, ficando reservado apenas para aquela que visa dar suporte aos atos do Partido-Estado. Portanto, este modelo não se aplicaria a realidade angolana.

Ao *modelo republicano*, o espaço público tem, para a visão republicana, uma importância central: aqui, esta esfera não representa mais o campo de disputa por posições de poder como na concepção pluralista, a esfera pública

torna-se a arena da auto-organização da sociedade como comunidade política de iguais (Arendt, 1993: 59ss). O paralelo possível a este modelo seria em Angola, as pseudo esferas públicas que se materializam pela iniciativa de órgãos oficiais em eventos como por exemplo, A Semana da Legalidade, Fórum de Auscultação da Juventude e da Mulher Rural, só para citarmos, não se constituem verdadeiramente como esferas públicas mas como simulacro desta à medida que se apresentam como formas de interação entre o Partido-Estado com a “sociedade civil”. Novamente o acesso não é livre, antes pelo contrário, passa pelo crivo metódico do partido. Nestas não há exatamente um debate, mas uma pregação político-demagógica na qual pequenas intervenções podem surgir, porém, controladas pelo pudor hierárquico que nelas se mantem.

Ao *modelo discursivo*, de inspiração habermasiana dialoga criticamente com as três concepções acima, descartando alguns de seus pressupostos, mas retendo deles outros elementos. Em acordo com as teorias da sociedade de massas, Habermas reconhece a centralidade dos media nas sociedades contemporâneas, relativizando, não obstante, a ideia de um público atomizado e desorganizado que apenas absorve acriticamente os conteúdos divulgados. Para os objetivos desta dissertação, corroboramos pois, os dados provaram existir alguma negociação de sentido e não apenas a aceitação passiva. Para além do espaço público controlado pelos oligopólios da comunicação de massa, persistiriam um leque variado de estruturas comunicativas e uma gama correspondente de processos sociais de recepção e reelaboração das mensagens recebidas, cuja existência confere, precisamente, consistência, ressonância e sentido ao espetáculo, ancorando-o, novamente, no cotidiano dos atores.

Contra os pluralistas, Habermas alega que a constatação da existência de uma concorrência pública entre os diferentes grupos organizados pela realização de seus interesses representa apenas a dimensão mais visível das disputas políticas nas sociedades contemporâneas. Contra a concepção republicana, Habermas argumenta que a força sócio integrativa que emana das interações comunicativas voltadas para o entendimento e que têm lugar no mundo da vida não migram imediatamente para o plano político, permitindo, a concretização, nesse nível, de uma comunidade de cidadãos iguais e virtuosos.

O poder conferido à sociedade civil e o próprio campo de construção, num sentido genérico, da soberania popular, não devem estar associados, segundo o autor, à ideia de um povo concreto que tem no estado sua corporificação institucional.

Portanto, se olharmos para história, facilmente concluiríamos que não existe esfera pública em Angola, mas partindo do conceito que aqui nos servimos, podemos asseverar que existe sim, porém, com características e empecilhos próprios que a impedem de sua emancipação e função social. Dos quatro modelos acima apresentados, nenhum deles por si só daria conta da realidade angolana, seria necessário, talvez, costuras impossíveis se lá chegarmos. Entretanto, o que pretendemos aqui é, sob nossa ótica, vislumbrar possibilidades de esfera pública angolana.

A primeira vista, o modelo das sociedades de massas pareceu-nos o que mais retrata aquela realidade, porém, quando nos atemos a mais detalhes percebemos que ela negligencia o fator recepção dos conteúdos, generalizando os sujeitos receptores capazes de negociação de sentido. A visão republicana e a pluralista estariam ambas muito distante de em Angola constituírem verdadeiras esferas públicas pelos fatores que já apresentamos, mas sobretudo, pela dificuldade de acesso em cada uma delas. Modelo habermasiano, embasado do discurso, na linguagem, e, se há alguma possibilidade de este se manifestar seria no seio familiar, ou seja, a possibilidade de uma esfera pública familiar.

Enquanto isso, o debate público em Angola segue sendo feito sob vários empecilhos. Ao nível da das grandes esferas públicas (medias) o controle do Partido-Estado apresenta-se como o sensor no que tange ao conteúdo e a quem deve ter acesso às mesmas. Aa mídia privados limitações de ordem técnica e financeira são lhes impingidos. Ao nível da cotidianidade, vigora uma cultura do medo entre os angolanos, uma das consequências direta da lógica maniqueísta entre governo e oposição, sendo que, qualquer um que ouse criticar o governo é conotado como sendo oposição e quem reconheça algum valor no governo, visto como bajulador. A princípio, parece algo normal para uma democracia, o que não se pode negligenciar são consequências de por exemplo de ser-se conotado como opositor... A todos esses fatores, juntamos

os valores culturais e religiosos que se manifestam na identidade dos sujeitos controlando-os subjetivamente.

Assim, para construção de um modelo teórico de esfera pública angolana é preciso considerar fatores como os valores culturais (relacionamento vertical, gênero, idade) as questões étnicas com modos próprios de organização interna sobre os debates e que podemos adiantar, estão longe de ser os preconizados pela esfera pública, a cultura política do país, que consideramos ser de sujeição (ALMOND e VERBA, 1960). Portanto, a possibilidade de formação de esfera pública em Angola, nas circunstâncias atuais se dá no interior das famílias apesar de enfrentar duas principais limitações: o partido-estado e a cultura.

CAPÍTULO IV – A CERCA PARTIDO-ESTADO

O processo de formação de esferas públicas em Angola, nos moldes da conceituação que aqui adotamos, enfrenta enormes dificuldades para a sua efetivação. Destacamos, primeiro, a presença do partido-estado como um dos principais empecilhos para tal. Este capítulo visa revelar, teórica e empiricamente, quais são as estratégias utilizadas pelo Partido-Estado para cercar a sociedade na qual se insere, impedindo que se concretize a esfera pública enquanto situação na qual a linguagem seja preponderante para problematizar interesses comuns em Angola.

De acordo com Oliveira (2015), à medida que a névoa da guerra se dissipava, o MPLA deu por si numa posição raramente alcançada pelos regimes africanos: os rebeldes haviam sido esmagados, muitos dos antigos opositores estavam escondidos ou juntavam-se à facção vencedora e as restantes forças da oposição nada podiam (ou podem) fazer como podemos ouvir de um dos nossos entrevistados em um dos encontros em que um membro da família afirmou ser a oposição fraca e incompetente no enfretamento ao partido-estado:

“A oposição, nós tivemos a UNITA armada, que deixou de ser armada para um partido civil, passando pra partido civil, tem que contar com a força da sociedade, porque podemos ser diferentes politicamente, mas temos que ser unidos quando se fala de nação, do nosso país, porque os objetivos e os interesses do país, devem sobrepor os interesses partidários. A oposição sim, tem feito mas para um país onde a maioria da população é analfabeta, e se, está a ser formado, ainda não tem uma formação, para conseguir compreender o sentido das coisas. O que que é um partido civil que não tem a imprensa a disposição pode fazer perante um partido que já se enraizou em todas as instituições? É difícil! nós compreendemos” (Homem adulto, Cômwe, F-2-E-1).

Incontestado, na posse de fortes recursos financeiros, o MPLA detém o monopólio efetivo sobre Angola, mesmo nas regiões onde está fisicamente ausente.

Esta dinâmica ultrapassou a força coercitiva do MPLA, tendo sido acompanhada, desde sempre, de um forte desejo de inclusão dos angolanos de todas as origens na ordem do partido-estado, através do *modus operandi* deste, em subordinar todas as políticas públicas aos desígnios do partido-estado, como veremos. Destarte, é imperioso que se diga que a autoridade do

MPLA funciona como uma estrutura de dominação própria de um partido-estado em que as fronteiras convencionais entre o partido, o Estado e a administração pública (governo) são praticamente ignoradas, como pudemos saber de vários depoimentos enquanto era veiculada uma matéria sobre a visita do Ministro da Defesa e do governador de Luanda a uma agremiação de futebol para parabenizá-la por ter conquistado o campeonato nacional:

“Eh, por mim, o meu ponto de vista, eles foram parabenizar o nossos jogadores do 1º de Agosto, vestido com a roupa do MPLA, é só um partido. A seleção do 1º de agosto não é do MPLA, mas sim, pertence às FAA e as forças armadas não é do MPLA. As forças armadas protege o país, o país externo, tem a ver com a Fnla, tem a ver com a Unita, quer dizer, são nossos jogadores, é a nossa equipa, são nossos irmão. Se eles foram parabenizar esses nossos jogadores vestidos com a roupa do partido, acho que, pra mim é um erro!, pra mim é um erro porquê, tá tudo bem, eles tão lá equipados de uniforme da equipa, a equipa não tem nada ver com o partido, com a Unita, tas a ver, esse é o meu ponto de vista. Se por acaso achar que as coisas tem que ser assim, lá fora, só eles que entendem, também não estamos a debater politica, tamo a ver o cotidiano do país” (Homem, Adulto, Còkwe, F-1-E-1).

Como se pode ver, os atos partidários usados como de governo são explícitos. Dizer que são dissimulados seria uma bondade nossa. Esta situação se repete em várias outras situações da administração pública, como também podemos observar noutra reportagem sobre um governador que promovera um encontro de auscultação das dificuldades da população (forma típica de esfera pública em Angola na visão do partido-estado), entretanto, a população que ouvia o governador estava toda trajada de uniformes partidários. O que angolanos pensam disso é o que se pode ler na seguinte opinião:

“Tamos habituados a essas danças (falou como se não se sabe mais como evitar este fato), isso é porque ao memo... ele é governador, ao mesmo tempo 1º Secretário provincial do partido, é difícil uma descolagem nisto... (Entrevistador – entre o...) a combinação mesmo entre MPLA e Governo isso é, uma constante, é difícil desligar” (Homem, Adulto, Ovimbundu, F-1-E-2).

Apesar de terem estado unidos durante a vigência do Socialismo, não existem laços formais entre o MPLA e o Estado angolano desde o final da

Guerra Fria. A existência e o domínio do partido-Estado são cuidadosamente camuflados, pelo menos aos olhos dos leigos (OLIVEIRA, 2015). Existe uma Constituição nova que proclama a separação de poderes, ministérios, um provedor de justiça, um tribunal auditor, comissão eleitoral e um sistema de justiça. Nesta, o MPLA é retratado apenas como o partido que venceu as eleições de 1992, 2008 e 2012. A relação entre o edifício formal e o partido é quase inexistente nesta Constituição.

Entretanto, o que se verifica é a administração do Estado subordinada ao partido e que ambos obedecem ao *diktat* do presidente. As estruturas do MPLA duplicam e, muitas vezes, eclipsam os órgãos governamentais, ninguém pode ocupar um cargo importante no governo sem pertencer ao partido; os protegidos do presidente que não possuam uma forte ligação ao MPLA são eventualmente catapultados para o topo da hierarquia do partido, de modo a alinharem o seu estatuto partidário com seu grau de influência ao palácio presidencial. Mantem uma presença quase onnipotente em todos os níveis importantes da administração e da sociedade (OLIVEIRA, 2015). “Está-se diante de uma máquina que, se não é competente no plano governativo, é-o certamente na sua capacidade de permanecer no poder” (OLIVEIRA, 2015, p. 142).

Desta feita, este capítulo pretende seguir um breve roteiro: história do partido, as relações do partido-estado com a sociedade urbana (lugar especial de incidência das estratégias da cerca) a partir de uma subjugação da administração pública aos ditames do partido-Estado.

Portanto, antes de adentrarmos nos modos como a cerca partido-estado se manifesta, faz-se necessária uma breve incursão histórica do partido, fundamental para compreensão da sua visão de mundo, relações com a sociedade e abordagens ao aparelho de Estado (OLIVEIRA, 2015).

4.1. Breve história

A versão dos fatos que aqui iremos apresentar não condiz com o que é veiculado com todo entusiasmo pelo regime e que também circula no imaginário da grande maioria dos angolanos. Entretanto, é um privilégio desta dissertação ter acesso a conteúdos raros ou escritos sob o viés da

imparcialidade, geralmente detestado pelo regime, mas que por serem de uma atualidade sem precedentes e eivados de crítica, respondem completamente aos objetivos deste trabalho.

O partido teve suas origens sociais nos resquícios da burguesia crioula em cuja memória continuava viva a recordação de uma supremacia que remontava o período anterior à partilha do continente no fim do século XIX. Seus primeiros dirigentes pertenciam a uma geração com acesso mais frequente a estudos superiores na metrópole, tais como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara. Iniciaram sua formação política de esquerda portuguesa, tendo sido influenciados pela cultura do Partido Comunista Português (OLIVEIRA, 2015).

Seguiram-se anos de micro ativismo inconclusivo, muitos deles fora de Angola sem terem estabelecido quaisquer pontes com a massa de angolanos. Os pequenos grupos que, mais tarde, haveriam de coligar-se para fundar o MPLA eram adeptos de ideias modernas e de um discurso pan-angolano inclusivo, mas estiveram sujeitos, desde o começo, aos constrangimentos decorrentes das assimetrias que caracterizavam a Angola colonial e, entre estas, destacam-se as cisões entre os assimilados e os outros africanos, os descendentes das antigas famílias e os mestiços e novos assimilados. Estas divisões assentes na raça, etnia e estatuto social foram absorvidas pelo MPLA desde sua criação e haveriam de reaparecer de forma recorrente, de modo que em determinados momentos quase destruíram o partido (OLIVEIRA, 2015).

O primeiro congresso do MPLA, realizado em 1962, culminou com a marginalização do seu fundador, Viriato da Cruz, pelo fato de ser mestiço, Agostinho Neto, que era negro, assumiu a liderança. Há também registros de cismas sobre questões como o monopólio de cargos de liderança por angolanos do litoral. Relatos da vida nas bases de exílio no Congo e Zâmbia traçam retratos muito consistentes do comportamento despótico dos líderes na guerrilha.

A quando da implosão do regime português em 1974, as cidades angolanas foram palco de uma onda de ativismo político urbano que se colocou ao lado do MPLA e da figura de Agostinho Neto. Estes novos grupos urbanos nada sabiam sobre o verdadeiro MPLA, cujos dirigentes não viviam em Angola há mais de uma década, nem sobre os episódios de repressão interna. Pelo

visto, continua sendo assim que as coisas funcionam até hoje. Este desconhecimento permitiu e permite aos jovens projetarem seus sonhos de combate nacional na imagem distante de um corajoso movimento de libertação. Com todo este entusiasmo encontrado, sentiram-se felizes os líderes, resgatando o movimento das crises internas. Este equívoco seria resolvido posteriormente, quando Agostinho Neto começou a reprimir e a prender os refratários, que, entretanto, haviam deixado de ser úteis, já que o Estado Angolano já tivera sido apropriado pelo MPLA na época da independência (OLIVEIRA, 2015).

Neste período, os funcionários públicos angolanos integrados no aparelho de Estado, juntaram-se ao MPLA assim que este chegou as zonas urbanas, movidos sobretudo por laços familiares e relações de proximidade cultural com os dirigentes e não tanto por comungarem dos ideais marxistas que haviam cativado os jovens quadros e estudantes. O marxismo, com sua ênfase no controlo e intervenção do Estado, era oportuno para todos que ambicionavam o poder. A aceitação dos códigos de comportamento e da perspectiva do Estado passou a ser um requisito prévio para fazer parte dele. O Estado foi também impregnado da cultura febril e conspiratória que dominara o MPLA nos anos do exílio e da luta da guerrilha, além dos hábitos próprios dos Estados policiais que eram seus patrocinadores externos (OLIVEIRA, 2015). Estes aspectos e outros, como a situação da guerra civil, incutiram no partido-Estado uma cultura de segurança nacional sufocante que constitui uma das suas características perenes (OLIVEIRA, 2015, p. 146).

Vivenciando uma transição geopolítica à escala global, o MPLA despiu-se do “socialismo de pronto-a-vestir” (OLIVEIRA, 2015, p.147) e, com alguma relutância, aderiu à democracia e ao capitalismo. Esta proeza permitiu ao partido sair incólume de uma alteração mundial histórica e demonstra a existência de uma máquina que se tornara mais resistente e mais sofisticada. Entretanto, para reproduzir a dominação num contexto novo, o MPLA teve de reaprender o que nas palavras de Steven Heydemann chama-se “atualização do autoritarismo”, envolvendo elementos como: a reorganização de estratégias de governação, assunção de compromissos seletivos como processos eleitorais e a liberalização do mercado que, paradoxalmente, fortaleceu o regime.

A partir de 2002, o MPLA concentrou esforços enormes no desenvolvimento de uma infraestrutura nacional capaz de contrariar a caricatura da UNITA que o apresentava como um partido urbano e do litoral, recrutando membros influentes ou potencialmente influentes das mais diversas proveniências étnicas e regionais, alargando a base de apoio do partido para a “Grande Família do MPLA” (OLIVEIRA, 2015, p. 148).

A disponibilidade do partido para integrar rivais arrependidos alargou-se desde que estivessem prontos a aceitar as condições impostas. A cooptação subordinada deixava de fora a partilha de poder, sendo apenas digna de respeito no tocante aos benefícios materiais. O MPLA, de acordo com Oliveira (2015), também confiscou uma boa parte de ativos do Estado para si próprio, criando a GEFI em 1992, uma sociedade *holding* do partido que detém ações maioritárias em setores como: banca, aviação, pescas, fabrico de cervejas, importação de automóveis, hotelaria e, acima de tudo, a comunicação social etc.

O MPLA, em comparação com o que ocorre em outros países africanos também ricos em petróleo - quase todos com estruturas políticas muito frágeis e elites menos coesas -, não se encaixa neste quadro. Por quê? De acordo com Jason Brownlee (*apud* Oliveira, 2015), deve-se à atenção que se confere ao “poder político e segurança de longo prazo” ao círculo de privilegiados e ao mesmo tempo, ao aumento dos custos da dissensão, como foi muito bem resumido:

À semelhança de outros autocratas inteligentes, Jose Eduardo dos Santos sempre soube que era preferível a governação por um partido dominante ao exercício de um controle pessoal desapiedado e visível. À exceção das áreas políticas que controla diretamente (receitas, o aparelho coercitivo e as relações externas), José Eduardo dos Santos delega no partido-Estado, o rosto do poder com que o angolano médio contata com mais frequência, muitas dimensões da gestão corrente da vida angolana (OLIVEIRA, 2015, p. 150).

É a partir daqui que nasce um dos subsídios que nos levaram a construção do título do capítulo – “a cerca partido-Estado”. Entrementes, tem-se um país onde toda administração pública é subjugada pelo partido, mesmo existindo as instituições oficiais do governo. Os titulares destas instituições

obedecem fielmente às orientações desse tipo de eminência parda que é o partido no contexto angolano. Além disso, estabeleceu-se um acordo coerente e previsível que permite aos altos funcionários do partido-Estado acumularem grandes fortunas, ou seja, a elite partidária “trocou poder pelo dinheiro” (OLIVEIRA, 2015). Prossegue o autor: quando se compara as tremendas e fidedignas vantagens de manter ligação ao partido-Estado com a incerteza e a existência pobre do dissidente ou de quem se atreve a pôr o presidente em causa, é de esperar que a elite tenha consciência do interesse coletivo em manter-se unida.

É por essas e outras que o partido-Estado pode ostentar um rosto de pacifismo interno, anulando possíveis sectarismos, dissimulando conflitos e, sobretudo, o papel inibidor da liderança de Jose Eduardo dos Santos em relação ao surgimento de correntes internas, ou seja, “nenhuma estrela pode brilhar mais que a do chefe”, é desse jeito que lá costuma-se dizer.

Ainda existe no seio do partido um desconforto em relação à narrativa nacional. Dados os numerosos esqueletos escondidos no armário e as muitas influências autoritárias que nele convergem, não é de se surpreender que o MPLA se rodeie de secretismo e se preocupe tanto em assegurar uma leitura correta do percurso trilhado por Angola desde o fim do período colonial (OLIVEIRA, 2015).

Assim, parcelas significativas do seu passado têm de ser higienizadas e transformadas, de modo a encaixarem na narrativa épica que o partido conta sobre si próprio. É o que nas palavras de George Orwell seria o controle do passado para garantir o presente. Os demais movimentos são esvaziados de legitimidade e acusados de serem chauvinistas étnicos ao serviço das potências imperiais, a luta contra os portugueses (colonos) é mobilizadora das massas, heroica e bem sucedida, os conflitos internos são objeto de uma operação de cosmética. Portanto, tudo isto pressupõe o recurso a inúmeras mistificações, distorções e, sobretudo, uma incessante vigilância (OLIVEIRA, 2015).

O MPLA também gosta de avivar a memória dos angolanos sobre a brutalidade da UNITA e responsabilidade pela guerra, embora o faça em termos imprecisos. No que diz respeito a sua própria brutalidade, o MPLA denota amnésia quase total (OLIVEIRA, 2015). Este fato ficou revelado num

dos depoimentos de uma família Cômke quando durante uma conversa, justificavam por que evitavam jornais políticos: *“Não, os dois destruíram. O MPLA só defendeu, politicamente o M só defendeu, não destruiu, politicamente. Hoje em dia se te pedirem pra falar que o MPLA matou, destruiu, é caso sério! O MPLA só defendeu!...”* (Homem, Adulto, Cômke, F-1-E-2), finalizou em tom irônico. Os que sabem da verdade dessas histórias demonstram um misto de ironia e cansaço. Assim, esta fastidiosa vigilância sobre o passado encontra reflexo, segundo Oliveira (2015), num arquipragmatismo em relação ao presente, em particular no que diz respeito à distribuição da riqueza.

4.2. Estratégias de funcionamento da cerca

A impossibilidade da auto realização de esferas públicas críticas nos diversos ambientes onde esta seria possível se dá através de várias estratégias que podem ser resumidas na quase ubiquidade do partido-Estado no mundo da vida dos cidadãos e das instituições do Estado de que eles necessitam no dia-a-dia como referido acima. Estas afirmações têm embasamento nas diversas opiniões e testemunhos que pudemos coletar como procuraremos demonstrar. Importa dizer que todas as opiniões e relatos que serão apresentados foram colhidos a partir do encontro entre pesquisador e famílias pesquisadas assistindo ao principal serviço noticioso de Angola – o Telejornal – portanto, tratam-se de produções de sentido estimuladas pelo conteúdo daquele serviço noticioso.

4.2.1. Subordinação da administração pública ao partido

Começamos que com aquilo que, ao nosso ver, permite a presença do partido-Estado em todos os aspectos da vida dos angolanos – a não separação entre Partido, Estado e Administração (governo). Essa é, sob a ótica desta dissertação, a primeira forma como a estratégia da cerca se manifesta, subordinação das políticas públicas ao partido. Esta situação ocorre, por exemplo, sempre que determinado governante vai inaugurar uma obra pública, convoca-se as distintas organizações do partido, para decoração do espaço

com sua presença e todos geralmente uniformizados. Este processo culmina na maior parte das vezes, com a divisão da opinião pública, sobretudo, a menos esclarecida que, no desejo de “participar” do desenvolvimento do país, acaba filiando-se ao partido MPLA.

Por exemplo, durante o processo de registro eleitoral, estávamos em Angola e vimos passar no Telejornal um comunicado do partido MPLA, desmentindo boatos que circulavam nas redes sociais de que se haveria falta de combustíveis no país, como se pode ler no depoimento seguinte:

“Eu quero tocar ainda neste assunto, neste assunto do combustível que o partido do MPLA, faz um comunicado, eh, eu acho que também, é falta de responsabilidade, as vezes, dos próprios jornalistas da TPA, porquê, porque os editores, o editor tem que ver, o que que pode passar e o que que não pode passar, porque a televisão, passar um comunicado do MPLA, dum atividade que é dum empresa pública, a própria televisão não devia aceitar, devia já que o MPLA é um partido-governo, é o partido que governa, devia orientar a empresa, epah, vocês devem fazer um comunicado e fazer entender a população. Estão calados porquê? Se há uma exploração de notícia, pode ser aproveitado, e neste tempo em que vamos para as eleições, por partidos da oposição e, a empresa, fazia um comunicado, não é o MPLA que é um partido, fazer um comunicado dum empresa, quer dizer, vê-se que... epah! Não há, eu não compreendo pelo menos! Não compreendo, mesmo os próprios jornalistas deviam ter aconselhado o partido que, epah, este comunicado, a verdade é que, quem tem que fazer é a empresa e não vocês... Porque nós todos temos aprender, o país é novo, nós todos temos aprender, então, tendo lá profissionais que entendem do jornalismo, que entendem da imprensa, da veiculação de informação, deviam sugerir ao partido que devem orientar a empresa a fazer isso e não eles, fica mal! Então quer dizer que, isso nos dá a entender que, a Sonangol é o MPLA, e o MPLA é a Sonangol!” (Homem, adulto, Cômwe, F-2-E-1).

Como se pode ver, ocorre uma diluição proposital entre os limites entre partido, Estado e Administração. O que talvez nosso interlocutor não compreendeu é que com o partido-Estado, os profissionais da comunicação mantêm um relacionamento vertical, portanto, apenas cumpre-se orientações, nada de questionamentos, principalmente quando não é dada esta opção. Por outro lado, fica visível o uso instrumentalizado que o partido-Estado faz da mídia públicos enquanto dispositivo de relacionamento com seus governados.

Esta confusão não se restringe só à administração pública. Enquanto que a Constituição angolana prega a apartidarização dos órgãos de justiça e de segurança, isso, na prática, não se faz sentir como relatou outro entrevistado ao complementar outro membro de uma família kimbundu em que estávamos a quando da reportagem sobre a organização feminina do partido-Estado (OMA) realizava ações de aconselhamento quanto aos conflitos nos lares:

“O que às vezes ele querer dizer é o seguinte: o poder Judiciário está separado da política. Mas o que se vê em Angola, se reparares bem, o juiz presidente do Tribunal Constitucional é do MPLAAAAA. O chefe do Tribunal de Contas é do partidooo. É, enfim, há determinadas instituições que devíamos ter na frente delas indivíduos que no tratamento das questões que lhes são cabimentadas como da sua responsabilidade, do seu pelouro, não tivesse nada, nenhuma ligação com o partido...” (Homem, adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

Outra estratégia desta cerca prende-se ao fato de que o acesso às políticas públicas em muitos casos está condicionado à filiação ao partido, tais como: acesso ao crédito bancário, emprego, acesso privilegiado ao ensino superior, promoções etc. De acordo com as famílias que entrevistamos, “é preciso ser membro” do MPLA.

Assim, quando passou uma reportagem sobre distribuição de casas no projeto de requalificação urbana de um município de Luanda (Sambizanga) um jovem de uma família Ovimbundu afirmou:

“Na minha humilde opinião, esse processo de entrega dessas próprias casa, não são justo, porque, a maior parte dessas pessoas que tão a viver ali, que vão viver ali naquelas casas, porque ali sofreu uma requalificação naquela área, a maioria das pessoas daquela área foi enviada pro Cazenga, aliás, pro Zango I, II e III. Então, muitos deles não vão regressar àquelas áreas, então, esse processo de distribuição dessas casas é mais a nível partidário, não é qualquer indivíduo que tem acesso essas casas. Quem não tiver o cartão, geralmente não terá acesso” (Homem, Jovem, Ovimbundu, F-2-E-1).

Entrevistador: *“Cartão de que?” cartão de militante, nesse caso”.*

Os demais membros da família reagiram dizendo que era verdade a afirmação, porém, não naquele projeto específico, como se lê:

“Não, não concordo porque apesar que eu faço parte do M também, tenho cartão, digamos isso, até poderiam me dar também uma casa, eles disseram que não vão dar só pra quem

tem cartão de militante mas sim, também pra quem não tem. Então tudo pra mim, é benefício pra nós né, aqueles que não tem casa né, por isso eu digo é importante, eu concordo” (Mulher, Adulta, Ovimbundu, F-2-E-1).

“Desculpe só, qual é a garantia que a colega disse que a irmã que tem cartão né, qual a garantia que te mostraram que terá esse acesso, qual o comprovativo, qual foi a pessoa que deu, praticamente uma reunião a dizer que vocês terão acesso a essas casas se esse mesmo local dessas ditas casa era um local que habitava uma outra população que foram enviado para o Zango?” (Homem, Jovem, Ovimbundu, F-2-E-1).

A política de acesso ao emprego ou ao ensino superior segue o mesmo *modus operandi*, ou entras pagando propina ou pela via do partido, isto, possuindo filiação. Conversando com uma família da etnia Kimbundu sobre a crise do emprego, um jovem lamentou:

“Em função da dificuldade de emprego, existem alguns ramos pouco prestado atenção que na verdade é essencial para um país. Então como há mais facilidade de entrar num emprego do Estado com pouca remuneração, mas que prioriza a vida, então vê-se a necessidade de fazer essa formação, pra com que consiga emprego mais rápido no Estado. Só que, infelizmente, após de terminar a formação, é, quem não está ligado, não está diretamente ligado com o partido não tem, não tem abertura pra ser oficial, Mais do que registro eleitoral, tem que ser um membro deles” (Homem, Jovem, Kimbundu, F-2-E-1).

Em seguida, seu pai, após minutos de silencio na sala rematou: *“Isso Que o que o menino acabou de dizer é mesmo a realidade. Se você es do MPLA, tá em primeiro lugar, vou dizer...”* (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-1). Portanto, é mais uma forma de como o partido-Estado permeia a vida dos cidadãos angolanos. Na área da educação, ouviu-se a JMPLA (braço juvenil do partido-Estado) organizar cursinhos pré-vestibular... já se pode prever as consequências.

Todo este cenário tem como consequência a busca pelo partido-Estado como forma de sobrevivência dos cidadãos que muito pouco, pelos relatos que colhemos, podem fazer para inverter esse estado de coisas. Ainda neste processo de quase ubiquidade do partido-Estado, destaca-se o uso que se tem feito de ONG criadas pelo próprio partido-Estado. É de espantar a naturalidade com certas ONG distribuem benesses aos mais necessitados levando com isso

o rosto do presidente da república (caso AJAPRAZ) como soube resumir o quadro o chefe de uma família Ovimbundu:

“É uma ONG. É uma ONG que, bom, em Angola quem é ONG, qual ONG? Por isso que em Angola temos um dilema Existe sociedade civil em Angola? (Entrevistador: o que que vocês acham? Existe sociedade civil em Angola? uma pergunta interessante.) yah, em Angola, não, quem não está, penso que, bom, quem não é do partido de, no poder, no governo neste momento, é considerado de, como da oposição. Por isso que, as suas ações todas, muitas delas caem no desuso porque não encontra uma receptividade do outro lado, claro, encontra barreira, porque sabe-se, esse aqui se não é por nós é contra nós, então, como lidar com isso!?. Mas, já a AJAPRAZ, não. O seu presidente é deputado da bancada parlamentar do MPLA, então, se fosse, na verdade uma ONG (neste momento, o chefe da família responde mastigando algum alimento), não sei como é que foi ser, aceitar ser deputado, pra meter uma camisola do partido. Estaria memo ao serviço do povo, ao serviço do Estado só, da Nação e são essas misturas, então, um pouco complicado” (Homem, Adulto, Ovimbundu, F-1-E-2).

Estas instituições que, nas palavras de Oliveira (2015), pertencem à “sociedade incivil” são as que têm toda cobertura midiática. Além do mais, fica clara a lógica maniqueísta que implantada pelo partido-Estado: “quem não é por nós é contra nós”, uma espécie de multipartidarismo, bipartido.

Apesar de todo poderio, as mobilizações do partido-Estado são sazonais, porém, o período do registro eleitoral (contexto de realização da pesquisa) costuma também ser aproveitado como momento de revigoração da estrutura nacional do partido-Estado, distribuindo benesses e tentando buscar o entusiasmo das pessoas, mas que, no cotidiano, trata-se, nas palavras de Oliveira (2015, p.152), “um falso partido das massas que vive fechado sobre si mesmo” como foi lembrado por uma chefe de família Ovimbundu, quando tentava justificar a falta de hábito de assistir ao Telejornal:

“O MPLA fala coisas que as vezes eles, na prática, não faz nada...Epah... (risos) que eu lembro é que, o MPLA as vezes apoia as pessoas do campo quando há essas campanhas das eleições, e pelo menos fazem já essa campanha de levar comida, inchada, motos que pra ir corromper as pessoas do município, que não sabem a realidade...durante as eleições mas no fim, as vezes, no início do ano, assim, de janeiro prá trás o MPLA não sabe nada do povo! O povo que se vira!” (Mulher, Adulta, Ovimbundu, F-2-E-2).

Trata-se de um clientelismo eleitoral tão flagrante que, por se tratar de populações tão carentes de condições sociais básicas, não lhes resta outra opção senão aceitar.

O partido-Estado, apesar dos intentos de modernização, mantém o legado institucional dos Blocos do Leste, ou seja, não se libertou do impacto dos modelos soviéticos nas estruturas do partido. De acordo com Richard McGregor (*apud* OLIVEIRA, 2015) no caso do Partido Comunista Chinês, o MPLA continua funcionando com base no “*hardware* soviético”: um Bureau Político, um Comité Central, enfim, estruturas reconhecidamente leninistas que no caso angolano, decidem os rumos do país em todos os sentidos.

Um outro aspecto do mundo da vida em que o partido-Estado jamais negligenciou é o domínio das manifestações culturais. Ao conversarmos com uma família Bakongo a respeito das manifestações críticas ao governo exemplarmente reprimidas eis que surge um desabafo com relação a atitude do partido-Estado face a cultura. “*Se todos os cantores aqui lhes pertencem...Sério! Todos os cantores aqui, a maioria dos cantóres aqui, tipo, os cantores populares lhe pertencem*” (Homem, Jovem, Bakongo, F-2-E-2). O que se pode depreender deste desabafo é que o partido-Estado controla também a cultura através do patrocínio que deveria chegar aos destinatários pelas políticas de governo, mas que o fazem através do ente partido. Assim, aos músicos que queiram alcançar algum sucesso financeiro, faz-se necessário cair no agrado dos mecenas partidários *ad hoc*.

De acordo com Oliveira (2015), não há, em Angola, praticamente manifestação cultural que não seja total ou parcialmente financiada pelo governo ou seus satélites (Sonangol, ENSA, Fundação Dokolo do genro do Presidente, Semba Comunicação, do filho do Presidente), como concluiu outro membro da mesma família Bakongo: “*Por que que os cantores lhe pertencem? Porque os cantores já sabem que toda a publicidade que o Bento Cangamba⁴ faz é do MPLA. Se eu dizer não, nunca mais vou subir em nenhum palco aqui em Luanda*” (Mulher, Adulta, F-2-E-1).

⁴ Bento Cangamba: Secretário do MPLA para assuntos periféricos, conhecido como “empresário da juventude”, pode ser considerado o mecena do partido que controla os maiores e mais frequentes espetáculos músico-culturais de Angola.

O que há de peculiar em todo incentivo que se dá à cultura é o partido-Estado não se mostrar muito preocupado com as obras produzidas, com o conteúdo das produções artísticas, a menos que sejam declaradamente críticas ao regime, mas está em geral interessado em garantir que os artistas e intelectuais tenham um papel conformista e se posicionem do lado correto da história (OLIVEIRA, 2015).

A estratégia de gestão de classes profissionais, impedindo assim a formação de um campo (Bourdieu, 2009) e, conseqüentemente, a possibilidade de experimentação de uma esfera pública literária. Vide o caso da União do Escritores Angolanos (UEA), que é palco de muitas disputas culturais e outros, mas todas acontecem no seio de um ecossistema mantido pelo partido-Estado.

As organizações de classe (Ordem dos Advogados de Angola, Ordem dos Médicos de Angola e demais) lugares que *a priori* constituiriam a possibilidade de manifestação da esfera pública são dirigidos por funcionários do MPLA. Para piorar ainda mais o quadro de impossibilidade de surgimento de esferas públicas críticas pelo país adentro, o partido-Estado, através do seu Comité Central (CC) criou “Comités de especialidade” que supervisionam as atividades de cada classe profissional existente na sociedade, sendo os membros de ambos os organismos muitas vezes coincidentes. A questão que impõe é saber como poderia nestas circunstâncias formar-se esferas públicas críticas. Assim, quando se observa a sociedade angolana do ponto de vistas classes, encontram comitês de especialidade de economistas, juristas, historiadores, arquitetos, ambientalistas e ecologistas, etc. todos incentivados e criados pelo partido-Estado. Que condições teriam esses no estímulo e na emancipação de um pensamento crítico, sendo que quem os incentiva visa exatamente o contrário?

Toda esta situação decorre num ambiente nacional de corrupção generalizada, onde o partido-Estado que deveria incentivar o combate, a denúncia de atos de corrupção se torna, para seus membros a salvação e a certeza de impunidade em caso de algum flagrante. Não há algum setor da vida pública que escape desse mal, direta ou indiretamente como demonstram os vários depoimentos que obtivemos no tirocínio de ideias entre membros da mesma família. Para ilustrar, observemos o seguinte referente a educação:

“Esse caso também não é só no trabalho. Mesmo até as faculdades pra você entrar também tem que ser com cunha⁵. Até faculdade! Principalmente Estado, principalmente o Estado. Se tiveres um cartão do jeito que tá a se falar, do partido, eles vão ser... você vais entrar”. Mas se não tiveres no Estado para entrares com muita sorte... Sim. Yah. Tem vezes que você tirou boa nota, a nota não vai pra ti. Porque já deu. Aquela nota dele que... ele só vai participar pra não dizerem que não, não participou, como é que ele entrou? Médio paga-se. Não só no Médio, o primeiro ciclo, tanto faz. A base mesmo... Paga-se. Tens que dar 10.000 kwanzas pra o filho entrar pra fazer primeira classe. Mas também tens que ter uma conhecida lá. Porque se não tiveres, não tiver o dinheiro pra pagar, o nome da criança não sai. Isso é chato. Eu, por exemplo...É isso que eu tava a dizer...” (Mulher, Adulta, Bakongo, F-1-E-2).

Pelo depoimento acima, percebe-se claramente que o partido-Estado, em certos casos, funciona como a imunização ao pagamento de propinas, assim como a salvação em caso de corruptor, ou seja, de uma ou de outra forma, você sempre precisa do partido, pois ele será sempre útil para alguma situação. É toda uma imundice que, o que sobra ao cidadão é tentar sobreviver dentro do sistema, pois, fora dele é ainda pior. A situação da corrupção em Angola é muito bem resumida na seguinte passagem:

A corrupção penetrou todos os recantos da vida pública, ao ponto de não existir uma dimensão importante das necessidades cotidianas angolanas – educação, saúde, segurança, obtenção de documentos, todos e quaisquer contatos com a função pública – que não esteja sujeita ao pagamento de uma propina elevada. Não se trata de pagamentos meramente simbólicos, constituindo antes uma percentagem significativa do rendimento dos angolanos que vivem nos centros urbanos (OLIVEIRA, 2015, p. 232).

4.2.2. Controle da comunicação social

Outro domínio - assim entramos no segundo modo da estratégia - em que o partido-Estado não deixa escapar e para os objetivos desta dissertação, o mais importante é a relação deste com os meios de comunicação social. A mídia angolanos estão sujeitos a limites emanados do partido-Estado, mantendo-se ainda o legado do socialismo. Este tópico é relevante por um lado, por colocar em cheque o estímulo sob o qual realizamos nossa pesquisa

⁵ Cunha: Expressão lusa para propina ou qualquer acesso a benefício sem mérito.

(Telejornal). Por outro lado, pelo protagonismo que, nas sociedades atuais a mídia assumem no processo de formação e alimentação das esferas públicas.

Assim sendo, a mídia estatais tais como o Rádio Nacional de Angola, Jornal de Angola e Televisão pública de Angola seguem uma linha editorial pro partido-Estado e jamais autorizam a difusão de opiniões críticas desde que direcionadas ao *status quo*. Por termos como objeto estimulador das conversas com as famílias nossas análises ficarão restringidas a televisão, embora, em alguns, as mesmas se estendam aos outros meios. Analisaremos também a situação da imprensa privada que surgiu durante as conversas.

Na Televisão Pública de Angola, uma das formas como o partido-Estado incide é sobre a objetividade e parcialidade na abordagem dos conteúdos. Durante o tempo que lá estivemos, acompanhando a programação da TV, sobretudo, o conteúdo do principal serviço noticioso (Telejornal), o que mais se destaca é o não aprofundamento das questões, sendo a realidade apresentada nalguns casos, como um verdadeiro produto de cosmética. Isso ocorre principalmente com conteúdo cuja objetividade, se executada, fere a imagem do partido-Estado como nos relatou um membro de uma família Còkwe quando analisava a forma como são celebradas as datas nacionais históricas.

“Bem, nós temos uma televisão, temos uma televisão que transmite para a área internacional, e tem um canal exclusivo, se queremos que, eh, o exterior vê a nossa imagem, porque diz que a roupa suja lava-se em casa, claro, essa imagem do bem, tem que se mostrar no canal internacional, mas o canal doméstico, tem que se dizer a realidade, para as pessoas terem consciência e encorajarem também a trabalhar, porque o que nós queremos é saber a nossa realidade, nós conhecemos que é um país novo, não estamos muito tempo independente, que é um país com recursos mas a produção desses recursos requer a participação da indústria estrangeira, o que significa que, parte dos recursos tem saído e não tem beneficiado o país, isso não se pode esconder! Não precisamos criar aparências, temos que dizer aquilo que é natural, que é real para toda gente ter consciência de que, não, o que nós temos realmente é isto, as dificuldades são estas, nós vamos pra frente com a esperança de que no futuro vamos ter um país melhor.

E perguntou se já aconteceu situações, já aconteceu situações na altura que houve o problema da doença de... da febre amarela! Que é os hospitais, os médicos, os enfermeiros sentiram-se im-po-ten-tes! Você, tas a ver naquela condição em que, tens teu filho, em agonia, e que você confia que os serviços médicos devem salvar a vida mas eles se mostram

impotentes e você vê a agonia do seu filho, até morrer, é o que aconteceram. Houve enfermeiros que nem suportavam a demanda dos doentes! Não suportaram a demanda dos doentes, morreram gente, aqui morreu-se milhares de pessoas, mas o governo, os meios de comunicação social, nunca assumiram, eles informavam de forma leviana! Como se não estivesse a acontecer. Temos que assumir! É uma doença! É um caso natural! É um caso natural! ...” (Homem, Adulto, Cökwe, F-2-E-1).

Poderíamos enumerar diversas matérias que assistimos com as famílias cujas evidencias nos eram mostradas como um desabafo. É o caso de uma família Bakongo que testemunhou o seguinte.

“Eu posso te dizer uma realidade daqui do nosso bairro do Palanca. Apresentou no telejornal que o, a manchete dizia que todas as ruas do Palanca foram asfaltadas. E todas as ruas tem, tavam iluminada... E... Pronto, nós assistimos...Nós como aqui do Palanca sabemos que não é verdade, porque tanto mais que a nossa rua até hoje não foi asfaltada. Mas a manchete passou exatamente assim: ‘Todas as ruas do Palanca foram asfaltadas’ Sim. Mas lá na manchete passou todas as ruas. E falta muitas ruas ainda por serem asfaltadas” (Mulher, Adulta, Bakongo, F-1-E-1).

A falta de compromisso com a realidade é tamanha que, em certos casos beira ao desumano como muito aborrecido comentou um chefe de família sobre uma reportagem que se referia ao programa do governo “Água para todos”.

“Já, mesmo aqui na minha casa e é o número 1!. Tem água pra todos mas na minha casa? Você vê, tem torneira e não jorra água. A energia, já disseram que pronto. O lixo vá ser semanal recolhido o lixo, e a gente já paga lixo na taxa já de energia e água. Mas vê a lixeira, meu filho, como que a lixeira tá? É... Isso tudo. Essa é a realidade nossa que eu não aceito o telejornal, por causa dessas coisas, né? O Higino Carneiro veio com muita boca aqui: ‘ah, ah’, agora tá ali. Que que tá acontecendo? Num tá acontecendo nada” (Homem, Adulto, Bakongo, F-2-E-1).

É desse jeito como as questões sociais são retratas pelos principais serviços noticiosos e a reação das famílias é evidente.

Outra observação digna de destaque prende-se com a apreciação que algumas famílias demonstraram quanto a forma de apresentação de certos

conteúdos. E pudemos ainda constatar que serviam-se como parâmetro comparativo a mídia internacionais que têm tido acesso. Como se sabe, Angola vive uma profunda crise econômico-financeira desde a derrocada dos preços do petróleo no mercado internacional. Assim sendo, enquanto realizávamos a pesquisa, uma equipe do FMI deslocara-se para lá a fim de diagnosticar a situação e juntos construir soluções. Veiculada a matéria no Telejornal, eis que um membro de uma família Bakongo reparou:

“Aliás, eu não entendo muito inglês, mas eu tenho lá o meu descodificador é da DSTV. Muitas vezes tenho programas da França, assim esses países, como Portugal... Mas a inauguração de um edifício... Não, nem que seja, dum hospital... Hum? Isso, normalmente, eu lá não vejo. Vejo naqueles programas algo mais importante, tás a ver? Por exemplo, tão aqui a falar das eleições dos Estados Unidos, tão a falar, por exemplo, da imigração... Estão a falar da economia, estão a falar outra coisa. Agora uma inauguração? Aqui até dum centro médico, não estou a mentir, apresentam. Isso, isso...Da economia, do FMI...Mas repara que foi o contrário. Quem comentou foi o o o... O próprio governador do banco mas cortaram algumas frases do, do, do quem, do representante do FMI. Não, não tá correto. Eu estava a ler o jornal económico que eu tenho ali, uma das entrevistas do jornal económico que eu trouxe aí na minha mochila... Que tava a falar do do do do do FMI, o que ele achou ou quê... Mas só que aqui a gente não viu praticamente nada. Exatamente. Ele é que tinha que esclarecer... Porque eles que estão a ver as coisas...Mas, é meio complicado, pá. Ein? Porque toda a gente fica aí no telejornal, epá, o FMI tá cá. Nem sempre temos a oportunidade de comprar um jornal económico, todos os dias, que é 500 kwanzas, não é? Mas fico aqui na televisão porque eu já pago pra ver ali... Mas não veja nada. Que que acabamos de ver ali? Não, não, não. Não, não, não. Não vale a pena, não vale a pena. Não vale a pena, não vale a pena” (Homem, Adulto, Bakongo, F-2-E-2).

Tudo isso, como bem lembra Oliveira (2015) no afã de assegurar a correta narrativa do presente.

Outra situação que domina o universo da comunicação na sociedade angolana e amplamente debatida por muitos autores (CRUZ, 2012, SILVA, 2008, MATEUS, 2009) é a falta de liberdade tanto a de imprensa como a de expressão. As opiniões das famílias a esse respeito são as mais diversas, porém sintomáticas da influência do partido-Estado através da vigilância incessante. É como concordaram os membros de uma família Còkwe:

“Nós não temos, como posso dizer... hummm essa liberdade, (de poder falar o que pensa? – completou o entrevistador) Yah, aqui pra falar algo... (a chamada liberdade de expressão) tem que fazer muito rascunho, yah. E, ainda que tiver, não pode se falar, porque há muita política” (Homens, Adultos, Cômico, F-1-E-1).

Entrevistador: “Não se pode falar por quê? Não pode falar o que, a tua opinião?”

“Eu disse, há muita política, então, (Há coisas que tem que se evitar! - interrompeu um outro) a pessoa comprou e leu só e guardou eu não posso manifestar, dizer, não, dia x eu vi isso, não, a pessoa tá lá” (Homens, Adultos, Cômico, F-1-E-1).

O que se ressalta nesta opinião é a expressão “há muita política” que em Angola é mais ou menos referida da seguinte maneira na música “Velha Chica” de Waldemar Bastos. “Menino, não fala política”: uma advertência que permeia o imaginário das pessoas e reveladora da opressão, no sentido de evitarem temas políticos para não se incompatibilizarem com o partido-Estado cujos tentáculos estão por quase toda parte. Era o que o artista prenunciava no começo dos anos 70.

No que tange a liberdade imprensa, os limites são ainda maiores dadas possibilidades de controle que o partido-Estado pode manter sobre ela através de vários meios e dispositivos legais como é o caso da proibição do jornalismo investigativo que soubemos através deste depoimento:

“E também o jornalismo de investigação aqui, também anda proibido. O pacote da comunicação social, o pacote legal da comunicação social, acho que daqui a pouco irão aprovar, mesmo até hoje, não aceitam, não aceitam que haja jornalismo de investigação, isso é para coarctar, isso é pra não deixar que os fatos verídicos sejam anunciados, mas isso até, não era pra prejudicar o país, o partido. É pra se descobrir como vamos resolver determinados assuntos, que são complexos! que são complexos porque assim é que, o país não deve ser encaminhado, não é, para essa condição de contentar as pessoas com aquilo que não é real, não! Não é, portanto, nós compreendemos, o que eu não aceito é, eu que fui pra uma faculdade para me formar como jornalista, consciente ou jurista, consciente da verdade, mas no exercício da função porque eu beneficieei da nomeação de alguém, ou da indicação de alguém, e eu tenho que pôr a ciência ao lado, o conhecimento ao lado, a verdade ao lado para apenas me cingir na vontade de alguém, dum partido, prejudicando milhares de cidadãos, isso é que é intrigante” (Homem, Adulto, Cômico, F-2-E-1).

A questão do novo pacote regulador das atividades da comunicação social já amplamente debatido, portanto, dispensa outros comentários. De resto, é outro demonstrativo sob quais condições as liberdades fundamentais vigoram em Angola.

Outro aspecto crítico sobre a comunicação no processo de formação de esferas públicas críticas é a percepção da vigilância incessante que acompanha os angolanos em seus afazeres diários como fez saber uma dona de casa Bakongo quando analisava as conversas nos taxis (feitos em mini van, com cerca de 20 pessoas ao mesmo tempo), que poderiam ser esferas públicas esporádicas.

“Há situações que, às vezes, não se pode revelar muito dentro do táxi. É complicado. Sim. Não, até a questão não é essa... Tem vezes, né? Você, às vezes, vai ficar a falar do partido não sei quê, né? Já tem mesmo certas amizades... nunca se sabe... Você, às vezes, tá dentro do táxi. Às vezes a pessoa que tá a gravar nem responde. Ele só vai olhando e observando quem é, quem é, quem é. Quando você assustar, tão a vir te a bater à porta. Você vai se perguntar: "Mas que que tá se passar?" Você falou assim, assim, assim. É por isso que muita gente, às vezes, no táxi não aceita responder aquilo que os outros comentam. Querem comentar, comentam. Você que já sabe, pelo menos, fico calado. Não me mete, epá, é mesmo nosso país, mas prefiro não falar. O país tem dono. Você vai ficar exposto à toa. É complicado! É mesmo complicado” (Mulher, Adulta, Bakongo, F-1-E-2).

O que podemos depreender dessa opinião é a impossibilidade de formação de esferas públicas críticas em outros que não no ambiente familiar, visto que, é real a sensação de sempre estar ou poder ser vigiado por algum agente do *establishment*.

Quanto à abrangência e ao aprofundamento dos conteúdos as opiniões ficaram divididas. Para algumas famílias, só se faz sentir em matérias que beneficiam o governo como se lê neste depoimento:

“É, é, é, toda... Quer dizer... A informação necessária que beneficia O governo. Não vão mandar no ar ou nos jornais a informação que não beneficia o governo. Por exemplo, nós ouvimos um noticiário da TPA, ouvimos um noticiário da Zimbo, há informações que a TPA não veicula para, por quê? Porque

não beneficia o governo. É isso que eu estou a falar especialmente TPA 1 e TPA 2 eles manipulam muito porque são televisões diretamente ligadas ao governo. Eles defendem os seus interesses, pronto, é isso” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

Esta estratégia não para por aí, há também uma repetição excessiva quando essas matérias visam mostrar eficiência nas obrigações do Estado como um membro de uma família Bakongo concluiu ao analisar a mesma temática.

“Sim... Por exemplo. Assim... Vou dar um exemplo: Esses gatunos aqui vão ao banco e eles conseguem encontrar esses gatunos. Ôôôôh! E que vão dizer: "Olha, o banco X, no sítio tal, foram tentar ser assaltado, mas nós agarramos os gatunos, não sei que". Aquilo, toda hora vai passando, vai passando, vai passando só pra... Pois, pois. Mas depois disso não vais escutar mais nada... O que passou, passou” (Homem, Adulto, Bakongo, F-1-E-2).

Apesar do diagnóstico pontual, houve quem não percebesse como a maioria a questão do aprofundamento de certas matérias, afirmando inclusive que o Telejornal costumava retomar as matérias mostrando a continuidade da prestação de serviço aos cidadãos, é que ouvimos de um chefe de família:

“Eles falam e depois dizem o porquê, ou a fiscalização não funcionou ou tem que se pedir responsabilidade... Deve-se buscar responsabilidade no homem da obra. Por exemplo, há obras que muitos dos, como posso dizer? dos empresários que receberam não concluíram. Então o telejornal diz: a obra foi abandonada, então é necessário ir atrás desses... Sim, uma vez ou outra... Mas muitos são punidos, outros eu não sei, né? Muitos são punidos mas outros eu não sei” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-1-E-1).

De acordo com Oliveira (2015), esperava-se que o aumento de meios de comunicação privados fizesse uma diferença, mas quase todos são propriedade de barões do regime, que mantêm uma atenta vigilância sobre os limites do aceitável, deixando os cidadãos quase sem alternativas em termos de comunicação, como se pode perceber a partir deste depoimento:

“É, portanto, por causa também da crise deixei de consumir muito os jornais, eu todos os sábados, quando o país estava

economicamente bem, havia ainda renda nas mãos, sobrava ainda renda nas minhas mãos, exatamente, comprava os jornais e conseguia buscar as informações ali, ali, para ver diferentes ângulos. Só que também, há dois anos pra cá, a maior parte dos semanários da imprensa, foram adquiridos pelos detentores do poder, que é mesmo para continuarem a ofuscar, as inverdades ao cidadão. Temos poucos jornais imparciais que tratam as matérias”.

Entrevistador: “Dos tempos que comprava jornais, quais jornais, você mais comprava?”

“Eu comprava o jornal, A Capital, sempre que saísse, sábado, eu fazia uma seleção, comprava o Semanário Angolense, foi um bom jornal, O Semanário angolense”.

Entrevistador: “Foi por que, hoje não é mais?”

“Não! (Acompanhou outro membro da família) hoje já não é, não, porque foi comprado. Comprava o Folha 8 que até hoje mantém sua linha editorial, O País, apareceu depois, bem mas hoje trata as matérias com algum receio, não quer, parece não quiser descontentar o poder, não é, então, trata assim com algum receio as matérias” (Homem, Adulto, Còkwe, F-2-E-1).

Um pequeno grupo de órgãos de comunicação esforça-se por fazer um bom trabalho, mas sua margem de manobra é limitada, já que também pertencem a notáveis do partido-Estado; os restantes seguem a cartilha do partido-Estado sem hesitar. Além disso, o acesso aos jornais privados fora de Luanda é praticamente impossível de acordo com Oliveira (2015) e que nós pudemos constatar através de um depoimento:

“No passado, tínhamos, o Folha 8 quando ainda a TAAG voava pra lá, chegavam os jornais privados, não é em quantidade, para aqueles que desejavam, porque nós já esperávamos, recomendávamos por assinatura e tal, não sei o que, chegava. Mas houve uma altura, quer dizer, as coisas em vez de melhorarem, começaram a piorar. Eu acredito que foi o próprio sistema político que começou a evitar a chegada desses jornais naquelas províncias, e acompanhávamos, quando, por exemplo, o Semanário Angolense ou o Folha 8, fizesse um trabalho numa província, e este trabalho podia comprometer a gestão da província, e que a partir do aeroporto se encerrava fileira pra que, o jornal não ísse pra província, comprava todos e mesmo aqui em Luanda, acontecia. Quando o Folha 8 lançasse ou o Semanário Angolense, lançasse uma notícia comprometedora, para abrir a visão do cidadão, como é que o país está sendo gerido, ou não deixam, o jornal não saía àquela semana, tem que passar por censura obrigatória, você tá esperar sábado que o jornal saia para comprar, o jornal não saía, podia sair 3, 4 horas depois, depois de você ir pra casa, já com censura, ou então, podia se editar o jornal e compravam na hora, no lugar da edição, é um jornal privado, é uma empresa privada, ele tá produzir a informação pra ganhar

dinheiro, se tu apareces, não, eu compro toda edição, a empresa o que que tem que fazer, precisa dinheiro, melhor! É mais valia! Tem que se aproveitar o bônus! Claro, vende! E eles compravam os jornais e, queimavam, para não chegar à população. Isso aconteceu. Isso aqui aconteceu várias vezes, aqui em Luanda é pior!” (Homem, Adulto, Cômico, F-2-E-1).

Hoje, apesar de existir uma emissora de rádio ligada ao maior partido da oposição (UNITA) e outra, a emissora Católica (Rádio Eclésia), ambas assumidamente críticas ao governo sofrem de limitações técnicas quanto à extensão do seu sinal. A primeira só emite seu sinal em alguns bairros de Luanda, enquanto a outra alcança apenas a cidade de Luanda.

“Sabias que há canais de rádio que você se tiver fora de Luanda, numa das províncias, você não ouve? A rádio “Despertar”. Mesmo em tempos atrás pela imprensa lhes reclamaram. Direito de antena que era muito limitado. Logo tu vêes então, automaticamente, o direito de antena dele é limitado para não proliferar outras mentes menos entendidas. (Risos)” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

Além disso, para agravar ainda mais o a situação das emissoras privadas, falta-lhes credibilidade por parte de alguns ouvintes que as rejeitam, uns por que as consideram sensacionalistas como podemos ver dentro de uma mesma família, duas visões diferentes sobre:

“Ele tá a falar da rádio “Despertar”... A rádio “Despertar” é uma emissora sensacionalista. Tudo que é errado, o governo é isso, o governo é aquilo, é só isso. É política, é só isso. Isso é emissora credível? Só acredita quem é daquele partido. Você neutro não vai acreditar naquilo” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

Outros as evitam como dissemos acima, dentro daquele espírito do “Menino, não fala de política”. Preferem duvidar do que ouvem:

“A rádio... Despertar, eh, acho que, eu sempre limitei ser um político, a rádio despertar é uma rádio que choca mesmo! Entrevistador: “O sinal aqui chega mesmo?” A Rádio Despertar e a Eclésia, é a rádio que mais choca! Quer dizer, Entrevistador: “E você evita? Yah, eu evito, evito, há coisas que é bom, o sinal chega aqui muito bem, a Eclésia é aqui no São Paulo, a Despertar é em Viana”.

Entrevistador: “Mas o sinal, chega bem aqui no bairro?”

“Muito bem, muito bem. É mais o que a UNITA fez, o MPLA fez... (a esposa endossou as alegações do marido) quem trabalha mais, quem tá a enganar, quem não sei o que, yah, então, quando.... Eu digo eu, eu! as vezes pra evitar algo, é preciso estar fora do assunto, porque quando não quiseres evitar, estar dentro desse, dessa, desse circuito, outomaticamente es confusionista, porque tarde ou cedo vais responder, tarde ou cedo vais responder, porque nós estamos aqui, eu posso dizer, eu conheço o irmão, é nosso irmão, e alguém dizer assim o Abdul foi, o Abdul é malandro, pra mim não responder da realidade que eu saiba do Abdul eu me retiro, porque se eu continuar ai, automaticamente vamos entrar em choque, então, é bom evitar. A Eclésia é católica, a Despertar é da Unita.

Entrevistador: “Vocês confiam nas informações que eles passam sobre o país?”

“Não confio nada, nem uma das duas”.

Entrevistador: “Entre as duas (Eclesia e Despertar) e a Rádio Nacional onde vocês mais depositam a vossa confiança?”

“É na nacional porque é uma rádio, ela dá uma comunicação sem interferência de choques, o fulano fez, desfez, então, acredito que pra mim, é a nacional” (Homem, Jovem, Cômwe, F-1-2-E-1).

Como dissemos, trata-se de um evitar estratégico no sentido de um maior ajuste as diretrizes do partido-Estado, ou seja, melhor estar bem com a minha consciência e a melhor forma é manter-se na ignorância quanto à realidade dos fatos, optando pelo alinhamento ao regime dominante. É mais ou menos assim que alguns angolanos preferem lidar com a situação. Seguindo os escritos de Orwell (1984), cada cidadão teria tornado policial de seu próprio pensamento, sob slogan “Ignorância é força”.

Entretanto, para muitos, quando perguntados sobre quais alternativas buscavam às informações oficiais (Telejornal) diziam recorrer ao Jornal de Angola, Rádio Nacional de Angola que, no entanto, são todos controlados pela mesma linha editorial e talvez muito não percebam.

“Eu por mim, posso dizer que, o jornal vem apresentar alguns resumos sobre o telejornal, por exemplo, o jornal ajuda muito, porque eu se não tiver a oportunidade de assistir o telejornal, amanhã pego tudo no jornal, algumas informações uteis”

Entrevistador: “Que jornais vocês leem?”

“Jornal de Angola (concordaram em unísono), por exemplo, hoje, falamos, vamos dizer assim, ontem destruíram no sítio x, x armas de fogo não sei o que, na província x. Eu não vi, e o telejornal já passou, mas amanhã vou me preocupar em comprar o jornal para saber daquela notícia que eu ouvi na boca de um amigo, de um irmão, pra mim destacar a realidade,

(ai vais entender- completou outro membro da família)”
(Homem, Jovem, Còkwe, F-1-E-2).

O que se pode destacar é, para alguns, basta a informação, não se importando sobre a veracidade dos fatos. Todo este estado de coisas, levou-nos a conclusão que, na verdade, não existem alternativas, trata-se de um cerco comunicacional como um membro da etnia Còkwe, porém de outra família, finalizou:

“O que que acontece, mesmo a gente ter essa percepção do principal canal de notícias, sabendo que nem sempre as notícias que passam são reais né, algumas tem sofrido censura, eu na minha opinião, não posso dizer que eu tenho que deixar o canal pra lá, não assistir. Nós para além da TPA, temos poucas fontes de informação cá no país, mesmo sabendo isso, se, na realidade nós queremos acompanhar o crescimento do país, somos obrigados a ver TPA, não existem alternativas”.

Entrevistador: “Seria o estado angolano, através da televisão e não só, o maior fornecedor de informações do país?”

“É, é sim! Existem informações alternativas mas são poucas”
(Homem, Jovem, Còkwe, F-2-E-2).

Dentro das democracias, uma forma de obter informações alternativas aos fatos oficiais são os partidos de oposição desde que estes tenham acesso garantido a esfera pública midiática. Entretanto, em Angola, os partidos da oposição escapam das demais desigualdades impetradas pelo partido-Estado. O que a pesquisa constatou, embora a grande maioria confirmasse a desigualdade de tempo conferido entre os partidos.

“É assim, TPA 1 a maioria que se fala é do MPLA, só falam coisas bonitas do MPLA, do Zé dú, o resto tudo que é partido, so falam, querem falar mal, nunca falam memo uma realidade bonita e boa. Tudo que é do MPLA nunca criticam, nunca! Só falam a realidade de coisa bonita do MPLA ai é que está também a diferença. //: “Mesmo fingindo mas são. É assim, de toda essa nossa conversa que ta se passar aqui, só vai mudar um dia, quando aqui nesse país houver eleições autárquicas, porque só com as eleições autárquicas é que aqui vai ter democracia a sério, 100%, enquanto não houver isso, não vamos a lado nenhum. Sempre vai ser o partido maioritário que é o MPLA, enquanto não chegarmos a esse caso, nunca vai mudar esse país” (Homem, Adulto, Ovimbundu, F-2-E-1).

Uma situação numa família Kimbundu chamou-nos a atenção sobre a matéria do tratamento conferido pela televisão (TPA) aos partidos políticos, pai e filho discordaram sobre o assunto. Enquanto o pai, mais conservador e tolerante com a situação do país, acha que o tratamento desigual é justo.

“O partido que estiver em frente do processo é o manobrador das coisas, porque se ele não manobra as coisas está a dar prioridade a outro partido. O que tem que haver é liberdade de imprensa, né? Falar-se, falar-se verdade, falar-se com verdade, agora se nós é que estamos a trabalhar é que somos do MPLA, vai me dizer que eu vou falar só cinco minuto? E o homem da UNITA também cinco minuto? E eu é que estou lá? Penso que isso não funciona” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-1-E-2).

Discordando do seu pai e criando no ambiente familiar um clima de esfera pública, o filho rematou:

“Eu creio que isso não é justo porquê? Porque nós estamos aí a falar... no meio de comunicação do povo. Eu quero, como um órgão de comunicação social, e isso é o que está aberto para todos os partidos políticos. Todos os partidos deveriam ter o mesmo tempo, não é isso? para passar as suas informações. Agora não um partido maior tempo e outro menor tempo, isso aí é uma disparidade muito ampla. Pertencem ao partido. Mas não podia ser desse jeito, porque isso é público...” (Homem, Jovem, Kimbundu, F-1-E-2).

O que ocorreu nesta discussão entre familiares representa mais ou menos a visão de diferentes gerações (adulta e a jovem) sobre as injustiças e certas situações que acontecem no país como, por exemplo, o fato de um dos partidos ter-se saído vencedor dos conflitos, para humilhar o perdedor impingendo desigualdades competitivas. Há ainda no imaginário da geração adulta a ideia de que “derrotados devem submeter-se as imposições do vencedor”, demonstrando total desconhecimento das regras democráticas básicas. Além do mais, segundo Oliveira (2015), o partido-Estado está profundamente envolvido no funcionamento dos partidos da oposição. Não faltam queixas sobre a presença de agentes infiltrados dos serviços secretos no interior das forças de oposição.

4.2.3. Inoperância do poder judiciário

Isto posto, podemos agora entrar na terceira forma como a estratégia dessa cerca se realiza – a aniquilação do poder judiciário. Em Angola, a separação de poderes está assegurada na Constituição, porém, na prática, o Presidente da República está acima dos demais poderes (legislativo e Judiciário). Assim, o sistema judiciário angolano falha exatamente para quem mais necessita – o povo. Tal como descrevemos no segundo modo de apresentação da estratégia, a corrupção generalizada, a sobreposição do partido ao Estado é assistida de camarote pelo poder judiciário que não pode fazer dada a sua ligação íntima com as estruturas do partido-Estado, como fazemos questão de repetir o depoimento:

“O poder Judiciário está separado da política. Mas o que se vê em Angola, se reparares bem, o juiz presidente do Tribunal Constitucional é do MPLAAAAA. O chefe do Tribunal de Contas é do partidooo. É, enfim, há determinadas instituições que devíamos ter na frente delas indivíduos que no tratamento das questões que lhes são cabimentadas como da sua responsabilidade, do seu pelouro, não tivesse nada, nenhuma ligação com o partido” (Homem, Adulto, Kimbundu, F-2-E-2).

Nesta triste realidade, os cidadãos veem-se cercados, não tendo, portanto, onde recorrer a quando das injustiças como provam os depoimentos.

Em todas as situações que as famílias demonstraram produção de sentido crítico, sobretudo no que se refere à corrupção, a sensação de um sistema judiciário inoperante é generalizada. Quando questionamos as famílias sobre se conheciam a Ministério Público e suas funções, o diagnóstico não tardou e revela que a busca por justiça ainda não se incorporou no tecido social por vários motivos dos dois lados, sociedade e Estado como se pode ler neste depoimento:

“Quer dizer, a nossa sociedade, cá em Angola, há mesmo um desconhecimento, qual é a direção donde a gente deve se queixar quando acontece esses assuntos, é praticamente, estranho, o povo não tem conhecimento, quais são, acho que há uma necessidade de uma educação, ou a televisão tem que informar, tem que divulgar a população, quando dá esses casos, então, dirija-se ao local x, porque há pessoas que têm esse conhecimento mas há outras que não têm esse

conhecimento. Mas televisão deveria ser um indicador pra pra poder ilustrar, só assim é que, praticamente, esses casos serão mais divulgados. Só a televisão é que pode dar um passo, tentar ilustrar quando alguém sucede com esse assunto, onde se deve dirigir. Porque pode ir na polícia, também a polícia não sabe nada sobre esse assunto. Há policiais que também não têm essa mesma informação, qual é o procedimento a adotar em caso desse, quando acontece esses casos de corrupção. Não, em termos de, quanto a nossa procuradoria geral em Angola, cá ainda não se faz sentir porque ainda nunca foi divulgado assim, nenhum caso de corrupção, que eles dão o alarme que, não, prendemos o fulano de tal porque ele cometeu um ato de corrupção. Agora, eles agora estão sendo chamado pela conferencia africana pra participar desse evento, é só uma simples participação, mas agora, como prática cá em Angola, como uma demonstração, do trabalho da procuradoria, não tamos a ver nada” (Homem, Jovem, Ovimbundu, F-2-E-1).

Um membro de uma família Bakongo a esse respeito foi irônico: *“É mais fácil você perguntar onde é que vai ficar isso tudo aí? Onde que fica. Realmente, são poucas pessoas que conhecem”* (Homem Jovem, Bakongo, F-1-E-2).

Ainda assim, há quem reconheça a existência de instituições de justiça, porém, não há confiança na sua capacidade de fazer justiça, pois são todas subordinadas ao partido-Estado, como ficou revelado, após conversa sobre a corrupção na educação e nós procuramos saber onde eles queixavam-se a respeito:

“Quem vai queixar? Éh, éh, éh! O homem da inspeção é o secretário do MPLA. Vai falar o que? O homem da inspeção é o secretário do MPLA do do do bairro. Nas universidades tem Associação dos Estudantes. Ele se não for da JMPLA, não fica da associação, o diretor vai abafar aquilo... Ahhh! Não se faz sentir. Aqui? Eu vou queixar? Eu vou tirar isso fora? Pra me tirarem da minha cadeira? Ah, abafa já, ali deita fora no balde do lixo!” (Mulher, Adulta, Bakongo, F-1-E-2).

Trata-se de uma situação em que o partido-Estado ao mesmo tempo que nada faz para coibir esses atos, é ele a garantia enquanto protetor de seus filiados, a garantia de assim agir sem esperar alguma punição. Vive-se uma sociedade do medo, em que todos temem incompatibilizar-se com o partido-Estado seja pelo bem, seja pelo mal.

Outro inibidor das denúncias de corrupção em qualquer instância é o medo de represálias que sempre podem acontecer. Chega-se a um estado de coisas em ficar calado, fingir não ter sofrido aquela violência, aquele desserviço é o melhor que se pode fazer como fica claro num depoimento de uma família bakongo que instantes antes de chegarmos em casa, estavam no hospital pois uma das crianças passara mal e precisaram pagar propina para algum cuidado. Ao questionarmos por que não denunciam, eis que veio a resposta:

“É porque foste queixar isso, é que vão te olhar mal e te avacalhar, você não foi queixar? É complicado. Então por isso é que ficamos com aquele receio. Vou ir te falar só pra quê? Porque quando eu falar, vai piorar o caso, ninguém vai olhar pra mim. Você pobre quem vai olhar pra ti? Agora, saber que não, esse fulano, se for chefe do fulano, isso é não sei o quê, aí eles dão um jeito” (Mulher, Jovem, Bakongo, F-2-E-1).

Como se pode ler, a sujeição ao mau serviço público também está ligada ao *status* que determinado indivíduo ocupa na sociedade, como a maioria não pode ter *status* elevado, quase todos sujeitam-se.

Portanto, a cerca partido-Estado que desenvolvemos neste capítulo se concretiza a partir de três estratégias: a subordinação das políticas públicas e o acesso a elas ao partido; o controle da comunicação social e a inoperância do poder judiciário.

A primeira estratégia faz com que os cidadãos se filiem (mesmo que apenas formalmente) ao partido, pois é para eles a única esperança de ascensão social. O verdadeiro rosto do partido-Estado no acesso aos serviços públicos é o partido, não o Estado. A imagem do primeiro é invariavelmente privilegiada. A principal consequência é que os espaços que potencialmente se tornariam esferas públicas legítimas, como é o espaço de trabalho e as associações de classe (União dos Escritores Angolanos, por exemplo), são substituídas por debates ideológicos de pessoas que pensam da mesma forma ou pelo menos são obrigadas a fazê-lo. Aliás, a criação dos Comitês de Especialidade, sob nossa ótica, é exatamente a forma de controlar - uma espécie de polícia do pensamento, seguindo os escritos de George Orwell. Esta situação permite ao partido-Estado passar a sensação de ubiquidade em qualquer espaço da sociedade inibindo o desabrochar de qualquer pensamento

crítico, quase um “*big brother*” e, em última instância, bloqueia a tentativa de constituição de qualquer esfera pública.

Ao interferir no funcionamento interno dos partidos de oposição através da infiltração de agentes secretos, os partidos políticos que seriam, na essência, verdadeiras esferas públicas políticas são inibidos externamente por um concorrente poderoso. Fora o fato de que os partidos políticos angolanos, pela sua origem histórica, jamais foram lugares de amplos debates internos, tendo uma natureza eminentemente fechada e hierárquica.

A segunda estratégia, o controle da comunicação social é ainda mais danoso para o processo de formação de esferas públicas tendo em conta a importâncias da mídia na sociedade de informação desempenham na alimentação e influência das esferas públicas. Em Angola, além de os cidadãos serem bombardeados majoritariamente por conteúdos pró partido-Estado, este último não permite alternativas de informação, tendo criado entes supostamente privados que controlam os jornais privados e acabam seguindo a cartilha pró-governo. Os jornais privados têm pouco espaço de manobra. Além da dificuldade de acesso às fontes, não encontram do lado dos leitores uma cultura de informação plural e tentam evitá-los para não incorrer em pensamentos incorretos que os impulsionem a atitudes de enfrentamento com o sistema, adotando para isso a premissa: ignorância é força.

A terceira estratégia se concretiza no aniquilamento do poder judiciário. A inoperância do poder judiciário é crucial à medida que seria ele o garante da liberdade de expressão e de imprensa a muito tolhidas pelo partido-Estado. No que tange à primeira estratégia, seria a justiça, desde que fosse independente, a garantia da autonomia de pensamento das classes profissionais e acima de tudo, poderia impedir a subordinação das políticas de Estado, de governo a um partido, simplesmente pelo pretexto de ter vencido a guerra civil e as eleições subsequentes. Como tudo isso interfere na formação de esferas públicas?

Ao cidadão angolano que, ao ser obrigado a filiar-se ao partido-Estado, embora não se faça de modo explícito, cria-se toda uma situação, todo um conjunto de bloqueios que nos levam a simples conclusão – fora do sistema não há salvação. Ao submeter-se, automaticamente ele precisa aceitar um conjunto de códigos de conduta do militante do partido-Estado, entre eles a obediência às hierarquias, a não adesão às greves, por exemplo, o que, como

se pode imaginar, tira o sujeito de qualquer possibilidade de exercício de sua cidadania ativa, pois a maior parte das coisas sob as quais precisa abrir mão são exatamente as que lhe dariam condição de participar de qualquer esfera pública. A comunicação social, ao ser controlada pelo partido-Estado, oferecendo um conteúdo flagrantemente parcial, desprovido de objetividade, peca na sua função de alimentar as diversas esferas públicas com conteúdo abrangente e plural.

As liberdades fundamentais (expressão/imprensa), ao serem violadas, deveriam ter na justiça a certeza de sua reposição e garantia de que tais atos não voltariam a acontecer. Esta situação, ao não concretizar-se, deixa tanto os profissionais da comunicação como os cidadãos em geral numa situação de vulnerabilidade social que, o que resta é a cultura do medo, pois, quem deveria garantir direitos omite-se em sua função. A pluralidade de conteúdos necessária à alimentação das esferas públicas é necessária até pra formação de públicos (TARDE, 1986).

Finalmente, ao ser criada uma situação em que as populações sintam-se cercadas pelo partido-Estado é mais provável que reivindiquem privilégios através da delegação do partido do que tentem garantir os seus direitos enquanto cidadãos, como confirmou um dos nossos entrevistados. *“Aqui em Angola, às vezes te resolvem cedo, se queixando no CAP do que ir na Administração!”* (Homem, Adulto, Cômico, F-2-E-2). Assim sendo, não há em Angola um projeto cívico. O partido-Estado está cada vez mais dilatado, criando uma sociedade de súbditos e não de cidadãos (OLIVEIRA, 2015).

Pela quase ubiquidade do partido-Estado em todos os possíveis espaços públicos onde poderia manifestar-se alguma esfera pública, como afirmara Orwell (1984) no caso soviético, “é terrivelmente perigoso deixar os pensamentos vaguearem num lugar público”, a menor reunião de pessoas neste sentido poderia denunciá-lo, como ficou claro com os últimos acontecimentos no caso do processo “15 mais 2”⁶ como ficou conhecido, transformou-se numa “advertência à posteridade” (ORWELL, 1949). Aos cidadãos em geral, reconhece-se uma mistura de cansaço e ignorância

⁶ “Caso 15 + 2”: Processo contra 15 ativistas mais 2 que ficou conhecido em 2016 porque estas pessoas foram denunciadas por tentativa de golpe de Estado. Quando reunidos, debatiam a obra “From dictatorship to democracy” de Gene Sharp, em Luanda.

estratégica o que faz com que mesmo descontentes, não tenham ideias gerais capazes de articulações maiores.

Percebe-se ainda no seio das famílias uma incapacidade de enxergar fatos grandes (nepotismo, autoritarismo, apropriação do Estado), são como formigas, podem ver os pequenos objetos, mas não enxerga os grandes. E como o partido-Estado assegura a correta narrativa do passado e do presente aos que poderiam ter memória, estes são obrigados a aceitar a assertiva do partido-Estado de que tinham melhorado as condições da vida humana, porque não existia, nem jamais poderia existir, qualquer padrão de comparação (ORWELL, 1949). No caso concreto de Angola seria como que, desde que independentes, jamais se conheceu outro governo para possíveis comparações, ficando a população obrigada a aceitar as estatísticas de crescimento publicadas pelo partido-Estado, como resume Orwell (1949) no caso soviético:

A atmosfera social é de uma cidade sitiada, onde a posse de um pedaço de carne de cavalo diferencia entre a pobreza e a riqueza. E, ao mesmo tempo, a consciência de estar em guerra [cercado] e portanto em perigo, faz parecer natural a entrega de todo o poder a uma pequena casta: é uma inevitável condição de sobrevivência (ORWELL, 1949).

É dessa forma como a maioria dos angolanos se sente. Pelos depoimentos que obtivemos: sitiada, obrigada a manter, pelos menos nos espaços públicos, uma mentalidade apropriada ao partido-Estado enquanto um pequeno grupo de oligarcas (OLIVEIRA, 2015) dispõe de todo o poder sem qualquer resistência. Por toda parte há a mesma estrutura piramidal, a mesma adoração de um chefe semidivino, como ocorre como o Presidente da República em Angola, conforme os dados.

De acordo com Orwell (1949), a riqueza e o privilegio são mais fáceis de defender quando possuídos em conjunto. Assim, o partido-Estado em Angola, é dono de quase tudo, ou pelo menos, controla tudo. Para o autor, as massas nunca se revoltarão espontaneamente, e nunca se revoltarão apenas por serem oprimidas. Com efeito, se não lhes permite ter padrões de comparação nem ao menos se darão conta de que são oprimidas. Em Angola, os padrões de comparação não faltam à medida que se tem acesso aos canais midiáticos

internacionais, porém, percebe-se a inexistência de maneiras de articular o descontentamento e dar-lhe vazão.

No alto da pirâmide, de acordo Orwell (1949) está o – Grande Irmão- neste particular, seria José Eduardo dos Santos. De acordo o autor, o Grande Irmão (Big Brother) é onipotente. Cada sucesso, realização, vitória, descobrimento científico, toda sabedoria, sapiência, virtude, felicidade, são atribuídos diretamente à sua liderança e inspiração, como documenta o seguinte depoimento, quando questionamos acerca das figuras/instituições que dominavam o telejornal.

“Todos os dias você vai ouvir falar de Sua Excelência engenheiro José Eduardo dos Santos presidente da república. Essa é uma figura incontornável (vive no telejornal-entrevistador) sim incontornável. Não é porque ele viva lá, mas prontos não encontra uma figura pública hoje que fale, passe um discurso sem inclui-lo (menciona-lo – entrevistador) sem menciona-lo. De acordo com o pensamento sua excelência; de acordo com a estratégia... Bom éee próprio é uma dinâmica. Sim, yah, não, na verdade nesse país que não falta mesmo, bom, todos pensam mesmo que só uma pessoa que pensa neste país, só uma pessoa que tem ideias nesse país, por isso não ves, até o soba, o soba! Yah, também enaltece, não, enaltecemos, graça o esforço, a inteligência do camarada presidente , até receber um enxada, graças à sua excelência, ao chefe do executivo, bom, hoje em dia esse não falta, não tem como e, o que não devia faltar é, é um esforço no sentido de congregar todas as forças políticas ativas no país, sobretudo, ouvir, todos tem opiniões diferentes, unidade nacional, e o conjunto das opiniões divergentes isso que faria uma nação sólida, capaz de crescer e vencer os desafios, todos, porque quando é só um que fala, que pensa, então a tendência é de cair, de ir mesmo... o vento ta a soprar à direita e todo mundo tem que ir à direita, porque quem vai pra esquerda a tendência memo é quebrar, é partir, então, temos que começar a quebrar este mito, este sentimento, estas atitudes, yah, muita gente pensa neste país, muita gente tem conhecimento, muita gente tem atitude, muita gente também pode fazer alguma coisa, então, gostaríamos que, pelo menos não faltasse também a unidade nacional, mais ou menos isso” (Homem, Adulto, Ovimbundu, F-1-E-2).

Nesta ordem de ideias, segundo Orwell (194) e dados empíricos corroboram, o “Grande Irmão” é a forma em que o partido-Estado resolveu se apresentar ao mundo. Sua função é a de ponte focal para o amor, medo,

reverência, emoções que podem mais facilmente ser sentidas em relação a um indivíduo do que a uma organização.

Pelo controle da comunicação, as opiniões das massas, ou a ausência dessas opiniões no principal serviço noticioso, são alvo da máxima indiferença. É como se pode ler no depoimento, quando analisam as famílias sobre as maiores ausências no serviço noticioso.

“É o povo sofredor, porque você nunca vai, num jornal como o telejornal, não é, nunca vai te aparecer um cidadão a reclamar! Não é, a reclamar determinada condição social, política, econômica, não vai parecer! Não pode. Mesmo quando fazem trabalho de rua, tão a entrevistar, antes de passar, eles censuram. Na entrevista na rua, você pode falar, desabafar, não sei o que, mas de fato é que a hora que você esperar ver, não passa! O Ausente é o cidadão comum, exato!” (Homem, Adulto, Còkwe, F-2-E-1).

Não se tolera, no regime atual de *medias* públicos, o menor desvio de opinião a respeito do assunto menos importante.

Por fim, por tudo quanto desenvolvemos neste capítulo leva-nos a crer que a produção de sentido que se faz sobre a televisão engendra possibilidades de emergência de esferas públicas críticas, porém, não em qualquer lugar, visto que a cerca partido-Estado parece ter o dom da ubiquidade na aplicação de estratégias inibidoras. Entretanto, um espaço que nos dá alguma esperança é o ambiente familiar, ou seja, esfera pública familiar. Este será tema do próximo capítulo adentrando no sentido de compreender o que a cerca, o que a inibe e seus potenciais de emancipação.

CAPÍTULO V – A CERCA CULTURAL PATRIARCAL

Hall (2003), ao analisar as políticas de Thatcher, defendia que qualquer ordem econômica somente funciona quando é constituída por uma dimensão discursiva, isto é, que “o econômico” é operacionalizado ou se torna ‘real’ dentro da dimensão cultural. Nesta ordem de ideias, as práticas de recepção não podem ser simplesmente vistas em termos comportamentais, mas são ordenadas por estruturas de compreensão, bem como produzidas por relações econômicas e sociais. Além disso, é no espaço da recepção que os conteúdos em circulação adquirem valor social ou efetividade política.

O presente capítulo pretende analisar como a questão cultural, enquanto teia de significados que ele mesmo teceu sob a qual o homem encontra-se amarrado (GEERTZ, 2008), permeia o âmbito da produção e recepção dos conteúdos midiáticos, com enfoque na recepção, tentando compreender como ela pode influenciar no processo de formação de esferas públicas críticas, mesmo no ambiente familiar onde, para o contexto social angolano, a figura paterna desempenha papel preponderante. Assim, tomaremos o âmbito da recepção como objeto flertando-o com o âmbito da produção (emissão), embora, este último não tenha sido objeto da pesquisa empírica.

É um esforço de inserir-se na “virada etnográfica” dos estudos culturais, buscando compreender o impacto ou sentido da vida cotidiana na recepção dos conteúdos midiáticos. Trata-se de uma vertente mais contextualista dos estudos de recepção em que o foco não é propriamente o conteúdo midiático, mas o cotidiano, os valores culturais, o relacionamento entre membros da família e como tudo isso reflete no processo de formação da esfera pública familiar. Para tanto, iniciaremos apresentando a matriz cultural (etnias) das famílias e seu habitat geográfico, a função paterna no contexto familiar e finalmente, teorizar a respeito de como o Estado regula a cultura e esta, por sua vez, regula os indivíduos, cercando a possibilidade formação de esferas públicas críticas.

5.1. Matriz cultural angolana e distribuição étnica

A diversidade cultural e étnica do povo angolano é grande, sendo na sua quase totalidade de origem Bantu. A designação Bantu é atribuída à quase maioria da população fixada ao sul do Equador e usada em relação a todos os

povos cujas línguas utilizam a raiz *ntu* para designar homem e cujo plural é exatamente a palavra bantu. Os Bantu eram, sobretudo, pastores e/ou agricultores. Segundo Cruz e Silva (2000), os Bantu, vindos da região dos Camarões, progrediram lentamente pela África Central, Oriental e Austral. A migração destes primeiros agricultores, no espaço de Angola, deu corpo às diferentes etnias que se distribuem pelo território.

Cada grupo etnolinguístico é caracterizado por um conjunto de valores, onde se reconhecem semelhanças entre os diferentes grupos, detectáveis na estrutura sócio-política e na identificação de idiomas com a mesma origem. Consequentemente, resultaram desse processo os seguintes grupos no seio da atual população de Angola: Bakongo, Ambundo, Lunda-Quioco, Ovimbundu, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ovambo, Herero e Okavambo, todos de origem Bantu, distribuindo-se cada um destes conjuntos em vários subgrupos. A pesquisa empírica que realizamos concentrou-se apenas em famílias de quatro grupos étnicos: Bakongo, Ambundo (Kumbundu), Lunda-Quioco (Côkwe) e os Ovimbundu (Umbundu), por serem estes os que representam alguma unanimidade por parte dos pesquisadores.

Estes grupos étnicos representavam também os diferentes reinos que compunham a Angola antes da colonização. Todas elas tinham como característica comum: um poder centralizado (Ntótilla, Ngola, Ekuikui e o Muat Yanvua), um chefe de linhagem, à mercê do poder econômico e prestígio conquistados, reunindo à sua volta a comunidade que o respeita.

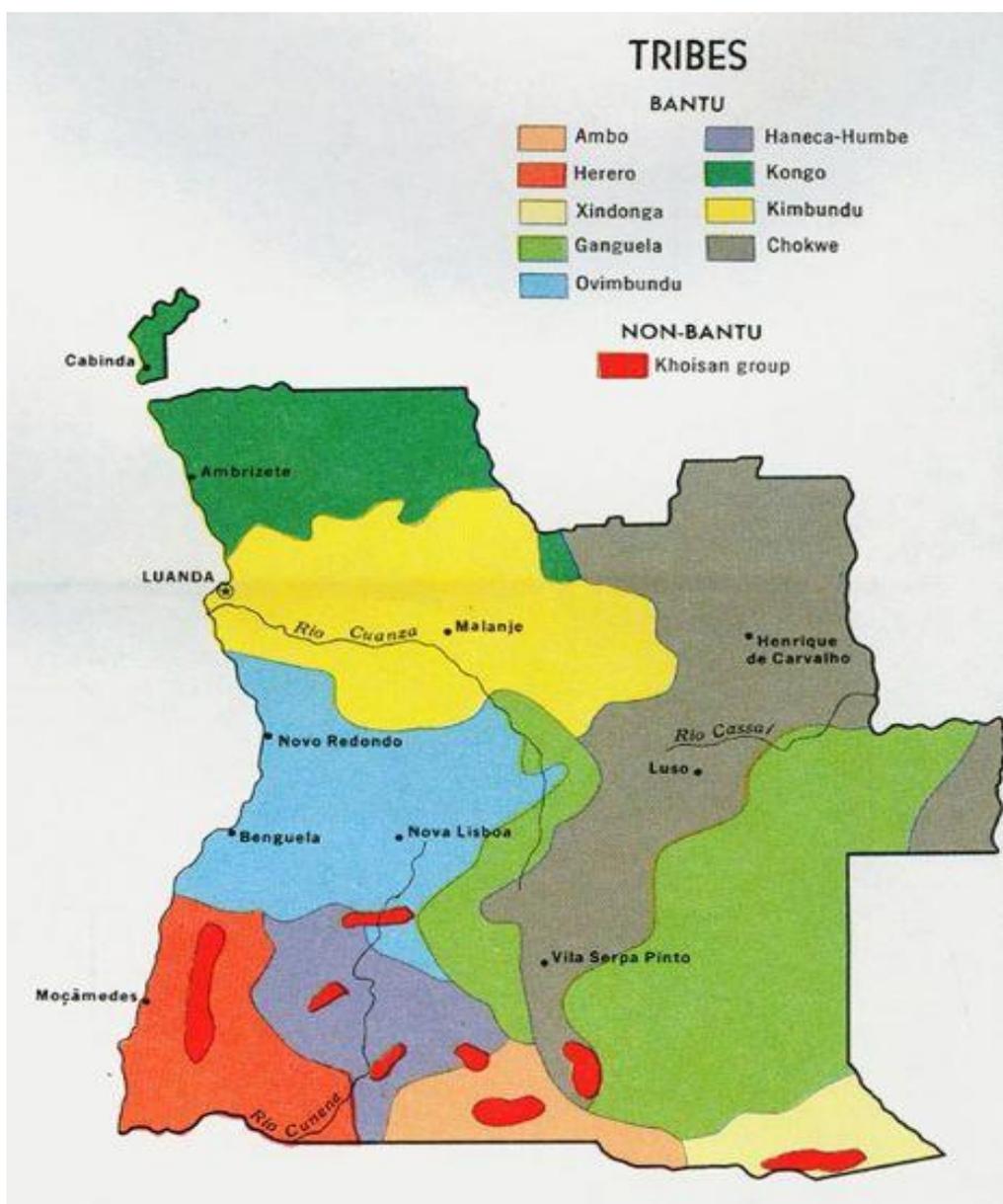
A etnia Bakongo tem como habitat natural a região Norte e noroeste de Angola. De língua materna kikongo, a maioria residia na bacia do rio Zaire e nos territórios vizinhos do Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville. Foram os primeiros a terem contato com os portugueses, quando o navegador Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire, em 1485 (CRUZ e SILVA, 2000).

A etnia Ambundu, de língua materna kimbundu, foi a etnia que teve contatos mais intensos com o mundo europeu. Foi também no século XVII, a primeira nação africana a ser sujeita a uma nação europeia. Talvez por esse fato tenham também sido os mais aculturados de todos os outros grupos etnolinguísticos angolanos. Calcula-se que sejam demograficamente o segundo maior grupo de Angola. No seu território se implantou Luanda, a capital da ex-

colónia portuguesa, hoje, capital da República de Angola (CRUZ e SILVA, 2000).

A etnia Ovimbundu é o grupo etnolinguístico mais homogéneo e mais numeroso. Os Ovimbundu, de língua materna umbundu, nunca tiveram uma estrutura política central, como os Kikongo e os Ambundo.

A etnia Cômwe localiza-se no Leste e Nordeste do país, tendo-se estabelecido nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico no fim do século XIX. O cômwe é a sua principal língua materna.



Distribuição etnolinguística de Angola

Fonte: Os últimos do leste (2017).

5.2. O protagonismo da função paterna

Para compreender as sociedades patriarcais, é indispensável que se compreenda antes as circunstâncias que transformaram o homem natural em homem social e histórico (BEDIA, 1993). O estado de natureza teve um fim particular. O desaparecimento do isolamento como forma de vida faz com o homem primitivo inicie as primeiras tentativas de cooperação. Instruído pela experiência de que o amor, o bem-estar eram as únicas motivações das ações humanas, a partir da percepção do interesse comum permite-lhe recorrer à ajuda de seu semelhante. Mas cooperar significa buscar formas de relacionar-se, porém, as relações humanas se forem bem reguladas degeneram em relações de concorrência.

A possibilidade de formação de uma esfera pública no ambiente familiar passa diretamente pela compreensão da função paterna na regulação ou proposição desta. Para isso, entender as relações de gênero intrafamiliares é de suma importância, pois, só a partir daí se pode adquirir algum entendimento sobre a formação de esferas públicas no ambiente familiar. Assim, a partir do estudo etnográfico que realizamos com as famílias entrevistadas pretende-se, neste item, teorizar acerca do protagonismo da função paterna no interior delas a partir das inferências que tivemos amparados por alguns teóricos.

Da necessidade de se viver em sociedade e em cooperação, surge a família e os modos de viver os sexos (BEDIA, 1993). Segunda a autora:

Cada família vem a ser uma pequena sociedade tanto mais unida quanto mais o afeto seja recíproco e a liberdade seus únicos laços; e foi então quando se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver, que até este momento só dizia ter uma... as mulheres fizeram-se mais sedentárias e acostumaram-se a guardar a casa e os filhos, enquanto o homem estava olhando para a subsistência comum (BEDIA, 1993, p.138)⁷.

⁷ "Cada familia vino a ser una pequeña sociedad tanto más unida cuanto que el afecto reciproco y la libertad eran sus únicos lazos; y fue entonces cuando se estableció la primera diferencia en la manera de vivir de loo senos, que hasta esa momento sólo hablan tenido una...las mujeres hiciéronse más sedentarias y acostumbraron a guardar la choza y los hijos, mientras que el hombre iba en busca de la subsistencia común (BEDIA, 1993, p. 138)."

A família é, portanto, a condição de possibilidade a existência do gênero, do amor, do ciúme e da divisão sexual do trabalho. Rousseau considera óbvia a desigualdade entre o gênero. Segundo ele, a explicação estaria na divisão do trabalho entre homens e mulheres, se a mulher foi conferida a tarefa de cuidar da casa e dos filhos (nos primórdios) e ao homem zelar pela subsistência da família, junto com a institucionalização da paternidade, este fato confere a família um caráter claramente patriarcal e conseqüentemente a relegação da mulher a um papel secundário. Mesmo que hoje já haja alguma quebra deste paradigma um pouco por toda parte, há ainda lugares em essa visão permeia a subjetividade.

Assim, a grande maioria das famílias que visitamos e não só, são patriarcais, ou seja, é o chefe de família que está no centro de toda movimentação que possa ocorrer dentro da família, inclusive a promoção ou não de uma esfera pública familiar. Nas famílias angolanas, o papel do chefe da família é rígido e monocrático. Até aqui seria normal tendo em vista a história do país mas torna-se sintomático à medida em que o modo de exercício do patriarcado tem reflexos com o modo como é feita governação do país. Sendo o pai, o provedor, mesmo nas famílias em que a mãe comparticipa diretamente e em igual medida dos rendimentos familiares, as decisões mais importantes ainda são tomadas pelo homem, ficando a esposa obrigada a submeter-se. Assim, pelo que pudemos constatar, a possibilidade de formação de uma esfera pública familiar passa pela boa vontade, cultura do patriarca, visão de mundo deste sendo este inclusive, um direcionador das opiniões dos membros da família.

De acordo com Rousseau, o surgimento de um novo modelo político passa também por um reposicionamento político do patriarcado. Para Filmer (apud BEDIA, 1993), autor inglês, o direito político se origina do direito paternal e monárquico que, segundo ele, Deus entregou à Adão. Para este autor, o poder paternal e o poder político são idênticos. Quando Rousseau fala em contratualismo medieval em que um povo se sujeita a um príncipe que ele mesmo conferiu a titularidade e o exercício do poder. Para o contratualismo moderno, de acordo com Bobbio, o pacto de sujeição pode ser entendido de duas maneiras distintas. A primeira concepção confere ao príncipe autoridade e titularidade do poder, sob total alienação, a segunda, confere uma concessão

limitada no tempo e no objeto onde o príncipe exerceria o poder, mas não a titularidade deste.

No caso das famílias que visitamos, fica difícil generalizar a existência de um pacto de sujeição com alienação total ao patriarcado. O que se percebe é uma variação de família para família, embora, em todas elas, é o pai que exerce o poder. Nalgumas famílias parecia total, a partir da observação que fizemos sobre a participação das esposas no espaço de debate e das pequenas querelas que surgiram no começo das negociações para realização da entrevista, onde fica visível o poder de impor do homem sobre a esposa e conseqüentemente aos filhos.

Os contratualistas modernos (Hobbes, Locke e Rousseau) consideram as sujeições entre pais e filhos, esposa e esposo, como sendo naturais. O que eles criticam é a sujeição não voluntária entre governantes e governados. Da nossa parte, não endossaríamos por completo a ideia dos clássicos sobre a sujeição natural a medida que, por exemplo, em Angola, pelo que constatamos, a sujeição da esposa ao marido coarcta suas possibilidades de emancipação tanto dentro da família como fora, isto é, na sociedade. Assim é comum, a ausência da mulher nos espaços de debate, que já são poucos, tratando por exemplos questões políticas como inerentemente masculino fruto, acreditamos, dessa sujeição que começa desde o ambiente familiar.

Entretanto, apesar de a concepção de que o poder familiar e conjugal se constituir nas gênesis do poder político ter sido combatida por Locke, esta teoria cuja origem se encontra no poder generativo do pai, onde se exclui a ideia de consentimento, base para existência de um contrato; ela pode servir de categoria de análise para o contexto angolano à medida em que parece ser a família angolana uma representação do sistema macro de governação do país, com um conjunto de hierarquias, sujeições e bloqueios típicos do Estado.

Portanto, a possibilidade de formação de uma esfera pública familiar, em Angola, passa diretamente pelo animo ou desanimo do patriarca, pois, o processo comunicativo em seu interior passa muito pelo seu consentimento, isso era particularmente visível no processo de recrutamento das famílias que deveriam participar da pesquisa. Geralmente era com as donas de casa de estabelecíamos o primeiro contato, depois de apresentado o projeto de pesquisa, estas, não viam problemas esperando apenas a anuência do

patriarca. Nas famílias em que fomos recusados, a negativa vinha sempre do patriarca. Além disso, outro pormenor que chamou nossa atenção, nas famílias que aceitaram, é como com a presença do patriarca a esposa mudava completamente de posição, ou seja, de uma pessoa ativa tornava-se numa endossadora das posições assumidas pelo marido. Acreditamos ainda que, nas famílias em que fomos rejeitados, tal fato tenha ocorrido devido ao fato de o primeiro contato ter sido estabelecido com a figura da esposa e não do patriarca.

Finalmente, o que se pretendeu, era demonstrar no contexto angolano como a figura paterna, exerce papel preponderante na constituição de uma esfera pública familiar. Não se tratou aqui de imputar ao patriarca a culpa pela existência ou não de uma esfera pública no ambiente familiar mas de reconhecer a peça chave que ele é no estabelecimento de condições de possibilidade, embora, Habermas (1984) considere que a família não esteja livre de coações que sociedade a submete. Ela é uma agência da sociedade, assume a tarefa de difícil mediação, que sob a aparência da liberdade, assegura a estrita observância das exigências sociais. Assim, à esfera pública familiar estará sempre sujeita a manifestação da autoridade patriarcal em qualquer momento sempre que o detentor assim o deseje ou faça necessário.

5.4. Práticas culturais como nutrientes da cerca cultural

Através das práticas culturais são adquiridos os hábitos e crenças bem como determinadas atitudes além dos valores éticos, estéticos e morais, além evidentemente das normas de conduta social (SALA 25, 2017). As práticas culturais exercem sobre as pessoas certo controle, ou melhor, certo poder de coerção e também a previsibilidade das ações dos atores que participam de determinada sociedade.

Destarte, a cultura passa a ser vista enquanto conjunto de valores que permeiam as práticas e sobre as quais é possível o estabelecimento de relações de poder. Assim sendo, com este item pretende-se de acordo com os dados produzidos, problematizar determinadas maneiras de os angolanos enxergarem o mundo da vida e, que sob a nossa perspectiva, reforçam aquilo que consideramos nesta dissertação como a cerca cultural. Antes, porém, vale

ressaltar que não se trata de acusar a cultura ou suas práticas, mas, como entende Geertz (2008, p.10) “a cultura não como um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade”.

Isto posto, a noção de cultura política desenvolvida por Almond e Verba (1960), pode ser usada neste contexto para nos situar sobre que tipo de cultura política vigora em Angola, antes, o conceito de cultura política. A cultura política pode ser entendida como o conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseiam o comportamento de seus atores (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999). Tendo em vista os três tipos de cultura política (paroquial, de sujeição e participativa, a sociedade angolana pode ser enquadrada no segundo nível, ou seja, o da cultura política de sujeição onde os indivíduos dirigem (ou são forçados a....) suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas (entenda-se aqui o partido-Estado) encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas.

Retomando Rousseau, acerca do pacto de sujeição dos membros da família a autoridade patriarcal, percebe-se em Angola, a partir de algumas opiniões, a visão do partido-Estado como um pai e, que pelo contexto, apenas cabe a sujeição. Isto pareceu-nos claro quando, ao assistirmos ao Telejornal com uma família Kimbundu e conversava-se sobre a existência de falsos empresários como se lê no seguinte diálogo:

- **Entrevistador:** ³*Mas como é que eles [falsos empresários] passam pelo crivo do banco não sendo empresários?”*

- **Filho:** ³*Aí é o famoso conhecimento das pessoas”. Outros também pedem empréstimo, né, empréstimo e constroem algumas instituições e depois alugam para o Estado. O próprio Estado é que passa a pagar o empréstimo que fez no indivíduo. Por exemplo, se eu emprestar, se eu pedir um empréstimo no banco BPC e construir um edifício, alugo no próprio BPC. O BPC passa a pagar...”*

- **Sobrinha:** ³*Sim”.*

- **Pai:** ³*Mas sabe também. Quando se viu desses tais empresários? Nunca ouvimos na informação que existem os*

tais empresários fantasmas, isto são bocas do povo, quer dizer, da própria população porque nunca o Estado afirmou que demos dinheiro a falsos empresários. tá a ver?”

- **Sobrinha:** *“Aliais, nunca vão assumir...”*

- **Pai:** *“Bem, isso se existe ou não existe, nós não podemos explicar muito bem porque eu acho como pode ser fofoca como pode ser verdade, tás a ver? Porque perante a imprensa mesmo, perante o Estado nós nunca ouvimos. Às vezes quem lança a instrução são determinados jornais privados, mas muitas notícias nos jornais privados são verdadeiras mas também às vezes outras não são verdadeiras. Provocam cada vez mais confusão ainda no cidadão. É, porque que que o telejornal é nacional, e nós soubemos que aqui nós temos praticamente temos as duas televisões: A TPA E A ZIMBO. Portanto, quando não passam nessas duas é porque não podemos ter credibilidade! então como é que eu vou me justificar que realmente é verdade se ele não lançou? Eu só posso justificar quando realmente a imprensa lança e eu vou ter a certeza, se estiver a me aldrabar também, coragem, fico naquela aldrabice. Mas se não for lançando não tenho nada que expor...”*

Nosso ponto de análise aqui prende-se com a última fala do chefe da família. Esta fala do chefe da família é como um todo sintomática de como pensa e age a geração adulta da sociedade angolana. Ela revela a capacidade de se contentar apenas com o que é oficial, deixando de fora qualquer alternativa que vise o esclarecimento da verdade do fato. A partir desse testemunho, percebe-se a falta de informações alternativas, o que faz com o próprio Estado seja a maior referência informacional mesmo que se pretende produzir sentido crítico. Assim, partido daqui, não passou na TV, não tenho como certificar-me de sua veracidade.

Apesar disso, a credibilidade da televisão em particular do Telejornal é um assunto que não é consensual entre as diferentes famílias, como podemos observar a quando da conversa com uma família Cômwe e perguntamos sobre como avaliavam tanto o Telejornal com a televisão em sim, ouvimos o seguinte:

“A TPA não é aquela que satisfaz, nós todos conhecemos o nosso país, podia ser antes mas hoje, todos nós conhecemos a realidade do nosso país, o que é e o que não é. Portanto, aquilo que nós, o pouco que temos acompanhado da TPA, não motiva, não motiva. Eu prefiro ir assistir uma televisão internacional, para acompanhar notícias internacional, em troca de, quando deveria ver notícias nacionais! Porquê? Porque mesmo um assunto constatado in loco e que a TPA passou lá,

quando chegar as 20 horas para no Telejornal, a informação é invertida” (Homem, Adulto, Cômico, F-2-Co-E-2).

Portanto, existe a curiosidade e a necessidade pela informação, mas a desconexão com a realidade e os anseios do que gostariam de ver na televisão os leva a procurar escapes no entretenimento como é o caso das novelas que próprio sistema fornece em grande quantidade.

Outra prática que vem se tornando cada vez mais visível é o nepotismo, tendo como ápice, a nomeação da filha primogênita do Presidente da República pelo próprio para dirigir a petrolífera nacional. Ao longo da conversa alguma famílias surpreenderam-nos com os depoimentos, pois, esperávamos que rejeitassem a ideia com veemência, porém, percebia-se uma atitude indecisa, um em “cima do muro” sintomático daquilo que Oliveira (2015) costuma afirmar que os angolanos teriam dificuldades de livrarem-se da oligarquia que comanda o país, pois existe no inconsciente coletivo um desejo de tornar-se um. Assim, por exemplo, quando pedimos que comentassem a respeito do caso específico de Isabel dos Santos, as respostas eram:

“Por mim, eu posso assim dizer, eu não reprovoo, também não aprovo, fico numa incógnita. Não, mas por mim, pelo que se diz, a população tem dito que ela não poderia exercer esse cargo, yah mas por mim, ela como estudou, tá no seu direito, ela também é cidadã angolana né, apesar de ser filha do presidente da república, ta no seu direito, tem capacidade para exercer essa função, e está onde tá” (Homem, Jovem, Ovimbundu, F-2-E-2).

Pode-se depreender desta fala que estando na mesma situação de poder, faria exatamente igual. Esta identificação estranha com a elite oligarca, é uma prática que pode ser considerada cultural a medida que não houve reações no sentido de reprovação veemente. Aos advogados que questionaram o procedimento na justiça, parecem ter sido vistos como seres anormais a uma realidade que todos repetiriam sem hesitar se pudessem.

Ainda dentro do mesmo caso de nepotismo, outra opinião pista, levou-nos a pensar como os angolanos viam a cargos públicos, para que finalidade. Assim dentro da mesma família Ovimbundu, ao falarmos sobre o caso Isabel dos Santos, já que a própria emitiu uma nota para imprensa justificando suas

competências para o cargo, uma mulher opinou quando tentava lembrar-se do que assistira no Telejornal:

“Telejornal... da filha do Jose Eduardo dos Santos, que é gerente agora da Sonangol, toda gente, epá, estão contra porque ela é filha e, depois está no lugar que podia ocupar outra pessoa, mais necessitada, e ela que já tem as suas condições é que ta governar mais o povo”.

Entrevistador: “O que é que a mãe acha disso, é justa essa nomeação ou não?”.

“Pra mim é justo porque, é filha do presidente e o presidente pós a filha pra comandar mas pelo povo, nós não achamos isso justo, estamos contra mesmo, muita gente está contra” (Mulher, Adulta, Ovimbundu, F-2-E-2).

Esta opinião revela como alguns angolanos encaram os cargos públicos com forma de benefício próprio ou de familiares, quando se concebe a ocupação de determinado cargo para quem necessita e não a quem compete. Ainda dentro desta polêmica situação que o país viveu, lembra-nos o sociólogo angolano João Paulo Nganga que ao defender o nepotismo disse o seguinte:

A questão do nepotismo é uma questão transversal à sociedade angolana, infelizmente, porque se olhares por exemplo para a UNITA, no reinado do Dr. Jonas Savimbi, o General Ben-Ben, que é seu sobrinho foi chefe do Estado Maior, na FNLA, Ngola Cabango é cunhado do velho Holden Roberto... em todas as instituições do nosso país, é privilegiado o fato de teres um laço de sangue, de parentesco. Portanto, o nepotismo é uma prática comum em Angola. Não significa que estejamos a defender o nepotismo. O que que estamos a dizer, que temos que nos adaptar à realidade do nosso país, não é a lei que vai mudar isso, devíamos ter leis porque o nepotismo em Angola não é crime, em que as pessoas tivessem um limite de nomeação de parentes, não é que impedíssemos, porque cada vez que uma pessoa é nomeada, se o David (o apresentador) for nomeado hoje, há uma grande expectativa da sua família e é legítima, que as famílias e amigos queiram aproveitar e desfrutar. O que o Estado deve fazer é criar regras e não ficarmos no discurso do nepotismo pelo nepotismo, porque ele existe, por que a família angolana é extensa, por lado e pelo subdesenvolvimento que nós vivemos. Portanto, a questão de se dizer que nomeou a filha, é normal que as nomeações sejam de confiança política... (NGANGA, 2016).

A fala que acabamos de citar foi extraída de uma entrevista que o referido sociólogo deu a uma televisão angolana, no caso a TV Zimbo. Primeiro, gostaríamos de discordar de grande parte desta fala destacando

algumas partes. Que o nepotismo existe isso é uma realidade mas que só persiste porque jamais alguém ousara combatê-lo. E também, porque haveriam de combatê-lo se há mais de quarenta anos o país é governado pela mesma oligarquia? Oliveira (2015). Se ele existe em parte porque as famílias angolanas são extensas, penso que neste caso, o referido sociólogo estava se referindo a extensão das famílias dos mesmos oligarcas que dela se beneficiam, como haveriam eles de combatê-la? Segundo, no início de sua fala, ele faz comparações de casos de nepotismo intrapartidários, provavelmente o sociólogo deve ter esquecido que ali tratava-se de questão interna de um ou outro partido, aqui não, trata-se do interesse público, de todos angolanos e não de partidários de uma ideologia. Em terceiro lugar, quando se fala em defender o interesse nacional, não se vislumbra nem à médio prazo qual seria este interesse, por outro lado, suponhamos que esse interesse seja verdadeiro, deve atropelar a moralidade pública? É a realização da expressão de Anéu Sêneca “é por não ousarmos que as coisas parecem impossíveis”.

Enfim, é retrato de uma realidade a nós parece causar certo desânimo mas que, não encontra a mesma recepção no imaginário social angolanos como as próprias entrevistas com as famílias demonstraram. Por outro lado, tanto a fala de um dos nossos entrevistados como a do sociólogo, remetem-nos a um questionamento – a moralidade pública neste contexto é ignorada porque os poderosos podem fazê-lo ou porque sabem que isso não incomoda grande parte da sociedade?

A situação não para por aí, ainda no universo das práticas culturais, em Angola percebe-se uma corrida pela aquisição de cargos públicos ou de direção, não vamos entrar no mérito das exigências do partido-Estado, pois, não é o que interessa aqui mas como é vista a conquista de um cargo. Estávamos nós a assistindo ao Telejornal quando nos destaques nos foi informado que “o Ministro da Justiça disse que os angolanos devem sentir-se num estado democrático de direito”. Como de praxe, nós costumávamos questionar aos membros das famílias sobre o que eles achavam das matérias que por ventura, chamassem a atenção ou nossa ou a deles. Sigamos o pequeno trecho da entrevista:

Entrevistador: “Queria aproveitar esse gancho, para falar sobre a matéria do ministério da justiça em que se refere, que o estado democrático de direito que é Angola tem de ser sentido pelos cidadãos, essa foi a manchete do telejornal. Como angolanos, se sentem a viver num estado democrático de direito?”

“Não a 100%, é isso que lhe falei! Porque não há eleições autárquicas, voce não consegue distinguir um líder, voce não consegue divulgar o que vc sente, voce não consegue falar o que vc gosta, o que voce não gosta, é mal, hein” (Homem, Adulto, Ovimbundu, F-2-E-1).

“Eh, na minha humilde opinião, é o seguinte, Angola é um estado democrático de direito eu não concordo, Angola não é um estado democrático de direito. Porque pra um país ser considerado um estado democrático de direito, é quando as pessoas são eleito, não indicadas. Ca em angola, o que que acontece, aqui há indicação, não eleição, num estado democrático de direito as entidades máximas são eleitas mediante a votação, não , são eleitas pelo povo, não indicação. Por exemplo, cá em Angola, apesar de que os ministros são indicados, os governadores são indicados, administradores do bairro são indicados, isso não é democracia. Porque um estado democrático, essas entidades, administradores, governadores, até o indivíduo do, o administrador também é indicado! Um administrador do bairro tem que ser eleito, pelo povo, tem que ser eleito pelo povo, e não indicado. E o que que acontece aqui em angola, para ser um administrador de bairro, tens de ser, a pessoa tem de ser do partido no poder, administrador do bairro, do partido no poder, governador, do partido no poder, administrador do município, do partido no poder. É complicado, desse jeito” (Homem, Jovem, Ovimbundu, F-2-E-1).

Entrevistador: “... O que que achas disso que o Jorge acabou de falar, concordas não concordas, qual a sua opinião acerca disso?”

“Concordo, concordo por que? Porque o nosso país memo, eu digo que já não tem solução (risos) quem sabe, yah, se um dia elegerem novo presidente possa mudar alguma coisa, porque eles vao prometendo coisas e depois não cumprem. Eu digo isso né, como funcionária pública” (Mulher, Adulta, Ovimbundu, F-2-E-1).

Entrevistador: “Como você descreve seu ambiente de trabalho?”

“É lamentável! (risos) porque nesse momento, eu trabalho na repartição de saúde, eu sou administrativa, apesar de fazer uma parte administrativa, eu não digo né, acho que pela capacidade que eu tenho, meu chefe quando está de férias, eu faço a vez do meu chefe na secretaria. Dizem quem o chefe não atrasa ou falta, mas sim ausenta-se, eu como fico no lugar de alguém, tenho que me atrasar um bocadinho eh, já que sou superior das pessoas que eu encontro, porque tenho um cargo. Já não, meu chefe máximo as vezes lhe encontro, falta. Ele diz não, voce te elegeram como chefe não tens que atrasar, eu disse não, eu tenho que atrasar, dizem que o chefe, atrasando como voltando, dizem que o chefe não atrasa, ausenta-se, Yah

*o nosso país não ta memo bem! Yah, (risos) por isso que eu não to satisfeita” (Mulher, Adulta, Ovimbundu, F-2-E-1).
 “Você, deram-te um poder mas não consegues usufruir do poder” yah, não consigo aproveitar, porque não me permitem atrasar, yah, memo eu como mãe, tenho que atrasar um bocadinho, eu mexo daqui, mexo daqui, sim! Eles não vejam esse lado, eles olham como se fosse um homem (Risos)” (Homem, Jovem, Ovimbundu, F-2-E-1).*

Nós gostaríamos de chamar atenção para esta última fala. Esta representa o modo como as pessoas encaram a chegada a um cargo de direção, não importa o tamanho. Ser chefe em Angola é visto como a oportunidade de descanso, de descumprimento de exigências elementares no serviço público como: pontualidade, eficiência, produtividade, etc. exercer qualquer forma de poder é ao invés de maior produtividade, redução de qualquer esforço, pois sabe-se da inexistência de alguma fiscalização e mais, representa um ganho salarial muito acima da média da instituição onde se está. Por esses e outros vícios enraizados no imaginário social é que toda política de controle do partido-Estado, encontra no seio da cultura angolana os fertilizantes que de que precisa para o seu melhor crescimento.

Portanto, o que tentamos demonstrar aqui é a centralidade da cultura em todos os processos sociais. A ela é atribuída tanto um lugar na estrutura empírica real como na transformação de nossa compreensão e explicação da realidade envolvente. Ela permeia tudo.

Sendo que algumas práticas culturais são sintomáticas de um tipo de sociedade que se sujeita a um tipo de cultura dominante, o processo de formação de esferas públicas críticas no ambiente familiar além da dependência da autoridade patriarcal, ele sofre as pressões externas vindas do sistema. De acordo com Hall (2003), a cultura teria sua dimensão reguladora. A esfera d cultura pode ser regulada pelo Estado ou desregulada pelo mercado. Em ambas as situações ela sofre pressões econômicas de grupos, bem como de estruturas do poder. Destarte, ao mesmo tempo que existe esse “governo da cultura”, ocorre também o movimento inverso “a regulação através da cultura”. Para o caso angolano o primeiro movimento se daria das estruturas do partido-Estado para os órgãos produtores de cultura, as autoridades tradicionais, etc. o segundo movimento se daria dos indivíduos para as

estruturas do partido-Estado, este último permite a certeza, a previsibilidade dos atos potenciais dos membros da sociedade.

De acordo com Hall (2003 *apud* ESCOSTEGUY, 2007), a dimensão reguladora da cultura se manifesta de três modos: o modo normativo, que guia a ação humana mediante normas e convenções existentes na cultura, isto é, o respeito, a hierarquia através da idade; o segundo, classifica nossas ações segundo esses mesmo padrões, ou seja, é a dimensão do reconhecimento social que geralmente preza pela capacidade de agir de acordo os costumes (tradição) e não pela capacidade de ruptura (modernismo); por fim, aquele que incide sobre a constituição da subjetividade, portanto, das identidades. Este último que tem potencialidades libertadoras ou conformista com a realidade. Isto posto, a cultura permite que o sujeito internalize normas de conduta e regule-se a si mesmo.

COMUNICAÇÃO EM SOCIEDADES CERCADAS

Considerando-se as hipóteses e objetivos desta Dissertação, destacados na introdução, a presente pesquisa orientou-se sob a égide da seguinte questão-problema: Até que ponto a produção de sentido sobre a televisão no ambiente familiar engendra possibilidades de emergência de microesferas públicas críticas em Angola? Este intento surgiu motivado pela curiosidade de compreender o cenário político-midiático angolano cuja literatura existente apenas retrata o lado dos profissionais, o da liberdade de imprensa.

A partir da noção de que processo comunicacional se completava nos sujeitos receptores, decidimos então buscá-los através de suas famílias, que acreditamos serem uma representação micro da sociedade angolana, desde sua estrutura de poder até ao relacionamento vertical que se processa entre seus membros e, para uma mínima representatividade territorial, fizemo-la através das quatro principais etnias que compõem o país, porém, todas localizadas em Luanda em benefício da isonomia.

As consequências de um passado de repressão, primeiro pelo colono português, depois pelo partido-Estado (até ao presente) e as quase três décadas de guerra civil que permitiu a implantação de um sistema de vigilância sufocante ainda pudemo-las sentir através da desconfiança que algumas famílias demonstraram a quando de nossa solicitação para participação na pesquisa. Esta situação culminava geralmente com a negação em participar.

Do mesmo modo, quando éramos aceitos, sobretudo nos primeiros encontros, quando espontaneamente as conversas nos levavam para temas-tabu no seio da sociedade, a desconfiança voltava a instalar-se, o que nos obrigava sempre a esclarecimentos que o trabalho não era de cunho político, mas sim acadêmico.

A pesquisa permitiu-nos, apesar de sermos autóctones, a uma imersão nunca antes tida sobre os meandros que formam a sociedade angolana através dessas famílias. Como se sabe, a implantação de qualquer tipo de sistema opressor precisa encontrar uma sociedade fértil que lhe dê requerida guarida para materialização de suas pretensões.

Assim, conviver com aquelas famílias cada uma com sua especificidade desde a composição, os laços que se estabelecem e a estrutura do poder e como estas se posicionam em relação ao poder instituído foi de tamanha

riqueza. Dessa convivência pudemos ainda abstrair uma analogia entre o Estado e a família enquanto uma sociedade micro, sobretudo no que tange ao poder patriarcal. Vivendo permeada pela cultura política de sujeição, o Estado é visto com um “pai”, com todas as mordomias que os pais (chefe de família) desfrutam no interior de suas casas.

Esta pesquisa tornou-se oportuna à medida que nos fez viver de perto a angústia e as dificuldades sociais por que passam os cidadãos comuns em Angola, sobretudo, residentes em Luanda. Assim, determinados encontros não puderam realizar-se na data hora agendados por falta de energia elétrica, em algumas famílias os níveis de pobreza eram visíveis, embora eles morassem em Luanda pelo fato de ser o centro de recepção e materialização de influências que se consideram modernas e enxergar nisso alguma esperança.

Não foi possível observar claramente algum valor cultural digno para ser considerado especificidade desta ou daquela família de acordo com sua etnia de origem, ou seja, em Luanda todas as famílias são pardas. O que as distingue são as condições sociais.

Substancialmente, o trabalho procurou, primeiro, avaliar a possibilidade de uso da noção de esfera pública enquanto categoria de análise do contexto sociopolítico e midiático angolano. Assim sendo, concluímos que sim, é possível falar-se de esfera pública em Angola, desde que tomadas as devidas especificidades.

O processo de formação de esferas públicas é bastante complexo visto que trata de uma sociedade patriarcal e, em muitos casos, conserva um certo tradicionalismo. No âmbito extrafamiliar, a sociedade angolana, nos seus diversos espaços de interação social, estabelece clivagens entre sexo e a faixa etária. Várias esferas públicas se formam, porém, obedecem aos critérios da faixa etária e do sexo. Dentro desta ótica, elas podem ser: Esferas públicas de Homens ou de Mulheres (divididos entre jovens e adultos).

As esferas públicas acima mencionadas não se comunicam entre si. Por exemplo, a esfera pública de homens adultos (geralmente composta por amigos na mesma faixa etária) não se comunica com a esfera pública de mulheres adultas (com a mesma composição). Todas ficam isoladas. As temáticas são completamente diferentes e geralmente esporádicas. Esta não comunicabilidade entre elas encontra explicação numa expressão comumente

usada nestes ambientes “aqui é conversa de homens” isso para expulsar as mulheres ou “aqui é conversa de mulheres” para expulsar os homens. Entretanto, todas elas têm como característica comum a não problematização de temas do universo da política. Raras vezes pode surgir nas esferas públicas masculinas, mas de forma rápida e cautelosa.

Assim, a pesquisa pode ter conseguido o mérito de congregar no mesmo espaço, públicos que no dia a dia, não participam das mesmas esferas públicas, pelos mecanismos de exclusão acima citados. Por esse aspecto, pode-se considerar que, no âmbito extrafamiliar, as esferas públicas em Angola guardam alguma semelhança com a esfera pública burguesa quanto a critério de exclusão. Porém, distanciam-se dela pela limitação de temáticas a serem problematizadas de forma livre que aquelas possuem, enquanto que, estas não possuíam esta limitação, podendo ser problematizado todo assunto de interesse público.

Esta percepção, que só pudemos ter após realização da pesquisa de pesquisa de campo, transformou a opção pelo ambiente familiar na melhor das escolhas que poderíamos ter feito, amenizando a influência de fatores externos como é, por exemplo, a vigilância sufocante ou a sensação dela, de que muitas famílias se queixaram ao longo das entrevistas. Desta feita, o ambiente familiar apesar dos seus constrangimentos internos, foi útil para concretização dos objetivos traçados.

Desta feita, ao analisar-se a Televisão Pública de Angola, especialmente o Telejornal (principal serviço de notícias), endossamos a tese de que assumem flagrantemente uma linha editorial pró partido-Estado, tendo sido transformada num dispositivo pelo qual o partido-Estado transmite para a sociedade o que julga ser necessário para manutenção de sua imagem.

Neste sentido, concluímos que não mais gozam de credibilidade no seio das famílias em consequência de um conjunto de deturpações da realidade muitas vezes constatadas *in loco* como muitos nos relataram. O desprezo de algumas famílias em relação ao serviço noticioso era tal que, ao longo de sua veiculação, não era incomum ouvir-se “estás a ver, é por essas coisas que não assisto esse Telejornal”, regiam aborrecidos.

Outra situação que os dados nos permitiram aferir é a ausência de alternativas de informação. Em alguns casos, o nível de alienação é tal que

muitos apontavam como alternativas, jornais ou emissoras de rádio, cujos proprietários eram pessoas ligadas ao regime. Portanto, há um simulacro de informação imparcial quando na realidade não é isso o que ocorre.

Quanto às alternativas, os poucos jornais realmente privados enfrentam dois problemas. Primeiro a dificuldade de acesso às fontes. Alguns, por exemplo, chegam a ser expulsos de determinados eventos. As dificuldades financeiras, estas os impedem de alcançar o país inteiro, ficando restritos apenas à Luanda. Por outro lado, percebemos por alguns depoimentos que os jornais privados são muitas das vezes evitados num movimento de autocensura e vistos como provocadores de confusão. Uma sociedade onde se privilegia a ignorância para não incompatibilizar-se com o partido-Estado.

Como a televisão pública transformou-se num instrumento de propaganda das ações do partido-Estado, “as coberturas midiáticas das suas iniciativas adquiriram um carácter marcadamente surrealista. Ninguém acredita em nada. As coisas são exatamente o contrário do que se afirma sobre elas” (OLIVEIRA, 2015, p.224).

Era desse jeito que assistíamos ao Telejornal. A vida interna do partido-Estado é coberta como se tratasse de um assunto de interesse público como é possível ver nas ruas de Luanda, outdoors anunciando a vitória eleitoral de José Eduardo dos Santos dentro do partido por mais de 96% dos votos numa eleição em que houve apenas um candidato- ele próprio.

A televisão que há anos atrás fazia lembrar os anos de socialismo está hoje saturada de programas chiques. Alguns dos mais conhecidos incluem novelas e programas de entretenimento que expõe sem reboço as vidas dos ricos (OLIVEIRA, 2015, p 225).

Uma das consequências do novo capitalismo para a sociedade angolana refere-se ao cinismo da população em relação aos seus dirigentes. O comportamento da elite é fortemente criticado, mas não é rejeitado, como afirmavam quando comentavam sobre o que achavam das reportagens cobrindo a vida interna do partido.

Oliveira (2015) sintetiza essa atitude quando afirma que trata-se de “uma reação complexa que mistura crítica com inveja, admiração com o desejo, e não faltam imitações”. Com este controle total da máquina pública, ancorados em Raymond Williams, podemos dizer que “os sentimentos e percepções das

classes dominadas são constantemente retrabalhados no sentido de alinhamento com os valores culturais dominantes” (ostentação, promiscuidade sexual, corrupção).

Entretanto, existe no ambiente familiar produção de sentido crítica sobre a televisão capaz de fazer emergir micro esferas públicas críticas tanto no seu interior como noutros ambientes, porém, esta possibilidade esbarra em dois impeditivos que como resultado da pesquisa denominamos: cerca partido-Estado e a cerca cultural (patriarcal).

A cerca partido-Estado, esta, a maior delas, manifesta-se pela onnipresença do partido-estado em todos os setores da vida social levando os cidadãos a simples conclusão de que fora do partido não há sobrevivência. Assim, todas entidades de classe, desde sindicatos até comissões de moradores, que seriam lugares de manifestação de esferas públicas foram transformadas em extensões do partido-Estado coarctando qualquer possibilidade de pensamento libertário que possa surgir.

Assim, a presença no seio da sociedade de um pensamento maniqueísta espalhado de que quem critica o partido-Estado é da oposição (entenda-se UNITA) coloca os cidadãos angolanos numa situação embaraçosa à medida que, devido aos mais de vinte anos de guerra, imputar responsabilidade da guerra ao partido UNITA era o consensual, portanto, ninguém aceitava ser taxado como membro ou até simpatizante daquela ideologia. Para isso, manter-se fiel à ideologia dominante era crucial até mesmo por questão de descarrego de consciência. Assim, acreditamos, grande parte do pensamento crítico existente foi se diluindo, embora, não se tenha perdido.

A cerca cultural manifesta-se mais no interior das famílias através, nas palavras de Nestor Garcia Canclini, dos “...hábitos cúmplices que a hegemonia instalou em nosso modo de pensar e de nos relacionarmos” ou vice-versa. As famílias angolanas são, majoritariamente, patriarcais. Este fato acarreta em si várias consequências. Uma delas é o relacionamento entre o casal. O pai posiciona-se como um poder soberano e autoritário, eliminando qualquer possibilidade de democracia interna. À esposa fica reservada, mesmo trabalhando fora de casa, os cuidados domésticos e a subordinação ao marido. Era visível a ausência destas durante as entrevistas mesmo estando dentro de

casa. Quando participavam, era mais no sentido de endossar as opiniões do marido.

O poder patriarcal é de grande valor à medida que o modo como este se materializa dentro das famílias guarda alguma analogia com o modo como é governado o país, revelando inclusive o desinteresse dos angolanos quanto ao cumprimento do princípio da publicidade dos atos administrativos. Guarda semelhanças com o poder patriarcal à medida que os chefes de família em Angola, não devem explicações aos membros da família. Seus atos são soberanos mesmo que acarretem prejuízo para os membros da família. O segredo ainda é uma prática entre os cônjuges, porém, todos devem reportar ao chefe de família.

Assim, quando se observa a vida interna das famílias angolanas percebe-se a não demonstração de afeto, conversas coletivas ocorrem apenas para imposição de diretrizes morais emanadas da autoridade paterna. Enfrentar a autoridade patriarcal é vista como a maior das imoralidades, rebeldia e recebe geralmente a reprovação de todos. Este fato, visto pela sua banalidade, não nos indica a muito, entretanto, quando associado ao fato de que o partido-Estado é tido como “um pai” como dissemos antes, leva-nos a crer que, além do poder repressivo do Estado, manifestações contra este não recebem apoio de grande maioria da população, pois são poucos no interior das famílias que ousam desafiar a autoridade paterna mesmo que motivos não faltem.

Destarte, a forma e o grau de aceitação do desequilíbrio de poder no interior das famílias explica em parte a maneira como é aceito e compartilhado desequilíbrio de poder entre o partido-Estado e a sociedade. É como se regulação se desse internamente (embora a imposição externa seja enorme naquele contexto), por isso, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, nas sociedades onde isto ocorre, conflitos que possam surgir são vividos como consentimento reservado ou fatalista.

O silenciamento como comunicação desinteressante, irrelevante, vazia, como pode ser atestada a quando da opinião de um chefe de família sobre a pluralidade dos conteúdos da TPA, “aqui, o que não passa é porque não é relevante”, produzindo um sentimento de impotência dos indivíduos frente aos poderes instituídos como o próprio entrevistado concluiu: “se estiver a me

aldrabar também, coragem, fico naquela aldrabice. Mas se não for lançando não tenho nada que expor...”. Esta atitude fatalista, o consentimento relutante, manifesta-se na frouxidão moral (nepotismo) no desleixo em relação a legalidade dos atos (competência do registro eleitoral), legitimação da concorrência injusta entre partidos, etc.

Portanto, compreender a mediação familiar nos processos de recepção dos conteúdos simbólicos para a formação de esferas públicas críticas apresenta-se como um mapa pelo qual qualquer sinal de mudança possa ser explorado, sobretudo, por tratar do modo como os dados indicam uma sociedade cercada, onde a desinformação é gritante, gerando, com isso, a despolitização das massas.

A grande conclusão que chegamos é que as famílias angolanas têm a partir do Telejornal um diagnóstico crítico (entenda-se, que escapa dos discursos oficiais) da situação que vivem, descrevem na com detalhes, a partir do que recebem da mídia, porém não conseguem chegar a uma conclusão simples que os desperte sobre que tipo de regime vivem. Além do mais, junta-se a essa incapacidade de uma atitude fatalista de que se as coisas chegaram a esse ponto, qualquer dia, poderão melhorar. É como se acreditassem na vinda de um “messias” como ficou revelado, por exemplo, na esperança que nutriam sobre a vitória de Donald Trump às eleições americanas quando prometera algo fazer com relação aos ditadores africanos.

Ao finalizarmos a pesquisa, fica-nos o desejo de continuar e aprofundar as muitas contradições que surgiram, mas que, por questões de delimitação e prazo, não pudemos ir além. Quanto à etnografia das famílias, faltou-nos mais contato com os membros, sobretudo as esposas.

Outra situação que gostaríamos de compreender é o que as famílias etnicamente perdem ao se deslocarem para Luanda, fruto dos novos arranjos. Gostaríamos, talvez, para próximas pesquisas, compreender, como fizemos com as famílias, os profissionais da comunicação sejam públicos ou privados.

Fica-nos também a dúvida sobre até que ponto o atual contexto do país (grave crise econômica, eleições) foi o principal catalizador de opiniões críticas ou não. Além disso, a cerca religiosa que se manifesta nas identidades não pudemos nela adentrar, ficando por esclarecer com ela participa de todo esse cerco.

Concluída que está a pesquisa, uma pergunta encerra (mesmo que provisoriamente) este esforço: tendo o diagnóstico da realidade que têm os angolanos a partir do modo de vida e dos seus *medias*, o que estará por detrás da incapacidade de articulação da insatisfação que todos sentem num movimento maior pela liberdade?

Em última análise, o que estamos chamando de “cercas” nesta dissertação pode, no contexto angolano, para quem tente sentir-se confiante o suficiente para delas se abster, ser demasiado cruel. Esta situação aprisiona indivíduos a uma condição desagradável que é a de espectador, que pode ser aprofundada com a consciência, humilhante e enfurecedora, de impotência. Esta última amplia-se com a descoberta crescente de que nossa capacidade para agir coletivamente não está em pé de igualdade com dependência ao partido-Estado.

Assim, pode se dizer que a sociedade angolana atual funciona como um “sistema” assente em dois “sólidos” pilares: um (o partido-Estado) que sujeita os atores à exterioridade e impõe limites à sua liberdade e o outro (a cultura) que alcança a interioridade dos atores, onde os desejos e objetivos são implantados e incubados de tal forma que o próprio livre arbítrio impede comportamentos fora do previsível cultural, ou seja, contra mutações de padrão. Ambas as “cercas” funcionam (ou pretendem) fazer com que os indivíduos se abstenham por completo de interferir nas suas ações e aceitem seus desígnios não sendo curiosos e ainda menos inquisitivos acerca dos seus motivos. Tarefa que muito provavelmente tem sucesso relativo.

Uma nova forma de dominação pode emergir a partir da institucionalização da insegurança (ausência de garantias fundamentais) que se materializa pela precariedade da existência (como descrevemos no item Condições sociais/materiais de recepção). Assim, a incerteza torna-se, como bem frisou Bauman (2002), “a raiz primeira da inibição política”, devido à inexistência de alternativas, instituições garantidoras de direitos levando os indivíduos a agressões inúteis (intolerância política). Esse é precisamente o tipo de situação complexa em que se impossibilita a ação racional e instigar em seu lugar, ou a inibição ou a agressão aleatória. Da persistente incerteza, impotência gera além da ansiedade, uma agressividade que transborda para

locais privados como a família, a vizinhança, etc. os locais de trabalho consequência da presença quase ubíqua do partido-Estado, transformam-se em locais degoladores, de competição desenfreada.

Finalmente, esta dissertação foi pensada para ser uma modesta contribuição para um inventário de desafios que não foram exauridos e, não era essa a intenção, não como ferramentas para os resolver. Para possíveis caminhos que visem à solução, é preciso saber a forma das coisas, o solo onde germinam. Assim, imperiosa tornou-se a missão de contatar com quem está diretamente relacionado com os fatos – os sujeitos receptores angolanos.

REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, M.M. A subjetividade e sua pesquisa. In: **Estudos de Psicologia**, SP, 2006.
- ANGOP. **Agência Angola Press**. Disponível em: <http://www.angop.ao/>. Acessado em: 15 mar 2017.
- _____. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. In: **Estudos de Psicologia**, 13 (1), 5-10. 1996.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt – **A Sociedade Sitiada**. Pensamento e Filosofia. Instituto Piaget, Lisboa, 2002.
- BERELSON B. **Contents analysis in communication research**. Glencoe: The Free Press, 1954.
- BOURDIEU, Pierre. The logic of practice. Trad. R. Nice. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- BUJRA, Abdalla. African Civil Society, Democracy & Development. In: Adballa Bujra e Said Adejumobi (eds.). **Breaking Barriers, Creating New Hopes: Democracy, Civil Society and Good Governance in África**. Addis Ababa: Africa World Press e Development Policy Management Forum, 2004.
- CHABAL, Patrick e DALOZ, Jean Pascal. **Africa Works – Disorders as Political Instrument**. Oxford/Bloomington: The International African Institute, James Currey and Indiana University Press, 1999.
- CATARINO, P.K.A. **A Sociedade Civil Angolana: contributos para a democracia, paz e desenvolvimento** (dissertação). Lisboa. ISEG, 2006.
- COSTA, F. S.; RODRIGUES, J. **Contribuições dos Cultural Studies para o Estudo da Mídia e da Produção de Subjetividade nas Pesquisas de Recepção**. Revista FSA, Teresina, 2014.
- COUTINHO, E. G.. Tradição e Tradicionalismo. In: COUTINHO, Eduardo Granja; MAINIERI, Tiago (Orgs.). **Falas da História: comunicação alternativa e identidade cultural**. Goiânia: FIC/UFG, 2013, p. 33-45.
- CRUZ, D.J.J. **Liberdade de imprensa em Angola: Obstáculos e desafios para o processo de democratização** (dissertação). João Pessoa: UFPB, 2012.
- DAMASIO, João. **A cidade espírita em Palmelo (GO): comunicação entre sistemas simbólicos** (dissertação). Goiânia: UFG, 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2010.

_____. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hackers, 2005.

_____. **Quando a recepção já não alcança: os sentidos circulam entre a produção e a recepção**, E-compós, Brasília, 2009.

FATTON Jr., Robert - **África in the Age of Democratization: The Civic Limitations of Civil Society**. African Studies Review, Vol.38, N.º2, 67-99. 1995.

FOGOLARI, E. M – **Fazenda esperança**: estudo sobre as mediações culturais e a recepção da telenovela Terra Nostra. São Paulo: USP, 2001.

GADAMER, Hans-Geor. **O problema da consciência histórica**. Org. de Pierre Fruchon. Trad. Paulo César Duque Estrada. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and Conflict, Development, and Civilization**. London: SAGE Publications.1996.

GAMSON, W.A. **Falando de política**. Belo Horizonte. Autêntica, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA D.T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. SP- Paulus, 2008.

GUATTARI, Felix – **As Três Ecologias**. Editora Papirus. Campinas-SP, 2012.

HABERMAS, Jürgen - **O espaço público, 30 anos depois**. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. Sd: Unicentro, Ano VII, n. 12, abril/1999.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe, RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 1.ed. atual. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997, p. 15-46.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 eds. Rio de Janeiro, DP&A, 2006

HARBESON, John. Civil Society and Political Renaissance in Africa. In: John Harberson, Donald Rothchild e Naomi Chazan (eds.). **Civil society and state in Africa.** Boulder: Lynne Rienner, 1994.

HOBBSAWN, E. RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JACKS, Nilda. **Tendências latino-americanas nos estudos de recepção.** Revista Famecos. Porto Alegre. nº 5. Nov/1996. Texto apresentado no GT Comunicação e Recepção. XVII INTERCOM, Piracicaba, 1994.

_____. Pesquisa de recepção e cultura regional. In: SOUSA, M. W. (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 151-165.

JACKS, N. TUFTE, T. Televisão, identidade e cotidiano. In: CANELAS RUBIM, A.A; BENTZ, I.M.G.; PINTO, M.J.(orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 99-106.

_____. **Repensando os estudos de recepção:** dois mapas para orientar o debate. Ilha, Vol. 10, número 2, 2008.

JEONG, Ho-Won. **Peace and Conflict Studies: An Introduction.** Burlington: Ashgate. 2000.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L.P. As dimensões subjetivas de política: Cultura Política e Antropologia da Política. In: **Estudos históricos.** 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Trad. de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. **Dos meios às mediações:** cultura e hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MELO, João. **Jornalismo e política.** União dos Escritores Angolanos, Luanda, 1991.

MESSIANT, Christine. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (orgs). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola.** Luanda-Lisboa: Firmamento, 2008, p.131-162.

MILANDO, João. **O colonialismo em Angola:** dinâmicas do pós-independência. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola, nº3, Luanda, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução de Paolo Nosella. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massagana, 2010.

MORIN, E. A noção do sujeito. In: SCHNITMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 45-56.

MUCHINGECA, A.P.M. **A imagem pública na mídia: a oposição partidária num sistema de participação desigual em Angola** (monografia). Goiânia: Facomb-UFG, 2014.

OLIVEIRA, R. S. **Magnífica e miserável: Angola desde a Guerra Civil**. Tinta da china Edições, 2015.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **La investigación em comunicación desde La perspectiva cualitativa**. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata. Instituto mexicano para El Desarrollo Comunitario, A.C. Guadalajara. Jalisco, México, 2000.

_____. **Educação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. SP. Paulinas, 2014.

ORWELL, George. **1984**. Trad. Cristian Verardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OS ÚLTIMOS DO LESTE. Disponível em: <http://aretirada1975osultimosdoleste.blogspot.com>. Acessado em: 10 jun. 2017.

PAGÈS, M. **Orientação não-diretiva em psicoterapia e em psicologia social** (A.S. Santos, Trad.). Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1970). 1976.

PAIM, R. de S.; REIS, M.L.M. **Em busca do despertar: o fortalecimento da sociedade civil angolana após a Segunda República**. TESE, Agosto, 2006.

PAULA, S. Estudos culturais e receptor ativo. In: CANELAS RUBIM, A.A; BENTZ, I.M.G.; PINTO, M.J.(org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 131-141.

PNUD/UNICEF. **Estudo sobre o impacto económico e social do VIH/SIDA em Angola**. 2003.

PNUD. **Relatório Mundial sobre desenvolvimento humano**. New York, 2014.

RICHARDSON, R. J. [et. Al]. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RONSINI, V.V.M. **A perspectiva das mediações de Jesus Martin-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção)**. Compós, Rio de Janeiro, 2010.

SALA 25. Disponível em: direitosala25.blogspot.com. Acessado em: 10 maio 2017.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEMERARO, G. **Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci**. Artigo apresentado no congresso internacional: "Antonio Gramsci: Da un secolo all'altro", organizado pela Internacional Gramsci Society, no Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, Napoli, 1999.

SIGNATES, Luiz. Dos meios às instituições: caminhos pós-habermasianos para se pensar a comunicação. In: SOUSA, Mauro W. (org.) **Recepção midiática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Sepac/Paulinas, 2006.

_____. **Cidadania, comunicação e esfera pública**: delineamentos conceituais básicos e indicativos de pesquisa. In: **Novos Olhares**: Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos. ago. 2014.

_____. **Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade** como categoria de análise para os estudos de comunicação. In: **Novos Olhares**, nº12. 2003.

_____. **A sombra e o avesso da luz**: Habermas e a comunicação social. Goiânia. Kelps, 2009.

_____. **Da exogenia aos dispositivos**: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. Líbero, SP, 2015.

_____. **Análise dos processos de formação da opinião política em face da mídia, nas eleições de 2008, em Catalão**, Goiás, 2008.

SLUZKI, C. Violência familiar e violência política: implicações terapêuticas de um modelo geral. 228-241 In: SCHNITMAN, D. F. **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre- Artes Médicas, 1996.

SOUSA, M. W. Práticas de recepção como práticas de pertencimento público. In: **Novos Olhares**, N°3, São Paulo, 1999.

SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2002.

TEMER, A. C., NERY, V. C. A. **Para entender as teorias da comunicação**. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade** (1780 1950). Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. **Marxismo e Literatura**. Editora Zahar, RJ. 1971.

WOTTICH, L.H; SILVA, R.C; RONSINI, V.V.M. **Perspectiva das mediações de Jesus Martin-Barbero ao estudo de recepção da telenovela**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom: Curitiba, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – Grade de Programação TPA

 Bem-vinda todos nós		NOTÍCIAS	DESPORTO	PROGRAMAÇÃO	MULTIMÉDIA	Q
HOJE 						
00:00	Jornal da Noite					
00:30	Janela Aberta					
02:30	Magazine Nacional: Mwanza					
03:00	Desporto Total					
05:00	Angola Hoje					
05:30	Cinética para todos					
06:00	Bom dia Angola					
09:00	Jornal Nacional					
09:30	Malta de Alegria					
10:00	Dez Doze					
11:00	Ponto Informativo					
11:10	Dez Doze					
12:00	Angola Hoje					
12:30	Diário Desportivo					
13:00	Jornal da Tarde			NO AR		
14:00	África Hoje					
14:30	Telenovela: Proibido Amar					
15:00	Janela Aberta					
16:00	Ponto Informativo					
16:10	Janela Aberta					
17:00	Mais Opinião					
18:00	Ecos & Factos					
19:00	Vencedoras					
19:15	Telenovela: A Regra do Jogo					
19:55	ABC da Educação Financeira					
20:00	Telejornal					
21:00	Desporto Total					
23:00	A Vida do Senhor Jim					
AMANHÃ 						

em destaque



TPA1
Segurança Pública



TPA1
Sétima Arte



TPA1
Ecos & Factos
Diário - De Segunda a Sábados



Série Infantil -
Horseland

vídeos



NOTÍCIAS
Centralidades do
Lobito e Baía Farta

APÊNDICES

APÊNDICE A – Diretrizes da pesquisa de campo

MÍDIA E SUBJETIVIDADE: a formação de esferas públicas críticas a partir das mediações comunicativas em Angola

- LOCAL: Luanda
- DATA: 16/10 – 25/11/2016
- PÚBLICO-ALVO: Famílias angolanas de classe média-baixa urbanas, que representem do ponto de vista de sua origem geográfica alguma etnia; que o habitat seja Luanda;
- PARTICIPANTES/família: quatro (4) pessoas no mínimo.
- TOTAL DE FAMÍLIAS: Oito (8) famílias, divididas em duas baterias, cada uma com quatro famílias.
- TOTAL DE ENCONTROS: dois (2) para cada família. Um terceiro em caso de necessidade.
- ETNIAS PARTICIPANTES: Bakongo (Norte), Kimbundu (Centro-Oeste), Ovimbundu (Centro-Sul) e Tchokwe (Leste)

RECOMENDAÇÃO:

- Chegar horas antes do início da entrevista para facilitar o processo de familiarização;
- Perguntas sempre abertas e jamais use alternativas de resposta;
- Ater-se aos mínimos detalhes que demonstrem alternativas de interpretação;
- Especificidades étnicas das famílias (ambiente, relacionamento...)
- Fazer com que todos membros da família participem da conversa (estimular os mais tímidos);
- Prioridade às falas espontâneas, sempre!
- Combinar para o segundo encontro;
 - Após a realização da primeira bateria de entrevistas, contatar o orientador para troca das primeiras impressões.

ETAPAS	ATIVIDADE
1ª	<ul style="list-style-type: none"> - Recrutamento das famílias; - Familiarização prévia;
2ª	<ul style="list-style-type: none"> - Etnografia da família (anterior a veiculação do telejornal); - Entrevista em profundidade;

O QUE OLHAR/OSERVAR/ ANOTAR?

- Gestos e emoções expressadas antes, durante e depois da entrevista;
- Relacionamento familiar (pai-mãe, filho-filho, pais-filhos);
- Provedor da casa;
- Importância da TV para família (através da posição ocupada no espaço);
- Nível de atenção dos entrevistados;
- Interesse em relação ao telejornal;

TELEJORNAL

- Assistir em silêncio;
- Observar os entrevistados durante o processo e, extrair disso, impressões que animarão a entrevista;
- Ao fim do telejornal: pedir para desligar a TV para o início da Entrevista em profundidade;

ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

- Memória dos entrevistados sobre o que acabaram de assistir;
 - Aprofundar;
- Importância e Significado do telejornal;
- Opinião sobre as matérias veiculadas;
 - Foco na forma e no conteúdo;
- Aprofundamento das impressões tidas e anotadas durante a veiculação do telejornal;
 - Dúvidas e Contradições;
- Ausências e frequências no telejornal (gerais e específicas);

2ª ENCONTRO

Orientação geral

- Prevê-se o mesmo script observando-se evoluções em relação ao primeiro encontro

2ª BATERIA DE ENTREVISTAS

Orientação geral

- Aplicação do mesmo roteiro, sofrendo apenas adaptações devido as peripécias e vicissitudes encontradas em campo.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mídia e Subjetividade: a construção de esferas públicas críticas a partir das mediações comunicativas em Angola

Pesquisador: Abdul Pedro Manuel Muchingeca

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 53221816.0.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.455.762

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto que visa investigar o modo como uma amostra da população da cidade de Luanda, Angola, percebe a influência de programas de televisão sobre sua cultura nacional. O pesquisador esclarece que tal amostragem centra-se na população adulta (18 a 60 anos), preferencialmente residentes em bairros pobres da cidade. A metodologia de pesquisa está claramente explicada, consistindo em pesquisa de campo com entrevistas, gravação de áudio e anotações pessoais.

Objetivo da Pesquisa:

O principal objetivo da pesquisa é verificar se a população entrevistada identifica influências multiculturais disseminadas por meio de programas de televisão, sejam eles nacionais ou estrangeiros, com particular atenção aos importados do Brasil. O projeto de pesquisa situa-se na área da comunicação e em estudos sobre as mídias e sua repercussão sobre os agentes receptores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se um baixo risco para os entrevistados a partir do modelo de entrevista enviado para apreciação do CEP. Nele verificamos a preocupação do pesquisador em preservar a identidade do entrevistado e de não constrangê-lo. As perguntas concentram-se na percepção do entrevistado

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.455.762

sobre o teor dos programas de televisão.

Em relação aos benefícios, há uma contribuição do trabalho para as ciências sociais na medida em que o projeto trata das relações internacionais por meio da disseminação multicultural de produtos midiáticos e seus impactos na sociedade atual.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta todas as etapas da pesquisa, inclusive a posterior análise de dados e os procedimentos metodológicos empregados em cada fase da pesquisa. Preferiu-se a pesquisa qualitativa e os objetivos estão claramente expostos, bem como é possível verificar a preocupação ética do pesquisador a partir da apresentação minuciosa dos procedimentos de investigação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão de acordo com as exigências legais e o TLCE apresenta claramente os propósitos e objetivos da pesquisa .

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou outros destaques a serem feitos. Esta relatora considera o projeto aprovado, smj deste comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_662605.pdf	15/02/2016 16:09:35		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso.pdf	15/02/2016 16:07:15	Abdul Pedro Manuel Muchingeca	Aceito
Brochura Pesquisa	Instrumento_de_coleta.docx	15/02/2016 15:53:56	Abdul Pedro Manuel Muchingeca	Aceito
Projeto Detalhado	Projeto_detalhado.docx	15/02/2016	Abdul Pedro	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.455.762

/ Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	15:42:19	Manuel Muchingeca	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	15/02/2016 15:36:10	Abdul Pedro Manuel Muchingeca	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	13/02/2016 23:35:59	Abdul Pedro Manuel Muchingeca	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE.docx	13/02/2016 23:34:56	Abdul Pedro Manuel Muchingeca	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 17 de Março de 2016

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com